

**PAOLA CORTEZ BIANCHINI**

**AGROFLORESTAS E AGENTES AGROFLORESTAIS  
INDÍGENAS NO ACRE**

Florianópolis  
Novembro, 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**AGROFLORESTAS E AGENTES AGROFLORESTAIS  
INDÍGENAS NO ACRE**

PAOLA CORTEZ BIANCHINI  
Engenheiro Agrônomo

Florianópolis  
Novembro, 2006

PAOLA CORTEZ BIANCHINI

**AGROFLORESTAS E AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS NO  
ACRE**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
à obtenção do título de Mestre em  
Agroecossistemas, Programa de Pós-  
Graduação em Agroecossistemas,  
Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Paul Richard Momsen Miller

Florianópolis

2006

## FICHA CATALOGRÁFICA

Bianchini, Paola Cortez  
Agroflorestas e Agentes Agroflorestais no Acre./  
Paola Cortez Bianchini – 2006.  
122f.: il.

Orientador: Paul Richard Momsen Miller  
Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) –  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências  
Agrárias.

Bibliografia: f. 94 - 101

1. Agroflorestas indígenas - Teses. 2. Agricultura Indígena -  
Teses 3. Agentes Agroflorestais Indígenas - Teses. 4.  
Educação Indígena - Teses. I. Título



## **TERMO DE APROVAÇÃO**

PAOLA CORTEZ BIANCHINI

### **AGROFLORESTAS E AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS NO ACRE**

Dissertação aprovada em 29/11/2006, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. Paul Richard Momsen Miller  
Orientador

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho  
Coordenador do PGA

#### **BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Marília Terezinha S. Padilha  
Presidente (UFSC)

---

Prof. Dr. Antônio Augusto Alves Pereira  
Membro (UFSC)

---

Prof. Dr. César Assis Butignol  
Membro (UFSC)

---

Prof. Dr. Nivaldo Peroni  
Membro (UNICAMP)

Florianópolis, 29 de novembro de 2006.

A Deus

Ao meu marido Fabrício Bianchini

Ao nosso filho Gabriel Cortez Bianchini

Aos nossos pais

A todos que me auxiliaram nesta tarefa

Dedico

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Paul Richard Momsen Miller, sempre muito atencioso, dedicado, paciente e querido, deixando-me mais segura e com mais fé no trabalho a ser realizado.

Ao meu marido Fabricio, a quem devo muito mais do que agradecimentos, por ser marido, pai, amigo, entusiasta, dedicado, por segurar muitas ondas para que eu pudesse apresentar este trabalho, por existir, por seu meu grande amor.

Ao nosso filho Gabriel, por ter plenificado nossas vidas e tornado este trabalho mais saboroso.

A minha mãe Ana e ao meu pai Lineu, que me deram a vida e as condições necessárias para que estivesse aqui, hoje e agora, “vivendo e aprendendo” e sendo muito feliz.

A Fátima e ao Valter, meus queridos sogros, por toda a força e ajuda em todas as horas das nossas vidas, e nesta em especial, pela dedicação e por acreditarem que todo o empenho teria um bom resultado.

As minhas irmãs, cunhados e cunhadas, por fazerem parte da minha família e, acima de tudo, pela amizade, e por nos entenderem e aceitarem.

A Sylvia e ao Victor, nossos padrinhos de casamento, amigos, agradeço não só por este trabalho, mas pela orientação para a vida, e mais do que isto, para a vida eterna.

As minhas amigas de ontem, hoje e sempre: Deborah, Maysa e Flavia, simplesmente por existirem e serem minhas amigas. E ao meu primo amigo Felipe pelo carinho, companheirismo e amizade de sempre.

Aos novos amigos do Acre, em especial Valquíria e Gleison, com a nossa Gabriela Mariah, pelo apoio, troca de idéias, desabafos, conversas e muitas boas horas de convivência.

A minha tia Wilma, que lá atrás, foi também responsável por tudo isto, porque investiu em mim me possibilitando realizar um grande sonho.

A toda a minha família, por parte de pai e mãe, de sogro e de sogra, de irmã, por constituírem o nosso mundo, a nossa fortaleza, os nossos pares, as nossas referências, pelo interesse e entusiasmo em relação as nossas vidas, pelos consolos e conselhos, pelas trocas de experiência, pela convivência, pelas festas, enfim, por serem família.

A minha nova e querida família do Acre, que nos adotou, cuidou e apoiou. Seu Eloí, Sueli, Ani, Graci, Daniela, Eloí e os primos e primas, tios e tias novos do Gá, meu agradecimento especial e emocionado a vocês e a Deus que os colocou em nosso caminho.

A todas as pessoas da Escola da Floresta, pela compreensão e liberação das minhas atividades de trabalho para a realização desta dissertação. Em especial à equipe do curso técnico Agroflorestal: Marcus, Fabricio, Assis e Carlos, e ao coordenador geral da Escola, Edemilson Santos.

Aos meus queridos educandos da Escola da Floresta, e muito em especial aos do curso técnico Agroflorestal, com quem aprendi muito, com quem pude crescer e trocar muitas idéias.

Agradeço também pelas lindas homenagens recebidas e por todo o apoio que me deram para que terminasse esta dissertação.

Ao Renato Gavazzi, muito atencioso, muito dedicado, muito paciente e que instrumentalizou esta dissertação, dando-me além de relatórios e levantamentos, sua amizade e confiança, possibilitou-me mergulhar num novo velho mundo maravilhoso e que me atendeu por muitas e muitas horas em entrevistas, almoços e reuniões sobre os temas desta dissertação.

A Comissão Pró-índio do Acre por ter aberto suas portas e arquivos para que eu pesquisasse, e conhecesse este universo das questões indígenas. Ao Gleisson, a Malu e novamente Renato, que não exitaram em me ajudar.

## SUMÁRIO

<b>Lista de Figuras .....</b>	<b>01</b>
<b>Lista de Tabelas .....</b>	<b>02</b>
<b>Lista de Siglas .....</b>	<b>03</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>04</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>05</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>06</b>
<b>Capítulo 1 – Contexto da Pesquisa</b>	
1.1 O Acre .....	08
1.2 História do Acre .....	09
1.2.1 O Tempo das Malocas .....	09
1.2.2 O Tempo das Correrias .....	10
1.2.3 O Tempo do Cativoiro .....	13
O sistema de Aviamento .....	13
1.2.4 O Tempo dos Direitos .....	15
1.2.5 O Tempo do Governo dos Índios - o Acre indígena hoje.....	18
O movimento indígena .....	21
<b>Capítulo 2 – Revisão bibliográfica</b>	
2.1 Agricultura e Agrofloresta Indígena.....	23
2.1.1 Os atuais sistemas agrícolas indígenas .....	26
2.1.2 Criação de animais – rebanhos de quelônios.....	28
2.2 A Agricultura dos índios Kaxinawá .....	29
2.2.1 Os roçados Kaxinawá .....	30
Mitologia e Ritual Kaxinawá em relação aos roçados e legumes .....	32
2.3 Educação Indígena Diferenciada e a Experiência da Comissão Pró-índio do Acre.....	35
2.3.1 A educação Escolar Indígena .....	35
Marco Legal .....	36
2.3.2 A experiência da Comissão Pró-Índio do Acre – CPI/AC .....	37
Autoria Indígena – Filosofia, Política e Metodologia pedagógica .....	37
A escrita .....	39
Formação dos Professores Indígenas .....	39
Formação dos Agentes de Saúde – AIS .....	40
Formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas – AAFIS .....	41
Modalidades de formação .....	42
Cursos intensivos.....	42
Centro de Formação dos Povos da Floresta – CFPF .....	42

Oficinas itinerantes .....	47
Assessorias .....	47
Intercâmbios .....	48
2.4 Objetivos e hipótese .....	50
<b>Capítulo 3 – Materiais e Métodos .....</b>	<b>52</b>
3.1 Descrição dos SAFs e roçados da Terra Indígena rio Humaitá.....	53
3.2 Análise da atuação dos AAFIs e da relação entre a formação recebida e os SAFs.....	55
3.3 Local de Estudo: a TI Kaxinawá do rio Humaitá.....	57
<b>Capítulo 4 – Resultados e discussão.....</b>	<b>59</b>
<b>Parte I</b>	
4.1 Descrição dos Sistemas Agroflorestais e Roçados Indígenas da TI Kaxinawá do Rio Humaitá .....	59
4.1.1 Áreas de plantio na TIRH: roçados, sistemas agroflorestais e hortas .....	59
4.1.2 Localização e Composição dos Sistemas Agroflorestais na TIRH .....	61
a) Quintais Agroflorestais na TIRH .....	61
b) Agroflorestas na TIRH: nas capoeiras e nos roçados.....	63
b.1) Agroflorestas implantadas em áreas de capoeiras.....	63
b2.) Agrofloresta implantada em área de roçado de um ano .....	66
c) Características gerais dos SAFs da TIRH .....	67
4.1.3 Composição e manejo dos roçados na TIRH .....	70
a) Espécies do roçado .....	71
b) Manejo dos roçados .....	71
c) Localização dos roçados.....	74
4.1.4 Criação de Quelônios na TIRH .....	76
<b>Parte II</b>	
4.2 Atuação dos AAFI .....	78
4.2.1 Atuação e visão da comunidade sobre o papel dos AAFIs .....	78
a) A voz da razão – as lideranças tradicionais.....	81
b) A visão da comunidade sobre o trabalho do AAFI.....	82
4.3 A relação entre os SAFs indígenas e Formação .....	84
a) A união dos conhecimentos.....	85
<b>5. Conclusões.....</b>	<b>88</b>
<b>6. Considerações Finais.....</b>	<b>92</b>
<b>7. Bibliografia .....</b>	<b>94</b>
<b>8. Anexos.....</b>	<b>102</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Acre na América Latina e Brasil .....	8
Figura 2: Moradias indígenas (TIRH).....	14
Figura 3: Representação de um roçado Kaxinawá .....	33
Figura 4: Apresentação do Katxanawa .....	34
Figura 5: Kupixawa .....	34
Figura 6: Registro Diário – Diário de Trabalho do Agente Agroflorestal Indígena (AAFI) Raimundo Paulo Ixã .....	39
Figura 7: Alojamento no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF).....	43
Figura 8: Açude e criatório de quelônios .....	44
Figura 9: Mapa do SAF do CFPF .....	44
Figura 10: Aula prática de biofertilizante no CFPF, durante o XIII Curso de formação de AAFIs.....	45
Figura 11: Meliponicultura.....	46
Figura 12: AAFI Nilson Sabóia e a criação de Jabutis, TIRH .....	48
Figura 13: Localização da Terra Indígena Kaxinawá do rio Humaitá.....	58
Figura 14: Ilustração esquemática da localização dos plantios nas aldeias da TIRH.....	60
Figura 15: Percentual de plantas nativas e exóticas encontradas nos diferentes SAFs (quintais, capoeiras e roçado) da TIRH e média da composição destes nas três áreas...	69
Figura 16: Banana rebrotando após a queima do roçado .....	72
Figura 17: Preparo de área para o plantio .....	73
Figura 18: Milho na palha armazenado em casa .....	74
Figura 19: Manivas para o plantio .....	74
Figura 20: Pupunha em roçado de macaxeira e abacaxi .....	75
Figura 21: Pimenta, banana, abacaxi, caju em área de roçado .....	75
Figura 22: Sementeira de coco-da-Bahia, aproveitando o jirau .....	86

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Povos e Terras Indígenas no Acre.....	18
Tabela 2: População indígena no Acre por etnia.....	20
Tabela 3: Associações e Organizações Indígenas do Acre. ....	22
Tabela 4: Espécies encontradas em Quintais Agroflorestais de TIs do Acre.....	27
Tabela 5: Entrevistados na TIRH .....	54
Tabela 6: Relatórios utilizados como fonte de dados secundários para análise da atuação, papel, visão e formação dos AAFIs no Acre .....	56
Tabela 7: Número de espécies, nomes popular e científico, quantidades de indivíduos/espécie, origem e porcentagem das espécies implantadas em Quintais Agroflorestais na TIRH.....	62
Tabela 8: Composição dos Quintais Agroflorestais na TIRH, segundo a origem das espécies, nº de plantas por espécie e respectivos percentuais .....	63
Tabela 9: Número de espécies, nomes popular e científico, quantidades de indivíduos/espécie, origem das espécies e porcentagem das espécies de Agroflorestas implantadas em Capoeiras na TIRH .....	64
Tabela 10: Composição das Agroflorestas implantadas em capoeiras na TIRH, segundo a origem das espécies, nº de plantas por espécie e respectivos percentuais.....	65
Tabela 11: Número de espécies, nomes popular e científico, quantidades de indivíduos/espécie, origem e porcentagem de espécies em Agroflorestas implantadas em Roçado na TIRH.....	66
Tabela 12: Composição da Agrofloresta implantada em roçado na TIRH, segundo a origem das espécies, nº de plantas por espécie e respectivos percentuais.....	67
Tabela 13: Espécies encontradas em maior quantidade nos SAFs da TIRH .....	67
Tabela 14: Composição dos SAFs da TIRH, segundo a origem das espécies, nº de plantas por espécie e respectivos percentuais.....	68
Tabela 15: Plantas dos roçados na TIRH .....	71
Tabela 16: Categorias de ações desenvolvidas pelos AAFIs .....	79



## **LISTA DE SIGLAS**

AAFI – Agentes Agrofloretais Indígenas do Acre  
AIS – Agentes Indígenas de Saúde  
CIMI – Conselho Indigenista Missionário  
COPIAR – Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre  
CPI/AC – Comissão Pró-índio do Acre  
CTI – Centro de Trabalho Indigenista,  
DST - Doenças Sexualmente Transmissíveis  
Funai – Fundação Nacional do Índio  
Funasa – Fundação Nacional de Saúde  
ha – hectare  
ISA – Instituto Socioambiental  
OGPTB – Organização Geral dos Professores Tikunas  
PIs – Professores Indígenas  
RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas  
SEATER/AC – Secretaria de Estado de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestral do Acre  
TI – Terra Indígena  
TIRH – Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá  
UNI – União das Nações Indígenas

**TÍTULO:** Agroflorestas e Agentes Agroflorestais Indígenas no Acre**Autores:** Paola Cortez Bianchini

Paul Richard Momsen Miller (orientador)

**RESUMO**

Os Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) são jovens e adultos de todas as etnias indígenas do estado do Acre escolhidos em suas aldeias, para atuarem na implantação de sistemas agroflorestais e na gestão ambiental e territorial de suas terras indígenas, após receber a formação da Comissão Pró-índio do Acre (CPI/AC). Os AAFIs constituem uma nova categoria social nas TIs. Um dos objetivos do trabalho do AAFI é a segurança alimentar e a autonomia indígena. É objetivo deste trabalho descrever os Sistemas Agroflorestais (SAFs) e os roçados da Terra Indígena Kaxinawá do rio Humaitá (TIRH), analisar a atuação dos AAFI nas aldeias e a relação existente entre a formação dos AAFIs e os SAFs. As metodologias utilizadas em campo foram a observação participante e as entrevistas abertas. Assim, a pesquisa foi realizada com dados primários e dados secundários, a partir da sistematização de relatórios da CPI/AC. Os SAFs na TIRH, foram implantados em **quintais, capoeiras e roçado de um ano**. Nestes SAFs as espécies foram classificadas quanto à origem e percentual nos sistemas. De maneira geral há predominância de espécies nativas (65%) nos diferentes tipos de sistemas agroflorestais na TIRH. Nos quintais agroflorestais encontrou-se o maior número de plantas exóticas, principalmente laranja, que estão incorporados nos sistemas produtivos e alimentares dos indígenas. As espécies encontradas em maior percentagem nos sistemas agroflorestais são: o açaí touceira (*Euterpe oleraceae*), a graviola (*Anona muricata*), a laranja (*Citrus aurantium*), o abacaxi (*Ananas comosus*), o patoá (*Oenocarpus bataua*), a pupunha (*Bactris gasipaes*), o açaí solteiro (*Euterpe precatoria*), o maracujá (*Passiflora* sp.), o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*). Observou-se grande interesse na criação de quelônios na TIRH, alimentados com produtos dos SAFs. Os Agentes Agroflorestais Indígenas são considerados pelas lideranças tradicionais, como *mensageiros*. Os conhecimentos tradicionais são fundamentais nas ações dos AAFIs, que os confrontam e conjugam aos conhecimentos científicos, ou de “fora”, transformando-se no que eles chamam de conhecimento híbrido. Assim, pode-se dizer que os atuais SAFs indígenas são reflexo das ações tradicionais e de outras incorporadas recentemente.

**TITLE:** Agroforestry and Native American Agroforestry Agents of Acre

**Authors:** Paola Cortez Bianchini

Paul Richard Momsen Miller (orientador)

### **ABSTRACT**

Native American Agroforestry Agents (AAFI) are youth and adults of all Acrean tribes, chosen by their villages to work on agroforestry systems and territorial and environmental management of the reservations after training at the Comissão Pró-Índio of Acre (CPI/AC). The AAFI are a new category of skilled worker emphasizing food security indigenous autonomy. This thesis describes the agroforestry systems and swidden agriculture of the Kaxinawá Reservation of the Humaitá River (TIRH), the role of agroforestry agents, and their effect on the development of these systems. The methodology included open-ended interviews and participatory observation. Data was collected directly in the field, and from reports written for CPI/AC. The agroforestry systems of the TIRH were planted in homegardens, bush fallow and year-old swidden field. Fruit tree species were surveyed in each system and classified as native or introduced. Overall there are more trees of native species (65%) than introduced species. Homegardens have a higher percentage of non-native trees, primarily citrus species, an important component of the local diet. The most common species overall were lowland: açai (*Euterpe oleraceae*), soursop (*Annona muricata*), orange (*Citrus aurantium*), pineapple (*Ananas comosus*), patoá (*Oenocarpus bataua*), peach palm (*Bactris gasipaes*), upland açai (*Euterpe precatoria*), passion flower (*Passiflora* sp.), buriti (*Mauritia flexuosa*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*). Villages were eager to raise turtle, penned and fed with tree fruits. The Agroforestry Agents are considered to be *messengers* by the traditional leaders. Traditional knowledge compared to scientific or “foreign” knowledge, and transformed into a state of hybrid knowledge. Present agroforestry systems can be identified as a result of traditional patterns and recently added knowledge.

## Introdução

A história do Acre foi dividida pelos povos indígenas do Acre, em diferentes tempos, marcados por situações bem características e que determinariam o tempo seguinte. O tempo das Malocas é o tempo anterior ao contato com a sociedade não índia. O tempo das correrias marca uma das piores fases da história do Brasil: o tempo da chacina dos índios. O tempo subsequente é consequência do último: tempo do cativo – marca a época em que os índios foram escravizados pelos seringalistas e proibidos de exercer sua cultura. O tempo dos direitos passa-se a partir da década de 1970, quando a Funai chega ao Acre, e os índios ficam conhecem o direito às suas terras e à liberdade. O tempo atual, ou tempo do governo dos índios, está sendo construído ao revés de toda a história passada. Com suas terras e sua liberdade, os índios agora querem garantir sua existência e conquistar sua dignidade, é o tempo da revitalização da cultura, das escolas indígenas diferenciadas bilíngues e autônomas e dos planos de gestão territorial e ambiental para as terras indígenas, planos de futuro.

A história da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC), se inscreve a partir do tempo dos direitos, justamente ao lado dos povos indígenas para assessoria dos mesmos na reivindicação de seus direitos e na formação de suas escolas. Assim, a CPI/AC começa a desenvolver um trabalho com educação escolar indígena, que viraria referência para o país.

A partir da experiência de formação de professores indígenas, surge a necessidade da formação de uma nova categoria social nas Terras Indígenas, responsável pela gestão territorial e ambiental e por garantir a soberania e segurança alimentar das TIs. Em 1996, tem início a formação do Agente Agroflorestal Indígena (AAFI).

Os AAFIs atuam em conjunto com toda a comunidade, trazendo as *mensagens* e os conhecimentos *de fora* da TI, discutindo com as lideranças, confrontando com o conhecimento tradicional e contextualizando suas práticas.

As agroflorestas e os roçados são práticas tradicionais indígenas. Após o contato espécies foram introduzidas e se incorporaram aos sistemas produtivos indígenas. É, portanto, objetivo deste trabalho, descrever os Sistemas Agroflorestais (SAFs) e roçados da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá (TIRH), analisar a atuação dos AAFIs e verificar qual é a relação existente entre a formação dos AAFIs e seus SAFs.

A formação recebida pelos AAFIs contribuiu especialmente para o sucesso com as plantas que os índios tinham menos tempo de contato, ou seja, espécies exóticas, como de Citrus, coco-da-Bahia, entre outras. Atualmente estas plantas são parte dos sistemas produtivos e da alimentação destas populações.

Os AAFIs promovem fóruns de discussão interna e com agentes governamentais ou não, para pautar suas reivindicações e resolver diversas questões das TIs, principalmente em relação à gestão ambiental e territorial. Procuram também o reconhecimento pelo governo do estado do Acre, enquanto categoria, para receberem remuneração pelos serviços prestados às comunidades.

Observa-se nas TIs muitas iniciativas relacionadas ao trabalho que o AAFI desenvolve. Criação de quelônios e melíponas estão presentes em algumas TIs do Acre, complementando a produção vegetal e implementando um modelo de pecuária mais adequado à realidade amazônica.



econômica responsável pela maior parte do PIB, cerca de 50%. O IDH médio do estado é 0,45 (ZEE, 2000).

## 1.2 História do Acre

A história do Acre pode ser contada sob duas perspectivas: uma indígena e outra não indígena. Optou-se por contá-la unindo as duas perspectivas. Para tanto, referenciou-se a construção indígena sobre sua própria história, desde tempos remotos aos dias atuais, sistematizada pelos professores indígenas em seus cursos de formação e publicada por Ôchoa *et al.* (2003). A história indígena, ou, a visão indígena da história (do Acre e seus povos), foi dividida pelos índios, em cinco tempos, que caracterizam períodos decisivos para estas populações: *Tempo das Malocas*, *Tempo das Correrias*, *Tempo do Cativo*, *Tempo dos Direitos* e *Tempo dos Governos dos Índios* (Ôchoa *et al.*, 2003).

Ao analisar a história dos índios no Acre, percebe-se o mesmo padrão de massacre físico e cultural experimentado no restante do Brasil. Ou seja, mesmo após décadas dos primeiros contatos entre índios e não-índios desde a chegada dos europeus ao Brasil, a forma de ocupação do território acreano seguiu a mesma lógica: subjugação das populações autóctones e grande exploração de recursos naturais com alto valor no mercado exterior.

A seguir apresenta-se a história do Acre organizada em *tempos históricos indígenas*, baseado no trabalho de Ôchoa *et al.* (2003), acrescida de outros fatos que determinariam a atual conjuntura social, econômica, política e ambiental acreana.

### 1.2.1 O Tempo das Malocas<sup>1</sup>

Estima-se que no Brasil pré-columbiano existiam cerca de 5 milhões de índios. Neste período, chamado *Tempo das Malocas* na divisão histórica dos índios do Acre, eram faladas aproximadamente 718 línguas (Ôchoa *et al.*, 2003). Em tempos anteriores à chegada dos colonizadores ao Acre existiam numerosos grupos indígenas nesta região, principalmente da família lingüística Aruak, que foram deslocados por grupos da família Pano, que por sua vez haviam sido escoraçados pelos colonizadores espanhóis (Calixto *et al.*, 1982). Segundo o mesmo autor, entre os séculos XVI e XVIII, habitavam as bacias dos rios Juruá, Purus e afluentes, cerca de cinquenta etnias, com população aproximada de sessenta mil indivíduos.

“O tempo das malocas é o tempo mais antigo para os índios do Acre e do sudoeste do Amazonas. É um tempo muito longo, que vem desde o começo do mundo. Tempo do nascimento do nosso povo indígena. Tempo das histórias de antigamente, dos nossos mitos. Da nossa cultura tradicional. O tempo das malocas

---

<sup>1</sup> Maloca: moradia tradicional indígena com estrutura em madeira, teto alto, coberto de palha até quase o chão, onde moravam muitas famílias.

serve para contar a vida de cada povo indígena antes dos cariús<sup>2</sup> chegarem na nossa região para abrir os seringais.” (Norberto Sales Tene Kaxinawá, *in*: Ôchoa *et al.*, 2003: 73/74).

De acordo com os professores indígenas do Acre, o tempo das malocas é o tempo anterior ao contato com os povos não índios, quando os índios moravam nas grandes malocas. É deste tempo que se contam os mitos de origem de cada povo indígena, sua cultura, seus costumes, sua tradição. Contam-se os mitos de origem dos legumes e da formação dos roçados. É neste tempo que se encontram muitas histórias sobre as tradições indígenas, como por exemplo, histórias sobre as festas de plantio e colheita, histórias sobre o cipó, a invenção do tecido, instrumentos e ferramentas de trabalho, entre outras. É neste tempo que os índios procuram inspiração para revitalização da sua agricultura e de sua cultura.

“No tempo das malocas, cada povo indígena tinha seu território. Cada povo tinha sua própria organização, com seu governo, que era seu chefe. (...) O trabalho dos homens era caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres faziam potes e camburões de barro, fiavam algodão para amarrar flecha, teciam o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparavam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar tecidos, arrancavam os legumes do roçado. De manhã, iam buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens iam caçar um pouco longe, suas mulheres ficavam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. (...) Cada povo tinha diferentes festas de sua tradição. Os homens velhos faziam festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Eram vários tipos de festa: *katxa*, *txrĩ ingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Havia os pajés para preparar cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças que existiam nesse tempo” (Geraldo Aiwa Apurinã, *in*: *op cit.* 74:75).

Atualmente podem-se observar traços da organização descrita acima nas comunidades indígenas. No intervalo entre o *Tempo das Malocas* e o *Tempo do Governo dos Índios* muitos costumes e até mesmo a língua materna eram proibidos. Atualmente, observa-se que os povos indígenas procuram um retorno a aspectos da organização social e cultural do Tempo das Malocas.

### ***1.2.2 O Tempo das Correrias***

As *correrias* eram as perseguições que os colonizadores empreendiam contra os índios, fazendo-os correr e se dispersar em todas as direções do estado do Acre. Os índios, ao descerem pelos rios, chocavam-se com seringueiros brasileiros atrás da seringa, e, ao subirem os rios, encontravam caucheiros peruanos atrás do caucho. Desta forma, quando os índios conseguiam escapar de uma destas frentes, se deparavam com a outra. Assim, ocorriam

---

<sup>2</sup> Cariú : expressão indígena que traduzida para o português significa “povo branco” ou “não índio”.



muitos conflitos, onde os índios em menor número e com menor poder de fogo eram mortos ou escravizados. A partir deste tempo os índios passaram a viver como seringueiros, com os seus costumes e tradições totalmente proibidos; as mulheres índias eram oferecidas aos seringalistas<sup>3</sup> para constituírem família. As famílias indígenas eram separadas e massacradas.

“Nosso povo, tempos atrás, vivia nessas terras, antes dela receber o nome Brasil, antes de ser Acre. Todos libertos, tranqüilos. Nossa função era só trabalhar na agricultura, na caça, na pesca, na coleta de frutas e festejar a vida. (...) Os índios não conseguiam mais permanecer em suas terras onde queriam morar: ficavam sem direção. Se os nordestinos atacavam, os índios corriam para as cabeceiras dos rios. Quando chegavam nas cabeceiras, os caucheiros peruanos atacavam e os índios corriam, para outra direção. A esse “corre corre” dos índios, perseguidos pelos caucheiros e nordestinos, deram, na história do Acre, o nome de “correrias”. (...) Com a chefia dos “patrões”, os índios, pouco a pouco foram perdendo seus costumes como as línguas, as pinturas, as cerâmicas, as tecelagens, os modos de tratamento familiar. Isto significava perder a identidade étnica e suas próprias terras.” (Professores indígenas do Acre e sudoeste do Amazonas, *in: op. cit.* 100:101)

Expedições não oficiais, já nas primeiras décadas do século XIX, tiveram como objetivo coletar as chamadas “drogas do sertão” (ZEE, 2000). As frentes expansionistas oficiais “descobridoras” de um novo e rico território começam a subir os rios amazônicos a partir de 1850. Estas frentes faziam as “correrias” contra os índios, com dois objetivos: 1) para “limpar” a área (matar e ou expulsar os índios) para a instalação dos seringais; 2) para escravizá-los. Este contato trouxe doenças desconhecidas dos povos nativos como o sarampo e a gripe (Allegretti, 2002; Marchese, 2005). A principal razão para a chegada de colonizadores às terras que viriam configurar o Acre atual, foi a exploração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) para sua transformação em borracha. Outros produtos como a madeira, o caucho e as “drogas” também foram explorados na região.

Por volta de 1840, Charles Goodyear e Thomas Hancock descobriram a vulcanização da borracha, processo pelo qual a mesma permanecia elástica e resistente mesmo quando submetida a altas temperaturas. Cerca de 50 anos mais tarde, Dunlop (em 1888), inventa o pneu, que substitui as rodas de ferro das carruagens. Logo depois outras duas invenções, a bicicleta e o automóvel, transformam a borracha em matéria-prima imprescindível para as indústrias americana e européia (Calixto *et al*, 1982; ZEE, 2000; Marchese, 2005). Inicia-se assim o primeiro ciclo de exploração da borracha (entre meados da década 1880 a 1912) na Amazônia e são constituídos os primeiros seringais.

As primeiras expedições chegaram à boca do rio Acre em 1878. Nos próximos 30 anos intensifica-se a exploração da borracha e diminui consideravelmente o número de índios.

---

<sup>3</sup> Donos dos seringais

É o auge da exploração da borracha. Já na segunda metade do século XX outros seringalistas chegam à região dos vales dos rios Purus e Juruá, trazendo os imigrantes nordestinos para o trabalho nos seringais.

Em 1876, Henry Wickman leva sementes da seringueira e as semeia na Malásia. Em vinte anos a indústria pôde abastecer-se com a borracha da Malásia, o que ocasionou um forte declínio do mercado da borracha na Amazônia. Entre 1900 e 1920, no Acre, muitos seringais faliram e fecharam (Marchese, 2005).

Em 1941 o Japão, aliado da Alemanha na II Guerra Mundial, toma posse dos “seringais” ingleses na Malásia. Estados Unidos, Inglaterra e França ficam sem uma matéria-prima considerada fundamental para vencer a guerra. Assim, os Estados Unidos fazem um acordo com o governo brasileiro para a aquisição da borracha produzida na Amazônia. Em decorrência disto, no Acre, no período de 1942 a 1945, afluíram milhares de nordestinos, conhecidos como “Soldados da Borracha”, - uma alusão à escolha que podiam fazer: ir lutar na guerra ou tirar látex de seringueira na Amazônia. Configurou-se o segundo ciclo da borracha, e com o fim da II Guerra, novamente a crise da produção da borracha (ZEE, 2000).

Após esta crise e com o golpe militar de 1964, novas políticas para ocupação e re-colonização da região amazônica são estabelecidas. Segundo Rêgo (2002), a expansão da fronteira capitalista para a Amazônia, não se restringiu à agropecuária, mas estendeu-se a indústria, agroindústria, mineração e metalurgia. A partir de 1966 foram criados SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), BASA (Banco da Amazônia) e FIDAM (Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia), um aparato “econômico estatal para execução das políticas públicas de estímulo à ocupação econômica pelo grande capital” (Rêgo, 2002).

O tempo das correrias foi tão severo para os índios, quanto foi definitiva para a II Guerra a corrida pela borracha do látex da seringueira impulsionada pela economia internacional. Neste período houve rápida ocupação dos territórios tradicionais indígenas por seringueiros nordestinos, através da formação dos seringais.

“Como os brancos mataram muitos índios, quando o seringueiro saía para cortar, os índios invadiam a casa e carregavam tudo que viam dentro. Muitas vezes ainda queimavam a casa. Quando o seringueiro chegava da estrada, não encontrava mais nada. Para não perder o pouco que tinha, o seringueiro ia atrás dos índios. Pedia ajuda ao patrão, que organizava uma turma para fazer correria.” (Joaquim Paulo Maná Kaxinawá, Francisco de Jesus Leonor Prado Dasu Kaxinawá. *In: op. cit.* 106:107)

No tempo das correrias um grande número de povos e grupos indígenas se dispersou por toda a região, cruzando as fronteiras do Acre com Peru, Bolívia e Amazonas. Outro grande número foi extinto ou se reduziu drasticamente.

“Com a chegada dos seringalistas e dos seringueiros cariús, a vida dos Jaminawa mudou muito. Não podiam mais caçar e nem pescar libertos, porque por onde passavam as terras já estavam ocupadas por seringueiros nordestinos. Os Jaminawa tiveram que se dividir em famílias quando passaram a sofrer as correrias dos peruanos e brasileiros. (...) Por isso, hoje são encontradas famílias de Jaminawa morando em aldeias do Peru, Bolívia e Brasil. No Acre, existem terras indígenas Jaminawa no rio Iaco e nas cabeceiras do rio Acre” (Júlio Raimundo Isudawa Jaminawa & Francisco Xavier Xima Jaminawa, *In: op. cit.*104:105).

### 1.2.3. O Tempo do Cativo

#### O Sistema de Aviamento<sup>4</sup>

O *seringal* é uma grande unidade produtiva (uma extensa área de floresta que possui grande número de seringueiras – árvore da qual se extrai o látex). O seringal é subdividido em *colocações*, onde vive o seringueiro e sua família, que possuem *estradas de seringa*, com trajeto circular ligando as seringueiras entre si com aproximadamente 130 a 200 árvores. O seringal era propriedade de um *patrão* ou *seringalista*, financiado pelas *Casas Aviadoras* de Manaus e Belém, empresas comerciais que faziam parte do *Sistema de Aviamento*, ou seja, sistema que funcionava fornecendo mercadorias em troca da borracha. As casas aviadoras financiavam os seringalistas para formação de seringais, em troca da borracha por eles produzida. Tanto os seringueiros eram dependentes do seringalista, como estes eram das casas aviadoras, com quem mantinham parceria comercial (Marchese, 2005).

O *Tempo do Cativo* marca a época em que os índios trabalhavam como escravos para os patrões ou seringalistas. Após a invasão dos territórios indígenas, das correrias e lutas, muitos índios foram “amansados” pelos patrões para trabalhar no seringal. Ali faziam todo tipo de trabalho, seguindo as regras impostas pelo patrão a serviço da manutenção do sistema seringalista, que consistia no controle total das estradas de seringa (com cobrança de renda anual pelo seu uso), das colocações, dos próprios seringueiros escravos (que muitas vezes eram propriedade do patrão e levavam as iniciais de seus nomes marcadas no corpo), da produção e da comercialização do látex e quaisquer outros produtos.

“O seringal era o local de produção da borracha, pertencia ao patrão e era formado por um barracão e por colocações de seringa. O barracão, localizado nas margens dos rios, era a sede do seringal, onde morava o seringalista com seus empregados e o guarda-livros, que anotava o peso da borracha colhida pelo seringueiro e a mercadoria que ele comprava no barracão. A colocação era o local onde morava o seringueiro que cortava a árvore de várias estradas de seringa. Na colocação, a casa

<sup>4</sup> Para mais informações sobre os Sistemas de Aviamento e a vida nos Seringais: Marchese (2005); Allegretti, M. H. (2002).

era coberta de palha e fechada de paxiúba (como ainda se faz hoje em dia). (...) Havia as estradas em que o seringueiro fazia o caminho de ida e de volta, chamada de “espigão”. E também o caminho principal, que ligava o barracão às colocações. Eram os varadouros, por onde percorriam os comboios carregados com *pélas* de borracha produzidas pelos seringueiros. O seringalista não deixava o seringueiro fazer seu roçado: eram obrigados a consumirem os produtos comprados no barracão.” (Edson Medeiros Ixã Kaxinawá. *Op. cit.* 114:115)

Os seringueiros sempre estavam em débito com patrão, não conseguiam saldar as dívidas porque suas vendas eram destinadas ao patrão, a preços menores do que os praticados no mercado. Igualmente ocorria com suas compras, que só podiam ser efetivadas no barracão do patrão e com preços mais altos que os de mercado. Além disto, os seringueiros eram enganados na hora de pesar a produção de borracha entregue, sempre marcada para menos. Os plantios realizados eram para abastecer o barracão e a família do seringalista. Os seringueiros eram proibidos de plantar para si.

“No tempo do cativo, os índios trabalharam muito para os patrões dos seringais. Alguns trabalharam como seringueiros. Outros trabalharam na diária, fazendo vários serviços: transportar borracha e mercadorias, varejar balsas de borracha, reabrir ramais, varadouros e estradas de seringa, colocar roçado para o patrão, caçar e pescar para abastecer o barracão. (...) No tempo do cativo, o índio não vivia liberto. Era conhecido por caboclo e vivia cativo dos débitos no barracão do seu patrão. Custou muito sofrimento até a Funai chegar ao Acre e informar aos índios que eles tinham direito de ter suas terras indígenas demarcadas.” (Edson Medeiros Ixã Kaxinawá & Isaias Sales Ibã Kaxinawá. *Op. cit.* 113:114).

Ainda hoje, observam-se nas Terras Indígenas (TIs) aspectos do modo de vida nos seringais, assim como se observam muitos traços das culturas indígenas na identidade brasileira. Não há diferença significativa entre as moradias indígenas feitas com madeira, altas do chão, assoalho e paredes feitas do tronco da paxiúba (palmeira) e cobertas com sua palha, típicas dos seringais e das comunidades ribeirinhas do Acre (Figura 2).



Foto: Paola Cortez, 2006.

Figura 2: Moradias indígenas (TI Kaxinawá do rio Humaitá/AC)

O fogão de barro, revestido com “barro branco”, é encontrado tanto nas TIs, quanto nas casas dos ribeirinhos (antigos seringais). O uso de cacimbas para “água de beber” também é difundido para além das TIs, ou para dentro das TIs. Segundo Cunha & Almeida (2002), esta troca de informações, que teve “mão dupla”, não gerou uma cultura uniforme, ao contrário, acentuou algumas diferenças culturais, tornando-se “um conjunto de diferenças articuladas entre si”, pois tanto diferem entre índios e seringueiros, quanto entre etnias indígenas.

Devido à forma e ao tempo em que se mantiveram em contato as culturas indígenas e não indígenas (neste caso, principalmente com os nordestinos), muito da cultura tradicional indígena se modificou, muitos conhecimentos foram trocados com os “brancos”, muito se ganhou e muito se perdeu.

#### ***1.2.4. O tempo dos Direitos***

O chamado *Tempo dos Direitos*, paradoxalmente, coincide com a ditadura militar no Brasil. Porém, é nesta época que a sociedade civil começa a se organizar por melhores condições de vida. Desta forma, e de acordo com uma conjuntura muito específica, é que no Acre, a partir da década de 1970 têm início o surgimento dos movimentos socioambientais, que culminariam na Aliança dos Povos da Floresta, lutando por seus direitos e pela preservação da floresta.

Especialmente para os povos indígenas do Acre, o *Tempo dos Direitos*, têm maior significado, é a partir daí que os índios “descobrem” seus direitos sobre a terra em que viveram tradicionalmente e, começam a surgir lideranças indígenas por todo o país; no Acre, se inicia o processo de organização social indígena.

Entre 1971 e 1974, o governo do Acre promoveu forte campanha com objetivo de atrair empreendedores, oferecendo incentivos para financiar a criação de gado. Iniciou-se uma nova frente “desenvolvimentista” - a pecuária. Muitos seringais endividados foram vendidos para fazendeiros, com tudo (e todos) o que houvesse dentro. Estes fazendeiros ficaram conhecidos como *paulistas* – termo utilizado em referência a todos os pecuaristas de outras regiões do país, principalmente do sul e sudeste, que se estabeleceram no Acre. Estes empresários expulsaram os seringueiros - medida essencial quando percebiam que as terras não estavam regularizadas e que os seringueiros poderiam exigir o reconhecimento dos direitos de posse já que ali viviam (Allegretti, 2002).

Assim índios (novamente), seringueiros, ribeirinhos, caboclos, enfim todos os povos que viviam naquelas florestas, experimentaram o gosto da violência, foram expulsos de

suas terras e de suas casas, muitos viraram peões de fazendas ou foram estabelecer moradia nas cidades acreanas. A aquisição dos seringais, via compra, garantia aos fazendeiros através da legislação, o direito sobre a terra, não importando nada mais.

Os conflitos pela terra se tornaram mais complexos quando

“...os fazendeiros decidiram lotear os seringais e vendê-los para colonos pobres do sul do país que, naquele momento, estavam sendo obrigados a vender suas pequenas propriedades em decorrência da expansão da agricultura mecanizada no Paraná e da construção da Hidrelétrica de Itaipu. A possibilidade de vender um minifúndio e adquirir, pelo mesmo valor, uma área duas ou três vezes maior, exercia grande poder de atração sobre estes migrantes. Assim, em pouco tempo, os seringueiros acabaram entrando em conflito com os colonos que, desavisados, compravam um lote de terra sem saber que aquelas famílias viviam ali há gerações.” (Allegretti, 2002)

Nesta época, e por motivos evidentes, começam a se estruturar os movimentos socioambientais no Acre, cujas bandeiras eram a luta pela terra, pelos direitos destas populações e pela não devastação da Floresta Amazônica. A Igreja Católica teve forte atuação para a organização do movimento socioambiental do Acre. Em 1972 cria-se o CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais foram fundados, em 1975 (Brasiléia e Sena Madureira) e 1977 (Xapuri). Inicia-se um forte processo de organização social, com muitas disputas pela posse da terra, que ficaram conhecidos como *empates*<sup>5</sup> (ZEE, 2000). Em 1976 ocorreu a instalação da Ajundância da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) no Acre. E em 1979 foi fundada a Comissão Pró-índio do Acre, com o objetivo de assessorar os povos indígenas na luta pelos seus direitos.

Em 1985 ocorre em Brasília o 1º Encontro Nacional de Seringueiros, de onde nasce o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), cujo objetivo era a defesa dos direitos dos seringueiros e das questões ambientais (Marchese, 2005).

Um ano após o assassinato de Chico Mendes, em 1989, ocorre um encontro entre o CNS e a UNI (União das Nações Indígenas), onde aprovam a “Declaração dos Povos da Floresta” em defesa da Amazônia e de seus habitantes, formando a Aliança dos Povos da Floresta. Quatro meses depois deste encontro, em julho, organizam o 2º Encontro Nacional dos Seringueiros, culminando na definição de Reservas Extrativistas (RESEX) como áreas de domínio do governo federal, para usufruto dos trabalhadores (Allegretti, 2002). As RESEX possibilitam um tipo de reforma agrária, necessária, e que protege o meio ambiente. Este conceito foi inspirado no modelo das Terras Indígenas, que são Unidades de Conservação e um território demarcado e concedido para os povos indígenas.

---

<sup>5</sup> Empatar significa, na linguagem local, impedir.

Um fato interessante liga a criação das Resex à história do Acre e seus povos da floresta: por iniciativa de Adrian Cowell<sup>6</sup>, o recém-criado Conselho Nacional dos Seringueiros foi convidado a participar de audiências públicas da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Brasil, em outubro de 1985. Dois discursos tiveram forte repercussão nas audiências, o do líder seringueiro Jaime Araújo, e o do representante da União das Nações Indígenas (UNI), Ailton Krenak. Nesta ocasião, críticas foram dirigidas às entidades ambientalistas internacionais por se preocuparem mais com a proteção de animais ameaçados de extinção e criarem a ilusão de que algo estava sendo feito para conter a devastação e o empobrecimento da sociedade (Allegretti, 2002). O movimento socioambiental no Acre já fora cunhado sobre este lema: a proteção da *floresta* e dos *povos* da floresta.

Uma das maiores conquistas do movimento indígena e indigenista no Acre foi a identificação e posterior demarcação das Terras Indígenas pela FUNAI e outros órgãos de apoio aos índios.

“Para tirar o patrão de dentro de nossa terra indígena, fizemos uma grande reunião para escolher a pessoa que tinha mais coragem. Assim, os Katukina escolheram uma liderança para tirar o patrão. No outro dia, chegou um funcionário da Funai para nos ajudar. Esse homem da Funai passou o resto do dia para reunir todo o nosso pessoal: homens, mulheres, crianças e velhos. No outro dia, fomos tirar o patrão, armados com flecha. Alguns homens usaram até espingardas. O funcionário da Funai foi na frente e os índios foram atrás. O nome desse patrão era Correia. Ele trabalhava para a Paranacre. Ele ficou com medo e foi embora com todos os seringueiros dele. Foi assim que nós, índios Katukina, tiramos o patrão de dentro de nossa terra.” (Evaldo Carlos Mainawa Katukina. *Idem* 134:135).

Após a identificação das Terras Indígenas, com a expulsão dos patrões e a retomada de sua liberdade, os índios tiveram que se organizar para continuar com as suas atividades produtivas. Para tanto, formaram ou re-estruturaram cooperativas. Para gerenciá-las e comercializar a produção das aldeias, eram escolhidas lideranças indígenas, que mobilizavam e articulavam a comunidade e os produtores (de borracha, de castanha, de farinha, por exemplo). Com a renda compravam mercadorias necessárias às suas comunidades, tais como: sal, munição, querosene e outros.

“No começo da nossa luta pelos direitos, a gente conseguiu organizar nossa cooperativa. Assim, tiramos os cariús da nossa terra. Depois começamos a procurar a Funai, a CPI e o CIMI para tentar conseguir educação e saúde nas nossas aldeias. (...) Para trabalhar na nossa cooperativa, os próprios índios tinham que fazer a contabilidade do movimento de mercadorias e borracha. Por isso, os índios precisavam ter escolas nas aldeias. Lutamos também para ter agentes de saúde, indígenas, treinados para tratar das principais doenças que atacavam as aldeias. (...) Depois do contato e das correrias, vieram muitos tipos de doença: sarampo,

---

<sup>6</sup> Autor da série “A década da destruição”, que retrata a destruição da Amazônia, seus recursos naturais e dos povos da floresta, na década de 1980.

tuberculose, coqueluche, pneumonia, gripe”. (Francisco Pancho Lopes Kaxinawá. Idem 139:140).

Observa-se que a história do Acre se confunde e se inscreve na história das lutas e conquistas dos movimentos sociais por justiça, direitos e terra, aliado ao comprometimento com as causas ambientais. Os povos indígenas do Acre participaram ativamente de todos estes processos, foram vítimas, mas também protagonizaram vitórias, construíram sua história. Conhecer estas histórias torna-se fundamental para a compreensão do processo de Formação que se expõe a seguir.

### ***1.2.5 O Tempo do Governo dos Índios - o Acre indígena hoje***

Estima-se que no Brasil a população indígena conte com pouco mais de 500 mil pessoas e 218 etnias (Ôchoa *et al.*, 2003). Ressalva-se que estes números são imprecisos, já que:

- a) não existem censos indígenas no país;
- b) não se sabe muito sobre os índios que estão nas cidades;
- c) existem etnias “ressurgindo” e;
- d) existem também os chamados “índios isolados”, que tiveram pouco ou nenhum contato com a sociedade dominante.

Desta forma a população indígena do Brasil, segundo diferentes fontes, pode variar desde 350 mil pessoas a aproximadamente 500 mil, em 216 a 218 etnias (ISA, 2000).

No Acre atual existem quatorze (14) etnias<sup>7</sup>, com população de pouco mais de treze mil (13.000) indivíduos, em trinta e quatro (34) Terras Indígenas (TIs), falantes das famílias linguísticas *Pano*, *Aruak* e *Arawá* (Ôchoa & Teixeira, 2006; ISA, 2000; Iglesias e Aquino, 2000). Esta população equivale a quase 2% da população do estado do Acre. Seus territórios somados equivalem a mais de 15% (2.415.664 ha) da superfície estadual (Tabela 1).

Tabela 1: Povos e Terras Indígenas no Acre

<b>Terra Indígena</b>	<b>Povo</b>	<b>Popu- lação</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Município</b>	<b>Situação jurídica</b>
Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Assis Brasil	Homologada
Mamoadate	Manchineri	937	313.647	Sena Madureira	DH 254-1991
	Jaminawa	168		Assis Brasil	

continua na página seguinte

<sup>7</sup> Duas destas etnias tentam ser reconhecidas: os Apolima-Arara e os Nawa.



continuação

<b>Terra Indígena</b>	<b>Povo</b>	<b>Popu- lação</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Município</b>	<b>Situação jurídica</b>
Manchineri do Seringal Guananbara	Manchineri	166		Sena Madureira	Em identificação
Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		Sena Madureira	A identificar
Jaminawá do Guajará	Jaminawa	70		Sena Madureira	A identificar
Alto Rio Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Sta Rosa Purus Manoel Urbano	DH s/n-1996
Jaminawa/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	82.000	Feijó	PD 288-2000
Kampa/Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	238 -	232.795	Feijó	DH s/n-1998
Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Feijó	DH 283-1991
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Feijó	DH 279-1991
Kaxinawá/Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Feijó	DH 294-1991
Kulina do Rio Envira	Kulina	257	84.364	Feijó	DH 280-1991
Kulina do Igarapé do Pau	Kulina Isolados	127 -	45.591 175.000	Feijó	PD s/n-2001 A identificar
Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Feijó	Identificação
Campinas/Katukina	Katukina	370	32.624	Tarauacá	DH s/n-1993
Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Tarauacá	DH 278-1991
Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Tarauacá	DH s/n-2001
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Tarauacá	DH 268-2001
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Tarauacá	DH s/n-2001
Rio Gregório	Yawanawá Katukina	530 76	92.859	Tarauacá	DH 281-1991
Alto Tarauacá	Isolados	-	142.600	Jordão	DH 369-2001
Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Jordão	DH s/n-2001
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	1.230	87.293	Jordão	DH 255-1991
Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá	166	14.750	Jordão	Autodemarcada
Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Taumaturgo	DH s/n-1998
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	450	87.205	Taumaturgo	DH s/n-1992
Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Taumaturgo	DH s/n-2001
Arara do Rio Amônia	Arara	278		Taumaturgo	Em identificação

Continua na página seguinte

continuação

<b>Terra Indígena</b>	<b>Povo</b>	<b>Popu- lação</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Município</b>	<b>Situação jurídica</b>
Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shāwādawa)	327	87.571	Porto Walter	Identificada
Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Cruzeiro do Sul	DH s/n-1998
Nukini	Nukini	553	27.264	Mancio Lima	DH 400-1991
Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Mancio Lima	DH s/n-2001
Nawa	Nawa	306		Mancio Lima	Identificação
<b>34</b>	<b>14</b>	<b>13.312</b>	<b>2.415.644</b>	<b>11</b>	

Fonte: adaptado de ISA (2000) e Iglesias & Aquino (2005), *in*: Ôchoa & Teixeira (2006).

Dentre os 14 povos indígenas no Acre, a etnia com maior população é a dos Kaxinawá, com 5.738 indivíduos, seguida pelos Kulina (1.317), Manchineri (1.103) e Ashaninka (884), dados de 2005 (Tabela 2, derivada da Tabela 1).

Tabela 2: População indígena no Acre por etnia (2005).

<b>Nº</b>	<b>Etnia</b>	<b>População</b>	<b>%</b>
1	Kaxinawá	5.738	44
2	Kulina	1.317	10
3	Manchineri	1.103	8
4	Ashaninka	884	7
5	Jaminawa	773	6
6	Nukini	553	4
7	Yawanawá	530	4
8	Katukina	480	4
9	Poyanawa	456	3
10	Shanenawa	332	2
11	Arara (Shāwādawa)	327	2
12	Nawa	306	2
13	Arara	278	2
14	Jaminawá Arara	235	2
<b>Total</b>		<b>13.312</b>	<b>100</b>

Fonte: sistematizado a partir de ISA (2000) e Iglesias & Aquino (2005), *in*: Ôchoa & Teixeira (2006).

É chamado Tempo do *Governo* dos Índios porque a partir deste momento histórico, com as TIs demarcadas e em sua maioria já homologadas, os povos indígenas no

Acre puderam retomar o curso das vidas, ou seja, puderam novamente viver livremente, segundo suas tradições e cultura. Chamam de Governo dos Índios esta possibilidade de se organizar social e politicamente de acordo com os interesses comunitários, vislumbrando o futuro destas populações. Atualmente as populações indígenas possuem maior autonomia para decidir como gerenciar os recursos das TIs, bem como para construir e implementar seus “planos de vida” comunitários. Esta maior autonomia é relativa aos tempos anteriores, já que ainda sofrem com a influência de órgãos governamentais e da sociedade brasileira de maneira geral que ainda não tem informações claras e suficientes sobre o modo de vida das populações indígenas brasileiras.

### ***O Movimento Indígena***

“O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram este problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação para as comunidades indígenas” (Luis Nukini, *In*: Ôchoa & Teixeira, 2006; 44).

O Movimento Indígena começa a surgir quando lideranças de vários povos começaram a se reunir anualmente em Rio Branco, exigindo da Funai maior rapidez na regularização das Terras Indígenas (TIs), que eram invadidas por não índios. Já em 1989 decidiram pela criação de uma entidade representativa dos povos indígenas do Acre e Sul do Amazonas, a UNI – União das Nações Indígenas do Acre e sul do Amazonas. A criação da UNI fortaleceu o movimento indígena e logo foram criadas outras entidades de representação, tanto regionais (abrangendo várias TIs de uma região), como de TIs isoladamente e atualmente até de aldeias (Ôchoa & Teixeira, 2006).

Estas organizações representam politicamente os povos, articulando com entidades governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, projetos e recursos para melhoria das condições de vida das populações indígenas, nas áreas de economia, saúde e educação (Tabela 3).

Além das entidades representativas dos povos indígenas, observa-se no Brasil e no Acre um aumento na participação de candidatos índios que disputam eleições, e que são eleitos para compor o poder legislativo brasileiro, principalmente como vereadores e deputados estaduais.

Tabela 3: Associações e Organizações Indígenas do Acre.

Sigla	Nome da Organização	Fundação
UNI	União das Nações Indígenas do Acre e sul do Amazonas	1988
ASKARJ	Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	1988
OPIRE	Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	1988
AAPBI	Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão de Ipiranga	1988
APIWTXA	Associação Ashaninka do Rio Amônia	1993
AKARIB	Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	1993
OAEYRG	Org. de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	1993
OPIRJ	Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	1995
OPITARJ	Org. dos Povos Indígenas do Rio Tarauacá e Rio Jordão	1996
MEIACSAM	Mov. dos Estudantes Indígenas do Acre e sul do Amazonas	1996
APAIH	Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	1998
ASIATA	Ass. dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	1998
ACOSMO	Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	1998
APAMINKTAJ	Ass. Prod.de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	1999
APROKAP	Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	1999
OPITAR	Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	1999
AIN	Associação do Povo Indígena Nukini da República	1999
AKAC	Associação Katukina do Campinas	1999
APAHC	Ass. dos Produtores e Agro-extrativistas Huni Kuĩ do Caucho	1999
ASKAPA	Ass. dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	2000
ASPIKH	Associação dos Povos Indígenas do Rio Humaitá	2000
ASKERG	Associação Katukina do Sete Estrelas	2000
AAKATIH	Associação Agro-extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	2000
OAKATIC 27	Org. dos Agricultores Kaxinawa da Terra Indígena Colônia 27	2000
OCAEJ	Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	2001
OPIAC	Organização dos Professores Indígenas do Acre	2001
AAEMRY	Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	2001
AMAIAAC	Ass. do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	2002
	Associação do Povo Jaminawá (Chave do Futuro)	2002
COOPYAWA	Cooperativa Agroextrativista Yawanawá	2002
	Associação Agroextrativista Kaxinawá Novo Lugar	2003
MAPKAHA	Manxineryne Ptqhi Kajpa Hajene (Org. Povo Manchineri do Rio Iaco)	2004
AJJIP	Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	2004
ACIRH	Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	2004
APHAP	Associação do povo Huni Kuĩ do Alto Purus	2004
OPIN	Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	2005
GMI	Grupo de Mulheres Indígenas	2005

Fonte: adaptado de (Ôchoa & Teixeira, 2006).

## Capítulo 2 – Revisão Bibliográfica

### 2.1 Agricultura e Agrofloresta Indígena

Segundo Miller (2006), em uma revisão exaustiva sobre sistemas agroflorestais indígenas, as populações tradicionais da Amazônia pré-colombiana possuíam sistemas de produção agrícola biodiversos, dos quais o plantio de árvores era parte, contribuindo para a diversidade e a segurança alimentar. Isto pôde ocorrer também porque a floresta Amazônica oferece uma grandiosa biodiversidade com imenso número de plantas úteis para domesticação (Venturieri, 2001). Assim, os sistemas agroflorestais tradicionais na Amazônia são formas de cultivar árvores frutíferas e outras plantas úteis, sendo que a origem destes sistemas data também do nascimento da agricultura nesta região (Miller, 2006).

As práticas envolvidas nos sistemas agroflorestais tradicionais indígenas, são, segundo Miller (2006):

- “Árvores florestais úteis são poupadas na abertura de roças;
- Plântulas de espécies florestais úteis são poupadas quando regeneram nas roças;
- Árvores frutíferas crescendo em capoeiras são poupadas na ocasião da derrubada para abrir novas roças;
- Sementes de frutíferas são plantadas entre os cultivos da roça;
- Mudas que se estabelecem a partir de sementes dispersas ao acaso nas proximidades das moradias são poupadas;
- Mudas de frutíferas provenientes dos quintais das casas são transplantadas para as roças;
- Sementes de frutíferas são plantadas ao longo de caminhos, em roças velhas ou em clareiras na floresta.”.

A agricultura agroflorestal proporciona um sistema de subsistência que imita os processos naturais (sucessão natural, ciclagem biogeoquímica, estratificação), caracterizando um sistema produtivo ecológico análogo à vegetação natural (Vivan, 1998). Na América Latina são muitos os tipos de sistemas agroflorestais encontrados, variando em função dos contextos sociais, culturais e dos aspectos geofísicos onde são encontrados (Lok, 1996).

Quanto aos locais de implantação de sistemas agroflorestais nas terras indígenas, Miller (2006), demonstra que se encontram em diferentes espaços das aldeias, como nas proximidades das moradias (quintais), nos roçados (antigos e novos), ao longo de caminhos e em clareiras na floresta.

Da mesma forma Kerr (1997), estudando os Kayapó, encontrou uma multiplicidade de locais onde ocorriam as práticas agrícolas: cultivos junto às casas (pomares, hortas medicinais), roças que distam entre 5 a 10 km da aldeia, nas trilhas que ligam as roças

às aldeias, em clareiras nas trilhas, em clareiras naturais, entre outros. Observa também que os Kayapó plantam para assegurar a subsistência, para o banco de germoplasma, para fins medicinais, práticas religiosas e para atrair caça, transferem mudas para as matas e clareiras ou para as roças. Kerr (1997) ressalta que os Kayapó se preocupam muito em manter a heterogeneidade genética das plantas, tal como na natureza.

Os quintais agroflorestais combinam espécies nativas, e espécies frutíferas introduzidas de outras partes do globo durante a colonização européia e outras recentes introduções de espécies, representando a principal prática agroflorestal empregada na Amazônia atual. Além disso, têm potencial para contribuir com o desenvolvimento de outros sistemas agroflorestais, através da experimentação de novas espécies e técnicas de cultivo, multiplicação e transferência de germoplasma, entre outros (Miller, 2001).

O conceito de quintais agroflorestais foi proposto, segundo Neves (2004), pelo arqueólogo Donald Lathrap, para designar o loco onde a domesticação das espécies começaria a se dar, através do transplante de plantas da floresta para os quintais.

Ao redor das casas há um arranjo espacial de locais onde são cultivadas diferentes espécies: casa – terreiro – quintal agroflorestal – capoeira ou mata secundária (Miller, 2001). Os terreiros são mantidos limpos, com tamanho de 500 m<sup>2</sup> (20 x 25m), variando e dependendo da disponibilidade de tempo para o trabalho de capina (Miller, 2001). Segundo este autor o limite flutuante (não muito bem definido) entre terreiro, quintal e mata, é o local para o estabelecimento e recrutamento de sementes de árvores de interesse, concordando com Lathrap *apud* Neves, 2004.

Enquanto nas proximidades das casas são encontradas principalmente árvores frutíferas e de múltiplos usos, plantas condimentares e medicinais; em áreas mais distantes das comunidades, ocorre o enriquecimento de capoeiras com espécies de interesse, especialmente frutíferas, a partir de áreas onde se efetuou corte-queima-pousio, transformando-as em agroflorestas (Miller, 2001; Miller, 2006).

Os sistemas agroflorestais indígenas na Amazônia representam uma “fina-harmonia” entre conhecimentos sobre a interação das plantas e seu desenvolvimento, envolvendo interações entre os sistemas agrícolas, sociais e cosmológicos (Miller, 2006). Assim, os sistemas agroflorestais, que para alguns autores (Altieri, 2002; Dubois, 1996)

“são formas de uso e manejo dos recursos naturais, onde ocorre o convívio entre espécies animais e vegetais, arbóreas e agrícolas, espacial e temporalmente arranjados, cultivados e ou criados simultânea ou sequencialmente”,

para os povos indígenas representam para além dos aspectos técnicos (biológicos e físicos), as relações comunitárias, os trabalhos em mutirão e a educação, ou seja, os conhecimentos ancestrais repassados geração após geração. Apresentam-se como um espaço e uma oportunidade para a transmissão e o fortalecimento cultural.

Outro aspecto relacionado aos locais onde se pratica a agricultura na Amazônia, está em função do regime de cheias e vazantes dos rios. O cultivo nas terras firmes, por meio de práticas cíclicas de derrubada, queima, cultivo, pousio e enriquecimento, é o sistema mais difundido (Venturieri, 2001). Este sistema é conhecido como coivara ou roça de toco e constituiu-se como uma solução ecológica dos habitantes dos trópicos úmidos. É a prática agrícola mais comumente utilizada pelos povos indígenas e outras populações tradicionais do Brasil. Consiste, em linhas gerais, na derrubada e queima de áreas florestais (capoeiras ou matas secundárias e primárias) para o plantio de espécies agrícolas, medicinais, frutíferas, entre outras (Ribeiro, 2004).

O plantio nas várzeas está condicionado aos ciclos sazonais de vazante das águas dos rios, quando se formam as praias, nelas são plantadas principalmente plantas anuais como milho, melancia, amendoim, feijão e raízes. Em várzeas mais altas eventualmente são plantadas espécies perenes adaptadas a esta condição (Venturieri, 2001).

Em relação às espécies tradicionais nestes sistemas, a história da agricultura na América do Sul, e mais precisamente nas terras baixas, o que inclui as planícies Amazônicas, pode ser contada a partir da domesticação, pelas populações tradicionais que a habitavam, das plantas de raiz, como a batata doce (*Ipomea batatas*), a mandioca (*Manihot esculenta*), o taiá (*Xanthosoma* sp.), a araruta (*Maranta* sp.) e o cará (*Dioscorea* sp.). A domesticação e o cultivo destas plantas podem ter ocorrido entre 4.000 e 10.000 anos atrás (Neves, 2004; Roosevelt, 1994; Smith, 1998).

A domesticação da mandioca é considerada uma “façanha extraordinária”, porque transformou em alimento uma planta extremamente venenosa, encontrando-se várias utilidades a cada uma de suas partes (Ribeiro, 1995; Lévi- Strauss, 1997). Atualmente a mandioca é a base da alimentação dos povos indígenas e de boa parte da população brasileira.

Estes processos de domesticação e cultivo são lentos, por isto diz-se que a agricultura não foi “subitamente inventada”, mas que foi resultado de um processo gradual de acúmulo de conhecimentos e práticas agrônômicas (Neves, 2004). Ainda tem-se um número reduzido de evidências arqueológicas que indiquem como ocorreu a ocupação destes territórios e as formas de agricultura praticadas pelas populações tradicionais.

Acredita-se que a agricultura praticada na Amazônia foi capaz de sustentar grandes densidades populacionais, possibilitando sistemas culturais e artísticos muito desenvolvidos. Aliada à agricultura, estava a caça, importante fator de desenvolvimento (Lathrap, 1970 citado por Roosevelt, 1980), complementando os sistemas alimentares e culturais dos povos.

Muitas plantas foram domesticadas pelos índios ao longo dos tempos, e hoje são parte da dieta não só de brasileiros, mas também de muitos outros povos do mundo. São exemplos de plantas domesticadas pelos índios, tanto em terras altas, quanto em terras baixas: mandioca (*Manihot esculenta*), tomate (*Solanum lycopersicum*), batata (*Solanum tuberosum*), tabaco (*Nicotiniana tabacum*), milho (*Zea mays*), amendoim (*Arachis hypogaea*), pupunha (*Bactris gasipaes*), urucum (*Bixa orellana*), açaí (*Euterpe oleracea*), abóboras (*Cucurbita* sp.), pimentas (*Capiscum* sp.), mamão (*Carica papaya*), maracujá (*Passiflora* sp.), algodão (*Gossypium* sp.), feijão (*Phaseolus* sp.), batata doce (*Ipomea batata*), cará (*Dioscorea* sp.), taioba (*Xanthosoma* sp.), abacaxi (*Ananas comosus*), abacate (*Persea americana*), araticum (*Annona* sp), caju (*Anacardium occidentale*), goiaba (*Psidium guajava*), cacau (*Theobroma cacao*), coca (*Erythroxylum coca*), genipapo (*Genipa americana*), seringueira (*Hevea brasiliensis*), pinhão (*Araucaria angustifolia*), castanha (*Bertholletia excelsa*), erva mate (*Ilex paraguariensis*), guaraná (*Paullinia cupana*), e muitas plantas de uso medicinal (Neves, 2004; Ribeiro, 2004; Sauer, 1997).

### **2.1.1 Os atuais sistemas agrícolas indígenas**

Com a consolidação da ocupação portuguesa na Amazônia, no século XVII, mais precisamente a partir de 1616, um grande número de espécies exóticas foi introduzida e incorporada aos sistemas agroflorestais indígenas (Miller, 2006). Dentre elas, e ao longo dos séculos XVII e XVIII, foram introduzidas, principalmente por portugueses e franceses, manga, limão, laranja, café, cana-de-açúcar, carambola.

Smith (1996) estudando quintais agroflorestais amazônicos cita que de um total de 77 espécies arbóreas, 46% eram nativas da Amazônia e 27% procedentes do velho mundo. Inúmeras técnicas de cultivo foram desenvolvidas pelos índios, práticas tradicionais coexistem com as modernas, como, por exemplo, implantar um viveiro de mudas utilizando saquinhos e realizar os ritos culturais de invocação para o bom plantio e colheita, bem como o trabalho em mutirão e realizar trocas de germoplasma entre as famílias. Estes sistemas tradicionais de agricultura são intensivos em conhecimentos, que podem ser classificados em dois grupos: conhecimentos relacionados às características físico-químicas e biológicas dos



recursos e os conhecimentos relativos aos métodos e às técnicas para uma exploração sustentável (Cotton, 1996).

Atualmente os quintais de cidades e pequenas unidades de produção combinam espécies frutíferas nativas e introduzidas. No Acre aconteceu da mesma maneira, concordando com Miller (2006). A tabela 4 ilustra brevemente esta situação. A sistematização de alguns relatórios de campo da CPI/AC, durante os anos de 2000 a 2005, apontou para o cultivo de 67 diferentes espécies frutíferas, entre nativas e exóticas (considerando a América do Sul), em quintais agroflorestais de Terras Indígenas do Acre.

Tabela 4: Espécies encontradas em quintais agroflorestais de Terras Indígenas do Acre (2000 a 2005)

	Nome popular	Nome científico		Nome popular	Nome científico
1	Abacate	<i>Persea americana</i> Mill.	35	Embaúba	<i>Cecropia pachystachya</i> Trec.
2	Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> L. Merr.	36	Freijó	<i>Cordia sagoti</i> L.M. John
3	Abiu	<i>Lucuma caimito</i> Roem & Schult.	37	Fruta pão	<i>Artocarpus altilis</i> Parkinson
4	Açaí	<i>Euterpe precatoria</i> Mart.	38	Fumo bravo	<i>Solanum</i> sp.
5	Açaí de touceira	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	39	Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.
6	Acerola	<i>Malpighia glabra</i> L.	40	Graviola	<i>Anona muricata</i> L.
7	Amora	<i>Rubus fruticosus</i> Agg.	41	Imburana	<i>Amburana cearensis</i> Allemão
8	Apurú	<i>Duroia hirsuta</i> Poepp.	42	Ingá de metro	<i>Inga edulis</i> Mart.
9	Ata	<i>Annona</i> sp. L.	43	Ingá nativa	<i>Inga</i> sp.
10	Azeitona	<i>Eugenia jambolana</i> Lam.	44	Jabuticaba	<i>Myrcia cauliflora</i> Berg.
11	Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.	45	Jaca	<i>Artocarpus integrifolia</i> L.f.
12	Bacuri	<i>Platonia insignis</i> Mart.	46	Jambo	<i>Syzygium jambos</i> L.
13	Banana	<i>Musa</i> sp.	47	Jambu	<i>Spilanthes oleracea</i> L.
14	Batata doce	<i>Ipomoea batatas</i> L. Lam.	48	Laranja	<i>Citrus aurantium</i> L.
15	Biribá	<i>Rollinia mucosa</i> Baill.	49	Lima	<i>Citrus sinensis</i> L.
16	Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i> L.	50	Limão	<i>Citrus aurantifolia</i> Christm.
17	Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.	51	Limão cravo	<i>Citrus limonia</i> Osbeck.
18	Cacaú	<i>Theobroma speciosum</i> Spleng.	52	Mamão	<i>Carica papaya</i> L.
19	Café	<i>Coffea</i> sp. L.	53	Manga	<i>Mangifera indica</i> L.
20	Cajá	<i>Spondias Mombim</i> L.	54	Maracujá	<i>Passiflora alata</i> Dryander.
21	Cajarana	<i>Spondias cytherea</i> Sonn.	55	Mogno	<i>Swietenia macrophylla</i> King.
22	Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.	56	Mulateiro	<i>Calycophyllum spruceanum</i> Benth.
23	Cajuí	<i>Anacardium giganteum</i> Hance	57	Murmuru	<i>Astrocaryum murumuru</i> Mart.
24	Cana	<i>Saccharum officinarum</i> L.	58	Mutamba	<i>Guazuma ulmifolia</i> Lam.
25	Carambola	<i>Averrhoa carambola</i> L.	59	Ouricuri	<i>Attalea phalerata</i> Mart.
26	Castanha	<i>Bertholletia excelsa</i> H.B.K.	60	Patoá	<i>Oenocarpus bataua</i> Burret.
27	Cereja	<i>Amburana acreana</i> Ducke	61	Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i> L.
28	Cipó	<i>Banisteriopsis caapi</i> Griseb in Mart.	62	Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> H.B.K.

continua na página seguinte

Continuação

	Nome popular	Nome científico		Nome popular	Nome científico
29	Coco da Bahia	<i>Cocos nucifera</i> L.	63	Pupunha nativa	<i>Bactris dahlgreniana</i> Glassman
30	Coco da Praia	<i>Cocos nucifera</i> L.	64	Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i> M. Arg.
31	Condesa	<i>Annona reticulata</i> L.	65	Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i> L.
32	Cumaru	<i>Dipteryx</i> sp Aulb.	66	Tangerina	<i>Citrus reticulata</i> Blanco
33	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> Willd. ex Spreng.	67	Urucum	<i>Bixa orellana</i> L.
34	Dendê	<i>Elaeis guineensis</i> L.			

Fonte: relatórios de assessoria da CPI/AC (2000 a 2005)

### 2.1.2 Criação de animais – os rebanhos de quelônios

É prática tradicional indígena a integração entre culturas vegetais e animais, que praticam há milênios, num sistema que tem como base a policultura (Leonel, 2000). Erickson (2000) pesquisando sítios arqueológicos na Amazônia boliviana encontrou barragens para formação de açudes, feitas manualmente. Segundo o autor, estas estruturas eram utilizadas pelos índios para manter o suprimento em proteína animal, de grandes densidades populacionais, na forma de peixes e moluscos. Carvajal (1970), conta que em expedição por rios da Amazônia, entre 1541 e 1542, foram encontradas vilas, com grandes estoques de comida, dentre eles peixe seco e milhares de tartarugas em currais (cativeiro). Bates (1876), citado por Rebelo & Pezzuti (2000), diz que a tradição indígena garante que “nos primeiros tempos, tantas eram as tartarugas na água, quantos eram os mosquitos no ar”.

Os quelônios são considerados pelas populações tradicionais um recurso alimentar bastante apreciado (Scarda, 2004). Os quelônios são as tartarugas - *Podocnemis expansa*, tracajás - *Pexetoso unifilis*, iacás - *Pexetoso sextuberculata*, entre outros. Deles se aproveitam o casco, como utensílio de cozinha, os ovos e a carne para alimentação. Atualmente os ovos são utilizados para extração de óleo para iluminação. A exploração da tartaruga era feita no período do verão, com a coleta de ovos e indivíduos nas praias. As tartarugas adultas eram guardadas e consumidas no inverno, período das cheias, quando a pesca é mais difícil (Scarda, 2004).

Algumas experiências de criação de quelônios em cativeiro estão sendo feitas em Terras Indígenas do Acre. A iniciativa para criação destes animais partiu dos próprios povos indígenas, e a CPI/AC construiu um modelo demonstrativo em sua área experimental para multiplicar a iniciativa. Também a Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal (Seater/AC) está implementando em Terras Indígenas e unidades de produção familiares, criatórios de animais silvestres, dentre eles os para criação de quelônios.

## 2.2 A agricultura dos índios Kaxinawá

A etnia Kaxinawá está presente em áreas do Peru e Brasil. Neste, encontram-se principalmente no Acre e sul do Amazonas, Amazônia brasileira. No Acre é a etnia mais numerosa, aproximadamente 5.723 indivíduos - 44% da população indígena do estado (Ochoa e Teixeira, 2006). Os Kaxinawá fazem parte da família linguística Pano, designados como subgrupo nawa. Autodenominam-se Huni Kuĩ, ou Povo Verdadeiro (ISA, 2000). Uma forte característica da arte kaxinawá são os *kenes*, desenhos geométricos utilizados nas pinturas corporais com jenipapo e na tecelagem, tanto em peças de algodão como com miçangas.

Antes da chegada dos seringueiros, considera-se que os “habitats originais” dos Kaxinawá eram os rios Muru, Humaitá e Iboiçu, afluentes do rio Envira, que por sua vez é afluente do rio Juruá, que deságua no rio Solimões.

Após a chegada dos caucheiros peruanos e dos seringueiros brasileiros, os grupos Kaxinawá se espalharam pelas cabeceiras de outros rios do Acre e Peru (ZEE, 2000; Ochoa et al, 2003; ISA, 2000). Eram povos originalmente com tradições orais, porém, com os primeiros contatos foram progressivamente incorporados à economia da borracha. Desta forma, iniciaram-se na escrita, porém sem dominá-la (CPI/AC, 1995).

Segundo Elsje Lagrou (ISA, 2000), toda a mitologia Kaxinawá conta como um bem cultural/material, ou como produzi-lo, foi dado aos homens por um animal. Este animal é um “Huni Kuĩ encantado” e comunicou aos seus “próximos” as qualidades do bem. Exemplifica contando que “não por acaso quem ensinou a agricultura foi um esquilo” (quatipuru na linguagem regional), um animal que tem como hábito armazenar produtos e enterrá-los. Exemplifica também o mito de uma espécie de macaco, que os ensinou a copular, sendo esta a única espécie que copula face a face.

A divisão social do trabalho é característica marcante entre os Huni Kuĩ. Porém o trabalho de homens e mulheres caracteriza-se mais por uma complementaridade nas tarefas do que por conflitos (Aquino & Iglesias, 1994; ISA, 2000). Os espaços são bem definidos, aos homens cabem as atividades relativas à produção agrícola: roçados, caça, pesca, coleta de produtos na floresta, construção, corte de lenha.

As atividades tipicamente femininas são os cuidados com a casa e terreiro, as crianças, a alimentação e as roupas, colheita dos “legumes” do roçado, fiar e tecer o algodão para o fabrico de redes, lençol, pulseira, capanga, entre outros, fabrico de objetos de barro e cerâmica, cestarias, abanos e esteiras de palha, criação dos animais domésticos, pequenas hortas. As mulheres são as donas do roçado e as donas da casa (Aquino & Iglesias, op. cit.).

### 2.2.1 Os roçados Kaxinawá

Os **Bai Kuĩ**, ou roçados de terra firme, são agricultura de derrubada e queimada (broca e coivara) e os **Maxi Bai**, ou roçados de praia, são plantios realizados na época das vazantes dos rios, quando se formam as praias. Estes dois tipos de roçado constituem a base do manejo agrícola para alimentação dos grupos domésticos Kaxinawá (Aquino & Iglesias, 1994). Fazem parte da alimentação indígena a caça, pesca e a coleta de frutas das matas.

Os **bai kuĩ**, ou roçados verdadeiros, são implantados preferencialmente em solos arenosos, mais apropriados para a macaxeira do que o solo “liguento” argiloso (Aquino & Iglesias, 1994). Os roçados indígenas de terra firme são feitos preferencialmente em áreas de capoeira. Somente são feitos em matas brutas quando não há outra opção. Há preferência pelas capoeiras por razões ecológicas, mas principalmente práticas: como o diâmetro das árvores é menor, fica mais fácil “brocar”. Existe um ciclo para o retorno às áreas já utilizadas, com conseqüente manejo das capoeiras, já que alguns produtos, como a macaxeira, são deixadas na mesma, principalmente com objetivo de atrair caças (*idem*). Roças de um ano atraem veados, pacas, cutias, aves e anta. Roças novas atraem tatus, porcos-do-mato (Ribeiro, 2004).

As atividades do roçado compreendem: o aceiro da área escolhida, a broca (derrubada), a derrubada das árvores maiores, o corte deste material em frações menores para secar mais rápido, a queima (coivara), o plantio (com a terra quente e com a terra fria<sup>8</sup>) e uma “limpa” do capim após 2 ou 3 meses do plantio. Os homens realizam o plantio de quase todos os “legumes” do roçado. O algodão e o urucum são plantados pelas mulheres (Aquino & Iglesias, 1994). A taioba é plantada exclusivamente pelas mulheres, que “cuidam” e escolhem sempre o melhor lugar do roçado para seu plantio (José de Lima Kaxinawá, informação pessoal, 2006).

Nos roçados tradicionais Kaxinawá, as espécies encontradas são chamadas de “legumes”. Dentre eles a “roça” (macaxeira) é a mais importante. Aquino & Iglesias (1994), estudando os Kaxinawá do Rio Jordão, considerados os mais tradicionais dos Huni Kuĩ, encontraram nos Bai Kuĩ, mais de 18 espécies de legumes e cerca de 100 variedades. Dentre eles: macaxeira (atsa), bananas (mani), taiobas (yubin), cana (tawá), milho (sheki), inhame (puá), batata doce (carí), batata (yuxú), mamão (barã), algodão (shapú), urucum (mashe), pimenta (yuti), jerimun (nixi barã), cará (siú), outras variedades de feijão, abóbora e tinguí, utilizado para pescaria.

---

<sup>8</sup> Terra quente – pouco tempo após a queima da matéria vegetal. Terra fria – algum tempo após esta queima, de modo que não existe nada de calor do fogo ou das brasas.

Nos roçados de praia, são plantados principalmente: mudubim (amendoim), milho, melancia, feijão de praia e jerimum.

Outro levantamento dos legumes e roçados Kaxinawá, feito em 1996, durante o I Curso de Formação de Agentes Agroflorestais, e publicado pela CPI/AC no livro: “Legumes, frutas, bichos e os índios: ecologia da floresta”, algumas outras espécies, além das apontadas acima, são consideradas como legumes tradicionais nos roçados Kaxinawá: amendoim ou mudubim (tama), maxixe (bimi), feijão (yusu), melancia (maxi barã), abacaxi ou ananás (kãkã) e fumo (dumã).

Sobre as mudanças ocorridas nos roçados após o contato com os povos não índios, em especial com seringueiros, o prof<sup>o</sup> Jaime Manchineri dá um depoimento:

“...Então a mulher ou o homem primeiramente o que levavam era a semente de algodão e milho que eles plantavam. Aí já no outro dia já iam plantar tudo; banana, macaxeira e milho. Tem um jerimum que os índios mesmos plantam, que é muito diferente da do branco. Aí já ficavam lá e agora hoje em dia chegou a época quando já tiveram o contato com os brancos que começaram plantar banana de outros tipos, banana prata, banana maçã, mas antigamente era só banana cumprida que o povo manchineri comia e banana naja. A macaxeira acho que já foi depois, quando já tiveram contato, arroz, feijão chegou. Hoje em dia também o pessoal planta na praia feijão, melancia, jerimum, milho, batata doce, que produz mais rápido, durante 3 ou 4 meses, até chegar o inverno, antes disso a gente já colhe para o nosso sustento.” (Prof<sup>o</sup> Jaime Sebastião Manchineri, in: Dias, 2001).

Pode-se observar, analisando-se este depoimento e os desenhos (figura 3) que representam os roçados tradicionais do povo Kaxinawá, que estes roçados “típicos” ou “tradicionais”, já incorporam culturas agrícolas pós-contato com os não índios, como o arroz e mais variedades de banana.

De maneira geral, segundo Crosby (1972) *apud* Neves (2004), enquanto algumas plantas e animais foram levados para outros continentes (milho, batata, bata-doce, tomate, pimentas, cacau, feijão, mandioca, abacate, girassol, amendoim, caju, peru, entre outros), outras vieram para a América do sul: banana, limão, laranja, cana-de-açúcar, galinha, porco, ovelha, vaca, etc.

No caso do Acre, segundo Aquino & Iglesias (1994), tanto a preservação dos “legumes tradicionais”, quanto a incorporação de novos cultivos aos roçados indígenas se deu porque as mulheres Kaxinawá souberam preservar suas sementes antigas, mesmo passando por um período de quase um século de contato com os seringais e seringalistas. Por outro lado, este contanto possibilitou a incorporação destes outros legumes, que se tornaram

tradicionais, pois foram inseridos no mesmo contexto (ecológico, econômico, social e cultural) e nos mesmos ritos dos legumes tradicionais.

### **Mitologia e ritual Kaxinawá relacionada aos roçados e os legumes**

A análise de mitos e lendas permite uma compreensão mais aprofundada sobre a interação entre cultura e natureza (Martin, 1995), fundamental para o entendimento de práticas e rituais, principalmente as relacionados à agricultura. Através dos mitos, as sociedades indígenas conseguem apresentar “conhecimentos, reflexões e verdades essenciais” às crianças, com uma linguagem metafórica e poética, que aos poucos vão decifrando sua realidade, com o “amadurecimento social”, vão descobrindo novos significados para as mesmas histórias (Silva, 2004). Segundo Cotton (1996) a análise de rituais é muitas vezes útil para elucidar as construções culturais sobre a natureza.

Para Shaden (1953), os mitos relacionados à origem das espécies úteis aos homens nasceram justamente do corpo dos mesmos, isto corrobora com o descrito por Lagrou (2000). Um mito Kaxinawá sobre a origem dos roçados descreve esta situação:

#### *Origem dos roçados Kaxinawá*

“Diz que antigamente o roçado começou assim: não existia nada para comer. Os homens só comiam barro torrado. Um dia, os filhos e netos de um homem velho, que eram muitos, choraram para comer outra coisa.... O velho disse: eu vivo não vou dar jeito na vontade de comer que vocês têm. Se vocês tem coragem de amarrar meu pescoço e depois sair arrastando até eu morrer, depois vocês me atiram no canto e me enterram...Porém seus filhos e netos não fizeram isto... Um dia, o velho pelejou e disse para fazer o que ele mandava. Seus filhos e netos resolveram fazer como ele havia mandado e enterraram onde ele havia morrido...Quando passaram três meses, seus filhos e netos voltaram para a sepultura do velho. Ao chegarem ao local viram que em cima da sepultura do velho tinha nascido um roçado de banana com todos os legumes: milho, macaxeira, amendoim, cará, inhame... Os filhos e netos resolveram experimentar e comer o que tinham encontrado no roçado. Depois que conheceram os legumes do roçado, resolveram botar roçados todos os anos. Assim aumentaram os legumes.” (AAFI Francisco Ibã Melo Kaxinawá, in: CPI/AC, 2000)

A figura 3 ilustra um roçado tradicional Kaxinawá. Note-se que o roçado é cortado ao meio por uma linha, representada em vermelho. Esta linha é a chamada “linha da morte”, e todo o roçado, pelo menos os que procuram ser mais tradicionais, a tem. A linha da morte tem relação com a mitologia Kaxinawá a respeito da origem do roçado e dos legumes. Esta linha significa a relação com a vida, com a fartura e a abundância, não havendo alimentos em abundância tanto a cultura (principalmente as festas) quanto o próprio homem morrem. O fim da vida do velho significa também o fim da fome para os povos indígenas.



Figura 3: Representação de um roçado tradicional Kaxinawá.

Ilustração do AAFI José de Lima Kaxinawá (Tavares, 2000)

Outro mito sobre a origem dos legumes conta sobre a traição de uma mulher que era casada com um quatipuru (esquilo) encantado, que trouxe, através de uma mágica, todos os legumes que os índios haviam perdido. Quando o esquilo descobriu que havia sido traído e que iria ser morto pelos cunhados, se transformou novamente num quatipuru roxo e foi embora levando todos os legumes da aldeia. Atualmente os Kaxinawá afirmam que é por isso que toda vez que “botam” seus roçados nasce a macaxeira brava, que é a macaxeira do quatipuru, chamada em hãtxa kuĩ “kapa atsa banani”.

#### *Ritual da Fertilidade - O Katxanawa*

O Katxanawa ou mariri é um ritual Kaxinawá ligado ao ciclo agrícola. Trata-se de uma festa de nomeação de todos os legumes dos roçados. As músicas e danças realizadas durante estas festas são para chamar os espíritos de todos os legumes para fertilizarem seus roçados, a fim de que cresçam com boas energias e que haja sempre fartura de alimentos nas casas (Aquino & Iglesias, 1994). Foi definido por Lagrou (1988) e McCallun (1991), citadas

por Aquino & Iglesias (1994), como sendo um ritual da fertilidade, já que utiliza o Katxa (oco feito do tronco de paxiúba cortado, descascado e esvaziado ainda na mata) ao centro das danças. Este representa o tronco oco de onde foram criados os primeiros Kaxinawá (*idem*). Visualmente observa-se os *yuxin* (espíritos ou almas) da floresta, representados pelas vestes de palha e pinturas corporais com urucum. O katxanawa deve ser precedido de uma caçada ou pescaria, para divisão destes alimentos.

Atualmente, as recepções aos visitantes das aldeias são feitas através de um “mariri de brincadeira” (Figura 4), onde os indígenas se vestem igualmente como na tradição, pegam o visitante pelos braços e o levam dançando e cantando a dar voltas pela aldeia. Depois de algum tempo o visitante é levado para o Kupixawa (Figura 5), onde são feitas as apresentações e onde são oferecidos o *mani mutsá* (mingau de banana) ou a caiçuma de macaxeira<sup>9</sup>.



Fotos Renato Gavazzi

Figura 4: Apresentação do Katxanawa



Figura 5: Kupixawa

<sup>9</sup> Caiçuma: bebida de amendoim e macaxeira ou amendoim e milho. Pode ser fermentada ou não. Neste caso serve como alimento, preparando-se a partir do cozimento da macaxeira que é amassada e misturada com água (podendo ser doce ou salgada).



## **2.3 Educação Indígena Diferenciada e a Experiência da Comissão Pró-Índio do Acre**

### ***2.3.1 Educação Escolar Indígena***

A partir da década de 1970, com o surgimento das organizações de apoio aos índios, apareceram as primeiras propostas de uma educação indígena que contemplasse as especificidades socioculturais e históricas dos povos indígenas (Grupioni, 2006). Com a maior organização do movimento indígena e indigenista, e através de experiências com a formação de professores indígenas, contextualizando currículos e gestão próprios nas escolas indígenas, observa-se uma mudança tanto no marco legal referente à educação e às questões indígenas de maneira geral, quanto nas práticas do Estado em relação a estes povos (Monte, 2000; Grupioni, 2006).

A principal idéia construída, e que permanece até os dias atuais, é que os povos indígenas possam se apropriar da escola para dar-lhe novos sentidos e significados. Portanto, os princípios que devem nortear a escola indígena são: a diferença, a especificidade, a interculturalidade e o bilingüismo.

Para que se garanta que os índios sejam protagonistas de suas escolas, a formação dos professores é essencial, e atualmente vêm ocorrendo tanto como iniciativa de organizações não governamentais, como através de secretarias de estado e municipais de educação (Monte, 2000; Grupioni, 2006). Assim, como afirma Silva (1999), o conceito de professor indígena está ligado, a uma definição mais ampla, a própria proposta de uma escola indígena. Isto significa que seu trabalho só pode ser realizado eficazmente, segundo estas prerrogativas, num modelo realmente indígena de escola. Este modelo só pode ser construído com a participação de todas as pessoas da comunidade: professores, lideranças, alunos, enfim toda a comunidade indígena.

O debate atual sobre a Educação Escolar Indígena no Brasil oscila entre a educação voltada para o indivíduo e aquela voltada para o projeto político de um povo (Ladeira, 2004). A autora assinala que

“O desafio da educação escolar indígena é se propor um sistema de ensino de qualidade e diferenciado, no sentido de atender as especificidades de um povo diferente da sociedade nacional, considerando que seus horizontes de futuro não são os mesmos que os nossos, e não reduzir a questão ao atendimento por meio dos programas de inclusão social dos anseios individuais, ainda que legítimos, de alguns dos estudantes indígenas.”

Os povos indígenas mantêm vivas as suas formas de educação tradicional, que ultrapassam as barreiras formais da escola e que podem contribuir na formação de uma política e uma prática educacional adequadas, capazes de atender aos anseios, interesses e necessidades diárias de sua realidade atual (Silva, 1999).

Outras organizações não governamentais vêm realizando trabalhos no campo da educação indígena, tais como: Conselho Missionário Indigenista (CIMI), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Instituto Socioambiental (ISA), Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre (COPIAR), Organização Geral dos Professores Tikunas (OGPTB), entre outras. A Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC) foi pioneira neste trabalho, inspirando outras iniciativas no Brasil, do resultado deste trabalho trataremos logo adiante.

Em âmbito governamental as secretarias estaduais e municipais vêm formando professores indígenas, construindo e mantendo escolas nas terras indígenas. No estado do Acre a Secretaria de Educação (SEED/AC) possui uma Gerência Indígena, para tratar de todos os assuntos relacionados à educação indígena, inclusive questões sobre a merenda escolar. Atualmente está sendo proposto que as merendas das escolas indígenas sejam compradas da própria comunidade.

### ***Marco Legal***

Quando a Constituição Federal de 1988 reconhece o direito dos índios a uma cidadania diferenciada, assegurando-lhes os direitos territoriais e culturais, as questões indígenas passam a ser gradativamente reconhecidas e normatizadas. A primeira delas ocorreu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB), que fundamentou o Plano Nacional de Educação de 1998 (PNE), inscrevendo que a educação indígena deverá ter um tratamento diferenciado das demais escolas do sistema de ensino, já incorporando os princípios do bilingüismo e da interculturalidade. O PNE atribuiu aos estados a responsabilidade pela educação indígena, que desde a década de 1960 estava a cargo da esfera federal, através da Fundação Nacional do Índio (Funai).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena foram aprovadas em 1999, após muita discussão e interlocução do governo federal com as ONGs indigenistas e o movimento indígena que vinham construindo suas “histórias” no campo na educação escolar indígena. Na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, foi montado um grupo de trabalho, que elaborou os Referenciais Curriculares Nacionais para as Escolas Indígenas (RCNEI).

### ***2.3.2 A experiência da Comissão Pró-Índio do Acre - CPI/AC***

Fundada em 1979, a CPI/AC tem como objetivo assessorar os povos indígenas do Acre em suas lutas por terra, educação, saúde e, meio ambiente, através de ações educativas para a formação indígena e de assessorias às comunidades. Toda a ação educativa da instituição é baseada nos conceitos de autoria, interculturalidade, interdisciplinaridade e é bilíngüe. A formação básica e profissionalizante de jovens e adultos de sociedades indígenas é a matriz do trabalho educacional da organização (CPI/AC, 2006).

Conforme será apresentado mais adiante, esta formação é orientada pelo princípio da autoria indígena que deu origem ao projeto “Uma experiência de autoria”, que compõe com a noção de autodeterminação indígena, visando a sustentabilidade cultural, econômica e ambiental dos povos indígenas.

Algumas das atividades realizadas pela CPI/AC em seus 27 anos de atuação foram resumidas da seguinte forma (CPI/AC, 2006):

“... de 1983 aos dias de hoje, vem ocorrendo a Formação Inicial e Continuada de Professores Indígenas, trabalho reconhecido e regularizado pelos órgãos de Estado; de 1983 a 2000, foi desenvolvida a capacitação dos Agentes Indígenas de Saúde, hoje integrados ao trabalho do Ministério da Saúde por meio da FUNASA; de 1996 aos dias atuais, desenvolve-se a nova ação pedagógica e ambiental da CPI/AC junto à nova categoria profissional dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI's), já com grande repercussão no Brasil por seu valor demonstrativo e multiplicador.”

#### ***Autoria indígena – Filosofia, Política e Metodologia Pedagógica***

Com o foco das ações na formação indígena, a CPI/AC desenvolveu uma política, que foi traduzida, mais tarde, em metodologia pedagógica. A *autoria indígena* é o princípio que se construiu desde os primeiros cursos de formação de professores indígenas. São preconizadas a autoria de materiais didáticos, livros, desenhos, cartazes, esculturas e, mais recentemente, vídeos, desenvolvidos pelos próprios indígenas, em diálogo intercultural com conhecimentos e tecnologias da sociedade dominante. A autoria permite visão crítica e criativa na construção dos currículos escolares indígenas (Monte, 1996; Monte, 2003). Outra política da instituição é o fortalecimento das línguas maternas, assim, todo material produzido nos cursos é bilíngüe, sendo escrito primeiramente em língua indígena, e, depois, em língua portuguesa.

Esta proposta surgiu para compor com a noção de *autodeterminação*. Autodeterminação significa que os principais interessados, os povos indígenas, devem participar, atuar, protagonizar em todos os processos que lhes dizem respeito, ou seja, que busquem autonomia para as tomadas de decisão. Esta autonomia está calcada em processos

educativos emancipadores, libertadores, que promovam a reflexão e diálogo constante com outras sociedades, que possibilitem aos povos indígenas confrontar suas práticas e seus conhecimentos aos de outros, e assim, refletir criticamente suas ações e seu cotidiano, conquistar autoestima e garantir a soberania de seus povos, dialogando com a sociedade nacional, num espaço de respeito cultural e igualdade de condições.

Portanto, autoria e a autodeterminação são marcas que a CPI/AC busca em seus processos de ensino/aprendizagem, preconizando o protagonismo dos agentes envolvidos, aliado ao diálogo intercultural para ação, reflexão e novamente ação, contextualizados e passíveis de apropriação, invenção e re-invenção pelos povos indígenas, em suas comunidades, com seu cotidiano particular (Monte, 1996).

Os conhecimentos tradicionais são confrontados com outros, analisados, criticados, aplicados, pensados e novamente analisados pelos indígenas em formação contínua. A autoria permite a criação de materiais didáticos e culturais utilizados e contextualizados às realidades indígenas. Estes materiais elaborados pelos próprios indígenas fortalecem as escolas da floresta, contribuem para a revitalização dos aspectos culturais, como a língua materna, os mitos e as canções tradicionais, e vão, além disso, elaborando e re-elaborando continuamente a educação indígena diferenciada, compondo, de fato, um currículo escolar realmente indígena, pensado, discutido e praticado no interior das comunidades indígenas.

Além da confecção destes materiais, a formação inclui o *registro diário* das atividades (Figura 6), que são feitos em cadernos de capa dura, distribuídos durante os cursos de formação. Os diários permitem que a formação se dê de modo contínuo, nos cursos e nas aldeias, a partir das ações e reflexões cotidianas. Segundo Monte (2003) estas informações registradas são trazidas para situações de formação, articulando

“...prática e teoria, conhecimento pessoal e coletivo, saber cultural e intercultural, que são novamente modificados e ampliados ao serem comunicados aos outros, docentes e parentes de outras aldeias”.



Foto: Renato Gavazzi

Figura 6: Registro Diário – Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Ixã

### *A Escrita*

O desejo de criar uma escola indígena representou um projeto de libertação das relações sociais de “cativeiro” vividas pelos povos indígenas do Acre (CPI/AC, 1995). Surgiu de uma demanda dos povos indígenas, por entenderem que aprender a ler, escrever e contar seria necessário para terem autonomia, para não mais serem enganados por não índios, para poderem administrar suas cooperativas e manter uma economia que lhes possibilitasse investir na TI. Estes novos conhecimentos são importantes para os povos indígenas, pois lhes garantem soberania e auto-estima para tratar com a sociedade dominante em condições igualitárias (Monte, 1996; 2000).

“Nós queremos aprender a fazer conta, tirar nossos saldos, não queremos mais ser explorados pelos patrões dos seringais. Queremos ler os nossos talões de mercadoria para saber o valor de nossa produção de borracha.” (Jornal A Gazeta do Acre, 21/11/1982. In: Monte, 1996).

### *Formação de Professores Indígenas*

A partir das demandas provenientes de lideranças indígenas Kaxinawá, pela necessidade de emancipação e para organização de escolas indígenas, realizou-se em 1983 o I Curso de Formação de Professores e Agentes de Saúde Indígenas. Aproximadamente 25 jovens de 6 etnias do Acre iniciaram seus estudos com a equipe do Setor de Educação da CPI/AC (Monte, 1996). A partir de então, este setor oferece o curso anualmente de maneira

continuada. Esta proposta acabou se tornando uma referência para outras organizações do país.

Os próprios professores indígenas são os autores, em parceria com os seus alunos e os assessores, dos materiais didáticos que serão utilizados nas escolas indígenas. A proposta é pautada pelas particularidades encontradas social, cultural e ambientalmente entre as diversas etnias e TIs. Assim, um dos objetivos é dar maior autonomia para os professores indígenas em suas ações educativas, para pensarem e praticarem em suas escolas de acordo com os anseios e necessidades urgentes e futuras de cada comunidade.

A construção do currículo escolar indígena foi fomentada e sistematizada “desde dentro”, a partir dos diários de classe, dos livros didáticos, dos jornais de circulação interna, das antologias de literatura indígena – materiais que demonstravam a construção cotidiana do currículo pelos professores e seus alunos, num contexto muito específico: as aldeias (Monte, 1996).

Os jovens e adultos que receberam, e recebem ainda a formação continuada, foram escolhidos pelas próprias comunidades. Os professores indígenas são uma categoria reconhecida pelo governo do estado do Acre, e recebem remuneração pelo exercício de docência.

O projeto “Uma experiência de Autoria” inspirou políticas públicas federais, que culminaram nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Indígena (RCNEI, 1998) e no Referencial para Formação de Professores Indígenas (2002) do Ministério da Educação (MEC), ambos coordenados e assessorados por membros e consultores da CPI/AC.

### ***Formação de Agentes Indígenas de Saúde – AIS***

O programa de saúde da CPI/AC data de 1986, e teve duração de 14 anos. Esteve estruturada para garantir a formação de recursos humanos, imunização, higiene e saneamento ambiental. Da mesma forma que ocorre com os demais cursos, a formação em saúde acontecia em Rio Branco/AC, para indígenas escolhidos por suas comunidades, porém, ribeirinhos e seringueiros também participavam. Havia também viagens de assessoria às TIs.

Implantou-se a “Farmácia Viva”, onde os agentes de saúde pesquisaram nas aldeias o conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais e seus usos, revitalizando conhecimentos, implantando as farmácias e aplicando-os junto à comunidade. Foram formados neste período 133 agentes comunitários de saúde, com ênfase na prevenção e na educação para a saúde. Como a instituição preconiza a interdisciplinaridade, temas como DST (doenças sexualmente transmissíveis) foram incorporadas ao currículo de ciências das escolas

indígenas e a questão de diversificação alimentar foi uma das responsáveis pelo surgimento do Setor de Agricultura e Meio Ambiente na CPI/AC (CPI/AC, 2001).

### ***Formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AAFIs***

Frente às necessidades atuais de gestão ambiental e territorial, e a um crescimento da população indígena com consequente aumento da demanda por recursos naturais, aliado às limitações e às delimitações das terras indígenas, deu-se início, em 1996, como consequência do trabalho que vinha sendo desenvolvido na formação de professores e agentes de saúde indígenas do Acre, o projeto “Implantação de Tecnologias de Manejo Agroflorestal em Terras Indígenas do Acre”<sup>10</sup>, coordenado pelo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da CPI/AC, para formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI).

No primeiro ano o projeto tinha caráter demonstrativo e foi dimensionado para atender à formação de 15 agentes agroflorestais indígenas, representantes de 4 TIs e 3 etnias<sup>11</sup>. Foi financiado durante 6 anos consecutivos pelo Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, e seu subprograma Projetos Demonstrativos - PDA (CPI/AC, 2006; Freshi, 2004).

A partir de 1998, o projeto ampliou sua atuação por meio das Oficinas Itinerantes que acontecem nas aldeias. As oficinas possibilitaram estender a formação aos outros membros das comunidades. No período de 2000 a 2003 ampliou-se consideravelmente o número de AAFIs formados: 38 agentes nos cursos intensivos anuais, e 87 agentes nas assessorias e oficinas itinerantes, (CPI/AC, 2006).

Depois de 10 anos, existem no Acre 120 AAFIs, de nove etnias e vinte e duas TIs. Deste total, 21 Agentes Agroflorestais foram formados pela Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal do Acre (SEATER/AC), no âmbito do Programa de Terras Impactadas pelas BRs 364 e 17.

O objetivo da formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) é:

“possibilitar que um número crescente de povos indígenas da Amazônia, por meio de processos participativos e educativos, culturalmente fundados, faça a identificação, a sistematização, a valorização e o uso de

<sup>10</sup> Projeto financiado principalmente pelo Projeto Piloto para Proteção das Florestas Tropicais (PPG7)/Subprograma Projetos Demonstrativos tipos A (PDA), gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente. A Coordenação de Agroextrativismo (CAEX) da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA), também do MMA, o Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) em parceria com o Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI/PPG7) e a Universidade Estadual de Nova York (SUNY), através do Programa Natureza e Sociedade também financiam ou financiaram atividades do referido Projeto. Muitas outras instituições apoiam este projeto. (Freshi, 2004)

<sup>11</sup> Manchineri/Jaminawa da Terra Indígena Mamoadate e Kaxinawá das TIs Alto Rio Purus, Rio Jordão e Igarapé do Caucho. (Freshi, 2004)

conhecimentos e tecnologias relativos ao meio ambiente para a gestão do seu território.” (Vivan et al., 2002)

Por parte da equipe de docentes e assessores, o objetivo desta formação é apoiar e assessorar

“os vários aspectos das demandas da população indígena e de suas organizações visando à melhoria das condições de vida nas 34 terras indígenas do estado, para que possam ocupá-las e gerenciá-las de forma sustentável, segundo seus próprios projetos de futuro” (CPI/AC, 2006).

Para que estes objetivos sejam alcançados, e ou que ajudem a determinar o caminho da formação idealizada, fez-se necessária a formulação de uma proposta pedagógica dinâmica e intercultural, para contemplar os desafios que enfrentam as sociedades indígenas após a regularização de suas Terras. Esta proposta pedagógica foi estruturada pelo princípio da educação intercultural desenvolvida no país (Vivan et al., 2002).

Cabe ressaltar que a formação dos AAFIs também é articulada com os demais segmentos formados pela CPI/AC; todo material didático produzido nos cursos pelos AAFIs, fortalece o trabalho nas escolas, principalmente no que diz respeito aos saberes ecológicos e culturais e ao fortalecimento das línguas indígenas (CPI/AC, 2002).

“A aula de hoje foi ciência, o assunto, meio ambiente e ecologia. Num primeiro momento pedi que escrevessem um texto sobre o que entendessem da palavra meio ambiente. Em seguida passamos a trabalhar na cartilha *Caderno de Pesquisa* feita pelos agentes agroflorestais. Trabalhamos no levantamento dos legumes, onde cada um dos alunos ficou de fazer novos levantamentos do que é ainda plantado em sua comunidade.” (Prof Joaquim Mana Kaxinawá, 2001, in: CPI/AC, 2006)

Quatro diferentes modalidades de ensino-aprendizagem compõem a formação dos agentes agroflorestais indígenas: os **cursos intensivos** presenciais, que ocorrem em Rio Branco, no Centro de Formação dos Povos da Floresta; as **oficinas itinerantes** e as **assessorias**, que ocorrem nas TIs e os **intercâmbios**, que são visitas para troca de experiência e podem ocorrer no estado, entre as diversas TIs, no Brasil ou no exterior. Estas modalidades são descritas a seguir:

### **Modalidades de Formação:**

#### ***Cursos Intensivos no Centro de Formação dos Povos da Floresta***

##### ***O Centro de Formação dos Povos da Floresta – CFPPF***

O Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPPF) está estabelecido numa propriedade rural de 26 hectares, distante 12 km do centro da capital acreana. Foi adquirido pela CPI/AC no ano de 1994, com recursos de doações, para realização dos cursos presenciais



e outros eventos. Em 1997, foi reconhecido pela Secretaria de Estado da Educação do Acre como **Escola de Formação de Professores Indígenas**, sendo a primeira do estado e do país.

Possui sala de aula, alojamentos (Figura 7), cozinha e refeitório, uma sala para editoração de livros (Sala dos Autores), uma casa para alojar os consultores (Casa dos Consultores), e está em fase de construção o Centro de Documentação para organizar toda a produção indígena e não-indígena realizada pela instituição. Será o maior centro de documentação com temática indígena do país e da América Latina. Foi construída uma casa na mata para manifestações religiosas. Há também um espaço para confecção e exposição de peças em madeira, como esculturas, bancos e outros móveis.



Figura 7: Alojamento no CFPF

Visando a realização de atividades práticas pelos AAFI, foram instalados modelos experimentais e demonstrativos, quais sejam:

- Açudes criatórios de quelônios (tartarugas - *Podocnemis expansa*, tracajás – *P. unifilis*, e iacás – *P. sextuberculata*) e peixes (bodó - *Pterygoplichthys multiradiatus*, tambaqui - *Colossoma bidens* e curimatã - *Prochilodus nigricans*.): que são alimentados pelas frutas produzidas nos SAFs (Figura 8);
- Sistemas agroflorestais; 3 áreas distintas, implantadas durante os cursos de formação, compostas pelas seguintes espécies: cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), cacau (*Theobroma cacao*), carambola (*Averrhoa carambola*), banana (*Musa* sp.), buriti (*Mauritia flexuosa*), açaí solteiro (*Euterpe precatoria*) e açaí touceira (*Euterpe oleraceae*), tangerina (*Citrus reticulata*), pitanga (*Eugenia uniflora*), coco (*Cocos nucifera*), ouricuri (*Attalea phalerata*), apurui (*Duroia hirsuta*), manga (*Mangifera indica*),

ata (*Anona* sp.), caju (*Anacardium occidentale*), café (*Coffea* sp.), castanha (*Bertholletia excelsa*), ingá (*Ingá* sp.) (Figura 9).

- Viveiro de mudas;
- Horta ecológica;
- Área de preservação com mata primária;
- Área para o manejo das palheiras.



Foto: Paola Cortez

Figura 8: Açude e criatório de quelônios



Desenho: AAFJ Marcelino Katukina

Figura 9: Mapa do SAF do CFPF (Vivan, 2002)

Os **cursos intensivos** ocorrem uma vez ao ano, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, para uma turma que pode variar de 20 a 40 indígenas de diversas etnias e regiões

do estado do Acre ou do sudoeste do Amazonas. Possuem carga horária aproximada de 300 horas/aula, distribuídas em 30 a 45 dias (CPI/AC, 2002). A partir de 2003 esta carga horária foi reduzida para cerca de 160 horas/aulas. Cerca de metade desta carga horária é dedicada às aulas práticas nos modelos demonstrativos do CFPF (Figura 10), a outra metade, para aulas teóricas. Neste período também fazem articulações políticas e reuniões com organizações e instituições de seu interesse (Freschi, 2004).



Foto: Paola Cortez

Figura 10: Aula prática de biofertilizante no CFPF, durante o XIII Curso de formação de AAFIs.

Durante o curso fazem visitas técnicas a outros projetos e instituições<sup>12</sup> com temáticas correlatas (criação de animais silvestres, hortas ecológicas, sistemas agroflorestais), trocam conhecimentos com professores convidados e assessores da CPI/AC, documentam as atividades realizadas através de desenhos, textos bilíngües, gravações em fita cassete e vídeo.

Os conteúdos abordados nos cursos, com os seus desdobramentos são (Vivan et al, 2002; CPI, 2006):

- **Fundamentos políticos da função do AAFI:** organização e representação política dos AAFI, princípios e diretrizes profissionais, vigilância e fiscalização, crimes ambientais e legislação ambiental.
- **Ecologia Indígena:** pesquisas e levantamentos dos recursos naturais das TIs, em língua indígena, relacionando-os aos mitos e ritos indígenas.

<sup>12</sup> Por exemplo: Escola da Floresta, Projeto Arboreto/UFAC, Embrapa, Estação de Piscicultura do Estado, Projeto RECA/RO, Projeto S.O.S. Quelônios, Parque Chico Mendes, entre outros.



- **Agroecologia e Agroflorestas:** princípios orientadores para intervenção nos contextos ambientais específicos. Sistemas agroflorestais, hortas ecológicas, viveiro, compostagem, diagnóstico socioambiental, lixo, princípios da floresta, meliponicultura (criação de abelhas nativas sem ferrão – tribos *Meliponini* e *Trigonini*) (Figura 11), quelonicultura e gestão ambiental.

“A comunidade Apiwtxa hoje trabalha com criação de jabuti, tracajá, abelha e teste com o camaleão. O quelônio foi no sentido de repovoar nossos rios. Uma pesquisa feita é ver as espécies e tipos de alimentos dessas espécies. Se der só um tipo de alimento, por exemplo, o animal pode sofrer um impacto muito grande, pois se acostumou só comer aquele tipo de alimento. Um dos pontos estratégicos é a gente poder fazer um cativeiro, uma criação. Se nós temos no rio e no cativeiro vamos ter alimentos para o nosso povo. O trabalho feito através da criação de quelônio é para fortalecer a alimentação da comunidade. O trabalho da Apiwtxa vem muito em cima disso. Nós temos um cativeiro que temos 5000 mil tracajás, se você deixa crescer, abastece por um ano todo. Não é uma coisa de um mês, mas em cinco anos se tem bons resultados.” (AAFI Benki Ahaninka, in: Dutra, 2004)



Foto: Ordemann Moritz, 2005

Figura 11: Meliponicultura

- **Manejo dos recursos naturais:** agroextrativismo, manejo de flora, manejo de animais silvestres, gestão ambiental.
- **Artes e Ofícios:** reciclagem, reutilização e agregação de valor a madeiras, na forma de móveis e esculturas, inspirados em seus mitos.

“Participo dos cursos desde 1997. A gente planta e transforma as árvores em arte. Eu aprendi nesta escola e me formei em artes e ofício. A gente recicla madeira, agora nós temos conhecimentos de como usar as árvores derrubadas no roçado para fazer escultura e móveis com desenhos. Eu gosto de trabalhar, muita gente da comunidade está aprendendo, faz desenhos, as pessoas olham e acham bonito e quer comprar. A comunidade já recebeu mais de 4 mil reais, então a gente agrega valor. Os AAFIs já vendemos escultura fora do Acre, por 4 mil, 5 mil, isto é muito importante. Nossa dificuldade é conseguir material para trabalhar escultura”. (AAFI Marcelino Rosa Katukina, in: Dutra, 2004)

- **Formação básica** (português, matemática, história, geografia, línguas indígenas e biologia) através do tema transversal Meio Ambiente.

As **oficinas itinerantes** ocorrem nas TIs, beneficiando os AAFIs das aldeias e demais comunitários que venham se agregar às oficinas, bem como AFFIs e comunitários de outras TIs, que podem participar como visitantes (intercâmbio) ou como assessores indígenas. Estas oficinas permitem problematizar o contexto socioambiental específico da TI e têm um tema definido (p.ex. oficina para construção de barragem manual), geralmente relacionados aos problemas encontrados pelos AAFIs em seus trabalhos com SAFs, vigilância, organização política da categoria. Têm carga horária de aproximadamente 120 horas e 3 a 4 semanas de duração (Vivan et al., 2002).

As oficinas possibilitam a co-gestão do projeto com comunidade, já que as responsabilidades são divididas com as comunidades para a viabilização e organização das mesmas. A comunidade, com seus AAFIs, professores, agentes de saúde e lideranças, encarregam-se da contrapartida: mobilizam e organizam a comunidade para os trabalhos práticos e cumprimento dos “acordos” de horários e tarefas, viabilizam a alimentação (caçadores, pescadores, cozinheiras e compra de produtos tradicionais: animais de criação, alimentos dos roçados). Outras fontes de contrapartida podem ser transporte, logística, infraestrutura e organização, demonstrando e incentivando a capacidade de articulação, mobilização e organização dos AAFIs da TI, responsáveis e demandadores da atividade. Outras articulações podem ser realizadas pelos AAFIs com as prefeituras e secretarias locais para viabilização das oficinas (Freschi, 2004).

As **assessorias** são realizadas pelos assessores técnicos do Setor de Agricultura e Meio Ambiente da CPI/AC e constituem-se de momentos de formação com objetivo de acompanhar os trabalhos dos AAFIs em seus contextos socioculturais, ambientais e políticos específicos. O assessor tem um papel fundamental no incentivo ao trabalho do AAFI, porque em suas assessorias a comunidade também é convidada a acompanhar as atividades práticas e as discussões de toda ordem sobre a função do AAFI. Esta possibilita estreitar ainda mais o relacionamento e proporcionar à comunidade uma visão mais abrangente do trabalho realizado pelo AAFI (Vivan et al., 2002).

Nas assessorias é realizado o acompanhamento e é dada continuidade aos trabalhos práticos (implementação e diagnóstico de áreas de SAFs e demais recursos), aos estudos, pesquisas e levantamentos realizados pelo AAFI e comunidade, são discutidas estratégias para resolução de problemas, analisa-se os trabalhos (e os diários de trabalho) e discute-se sobre a continuidade ou modificações necessárias nas ações. Mantém-se nas assessorias

“o princípio básico do diálogo, da participação da interculturalidade, de modo a não induzir o processo, o que tornaria a assessoria uma espécie de medicina que cria dependência, ao invés de empoderar” (Vivan et al., 2002).

Os **intercâmbios** completam a formação dos AAFI. Nestes os agroflorestais conhecem outras experiências e projetos afins, de outras ONGs ou de iniciativas dos próprios indígenas, em TIs do Acre e do Brasil, participam de Fóruns de debates nacionais e ou internacionais sobre a questão dos povos indígenas e a gestão das TIs, recebem visitas de indígenas de outras regiões do país. É uma modalidade que proporciona a aprendizagem através da troca de experiência e da observação e contato com outras realidades (geográficas, ambientais, culturais, políticas, econômicas). Estes intercâmbios ou trocas de experiência são chamados também de “conhecimento em rede” (Freshi, 2004; Vivan et al., 2002). As viagens de intercâmbio são também relatadas nos diários de viagem, proporcionando mais um espaço de reflexão/discussão na formação do AAFI.

“Este trabalho que eu realizei (de criação de quelônios) foi através da viagem de intercâmbio que eu fiz lá na Apiwtxa<sup>13</sup>, eu vi o trabalho que eles estavam iniciando com o jabuti (Figura 12) e estavam fazendo como experimento para ver se dava certo, aí eu achei essa experiência muito legal e passei pra eles, o certo era eu iniciar com toda a comunidade, mas eu tentei iniciar logo aqui no local, eles acharam isso legal e eu comecei a conversar com eles e quem fosse caçar e achar um jabuti e pegar, mas quando eles achavam, eles traziam pra mim e eu dava alguma gratificação pra eles, pagando o que eles trouxeram...” (AAFI Nilson Sabóia Kaxinawá, in: Tavares, 2005)



Foto: Roberto Tavares, 2005

Figura 12: AAFI Nilson Sabóia e a criação de Jabutis, TIRH

Estas modalidades de formação são articuladas entre si e respondem ao complexo processo de educação intercultural e bilíngue (CPI/AC, 2006):

“Com tais fundamentos, os cursos, as oficinas, as assessorias, os intercâmbios e as demais ações de formação, estão orientados para a promoção e emergência das ações dos membros de sociedades indígenas como coletividades e indivíduos, no cenário local e nacional, otimizando e difundindo seu uso da palavra oral e escrita, do desenho, das imagens, inibidas e silenciadas na história das relações com a sociedade nacional e com o Estado ao longo de cinco séculos.

<sup>13</sup> Aldeia indígena Ashaninka, TI Rio Amazônia.

Estas situações de formação diversificadas para os Agentes Agroflorestais Indígenas, facilitam-lhes a expressão, o debate e o registro sistematizado dos aspectos culturais de sua compreensão das complexas relações “homem-natureza”, por meio da discussão com outros membros da comunidade, com outras sociedades indígenas e com outros atores sociais informando-lhes também sobre os saberes diversos sobre o meio ambiente, as técnicas tradicionais de intervenção sobre o meio físico, culturalmente fundadas e milenarmente construídas, assim como o acesso às novas tecnologias e conhecimentos acumulados pelas demais culturas para o uso e manejo dos recursos naturais e agroflorestais.”

Atualmente a Comissão Pró-índio do Acre está estruturando uma proposta curricular, que será submetida à Secretaria Estadual de Educação (SEE/AC), para que a formação do AAFI se torne um curso técnico profissionalizante integrado ao nível médio. Pretende-se que 30 a 40 AAFIs continuem seus estudos por mais 3 anos, aprofundando os conhecimentos técnicos e concluam o curso com uma monografia. Estas serão acompanhadas por orientadores que os auxiliarão e discutirão os processos de pesquisa e de produção da mesma.

#### *Reconhecimento do Governo do Estado do Acre – contratação e remuneração*

Tendo em vista os serviços ambientais e técnicos (extensionistas indígenas) prestados pelos AAFIs, estes reivindicaram ao governo do Estado do Acre, seu reconhecimento como “funcionários da floresta”. Em 2001, o governo do estado do Acre começou a pagar uma bolsa com recursos do programa Adjunto de Solidariedade, no valor de R\$ 185,00. Em 2002 passou a R\$ 190,00. Neste ano eram 107 AAFI, dos quais 75 recebiam a bolsa (Dutra, 2004).

Durante as discussões do I Fórum dos Agentes Agroflorestais, os AAFI discutiam a possibilidade de uma contratação mais duradoura, e que os pagamentos não fossem em forma bolsa, e sim salários. O governo então realizou, através da SEATER/AC (Secretaria de Estado para Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal), a contratação destes AAFI, que passaram a receber salário mínimo.

#### *Organização: Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre – AMAAIC*

Discutiu-se entre os AAFIs, durante os cursos de formação, a necessidade da criação de uma associação de representação política para defesa de seus interesses. Em 2002 fundaram a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIC.

A AMAAIC é responsável por parcerias e articulações, para garantir aporte de recursos necessários à viabilização do trabalho dos AAFIs. Participa ativamente em todos os fóruns de discussão das questões indígenas, juntamente com outras organizações indígenas.

## **2.4. Objetivos e Hipótese**

As populações indígenas no Brasil foram historicamente marginalizadas. Os processos organizativos e culturais destes povos ainda não são conhecidos em profundidade pela maior parte da população brasileira.

A agricultura indígena é praticada há milhares de anos, garantindo a reprodução destas sociedades ao longo de décadas, aliada às florestas, também provedoras de muitos recursos úteis a estas populações. A interrelação entre as formas de se fazer agricultura e os conhecimentos a cerca dos recursos naturais, garantiram a manutenção e aumento da biodiversidade ao longo do tempo, bem como sua segurança alimentar.

Após o contato com a sociedade não índia, as populações indígenas passaram por dificuldades em relação a sua autonomia e direitos. Houve trocas intensivas com a sociedade dominante, que acabaram por modificar alguns aspectos de sua tradição, como por exemplo, as línguas e a agricultura. Desta maneira um estudo sobre a agricultura indígena, suas agroflorestas e seus roçados, permite um entendimento sobre a capacidade de produção e sustentação integradas aos ecossistemas naturais. Além disto, permite melhor entendimento sobre o que é a cultura indígena.

Da mesma maneira, estudar o surgimento de uma nova categoria social dentro das Terras Indígenas do Acre, neste caso, o Agente Agroflorestal Indígena, também explicita a interculturalidade e as trocas vivenciadas por estas populações com a sociedade dominante e segundo as necessidades “modernas” que se apresentam aos povos indígenas. Como os Agentes Agroflorestais Indígenas são fruto de um processo educativo, com uma proposta diferenciada e que se propõe justamente a apoiá-los em relação à gestão territorial e ambiental, não faria sentido analisar seus processos produtivos sem entender o atual contexto em que estão inseridos.

Desta forma, o objetivo central desta dissertação é evidenciar as relações interculturais que se estabelecem nas TIs, explicitadas pelas agroflorestas, roçados e pelas novas configurações e papéis sociais nas aldeias.

Os objetivos específicos são:

- Sistematizar dados sobre as agroflorestas indígenas no Acre;
- Sistematizar dados sobre os roçados indígenas;



- Explicitar o papel do AAFI nas TIs do Acre;
- Entender como são incorporados os conhecimentos trazidos de fora das TIs;
- Explicitar a visão dos povos indígenas sobre este novo ator social nas TIs do Acre.

Neste caso a hipótese desta pesquisa é a de que os atuais sistemas de produção indígenas sofreram modificações após o contato com a sociedade dominante, mas ainda guardam tradições ancestrais. Atualmente, também o processo de formação dos AAFIs trouxe mudanças na agricultura e na organização social destas populações.

### Capítulo 3 – Materiais e Métodos

Esta pesquisa analisa dois níveis de informações: a) *nível local*: os sistemas agroflorestais e roçados na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá - TIRH; e, b) *nível estadual*: a atuação, papel e formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. Configura-se como um estudo de caso, envolvendo coleta de dados em campo e sistematização e análise de dados secundários. Os resultados serão apresentados em duas partes: I) Descrição dos Sistemas Agroflorestais e Roçados da TI Kaxinawá do rio Humaitá, e II) Atuação dos Agentes Agroflorestais Indígenas e a relação entre os SAFs e a formação.

Os dados secundários analisados são provenientes de documentos da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC), organização não-governamental que assessora os povos indígenas do Acre nas áreas de educação e meio ambiente. O acervo de documentos desta organização, como os relatórios técnicos (de assessoria às Terras Indígenas, de cursos de formação de Professores e Agentes Agroflorestais Indígenas, de intercâmbios e de fóruns de discussões) e as produções indígenas (textos bilíngues, livros de autoria indígena, desenhos e materiais áudio-visuais) contêm informações sobre o cotidiano destes povos em suas aldeias e sobre suas relações com a sociedade dominante, especialmente no que se refere à realização de atividades decorrentes ou com alguma interface com os trabalhos da CPI/AC.

Para realização deste trabalho fez-se necessária a consulta, análise e sistematização de alguns destes documentos, principalmente relatórios técnicos do Setor de Agricultura e Meio Ambiente da CPI/AC, responsável pela formação e assessoria aos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI) e suas comunidades. A análise e sistematização destes relatórios possibilitaram:

- 1º) Realizar uma descrição dos sistemas produtivos da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, principalmente Sistemas Agroflorestais e Roçados. Esta descrição foi complementada com dados coletados em campo.
- 2º) Analisar a atuação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do estado do Acre;
- 3º) Analisar a visão dos AAFIs e lideranças tradicionais indígenas sobre a formação e o papel do AAFIs nas Terra Indígenas do Acre.

A coleta de dados em campo realizou-se no período entre 21/08/2006 a 06/09/2006, totalizando 16 dias na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá/AC. Foram coletadas informações através de entrevistas abertas e observação participante.

### 3.1) Descrição dos Sistemas Produtivos da TIRH: SAFs e Roçados

Para a descrição dos sistemas produtivos da Terra Indígena Kaxinawá do rio Humaitá, mais especificamente dos sistemas agroflorestais e roçados, fez-se necessária a conjugação de duas fontes de informação: uma *primária*, realizada através da coleta de dados em **campo** entre os dias 21/08/2006 a 06/09/2006; e outra *secundária*, realizada através da **sistematização de relatórios** técnicos de assessoria à esta terra indígena, realizadas por assessores do Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre, nos anos de 2003 e 2005.

Na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá foram descritos 17 sistemas agroflorestais quanto ao local de implantação destes em relação às aldeias (próximos: quintais, ou distantes: capoeiras ou enriquecimento de roçado), as espécies implantadas, o número de indivíduos por espécie, o percentual destes nos Sistemas Agroflorestais (SAFs) e a origem das plantas encontradas: nativas ou exóticas. Para tanto, considerou-se como *nativas* as espécies de origem sul-americana e, *exóticas* as espécies originárias de quaisquer outras regiões. Também foram descritas as espécies e atividades relacionadas aos roçados indígenas.

Para efeitos desta pesquisa, classificou-se os SAFs encontrados na TIRH em:

- *Quintais agroflorestais* – os SAFs implantados nos quintais das casas;
- *Agroflorestas em capoeiras* - os SAFs implantados em capoeiras derrubadas;
- *Agrofloresta em roçado* - o único SAF implantado a partir do enriquecimento de um roçado comunitário de um ano.

#### **Fontes de informação e dados:**

##### *a. Dados primários – informações de campo:*

As informações coletadas em campo foram obtidas a partir de técnicas de pesquisa qualitativa: observação participante e entrevistas abertas (Martin, 1995). Através delas pode-se observar fatos da vida cotidiana que não transpareceriam em outros métodos, atingindo níveis não alcançados em pesquisas puramente quantitativas (Martin, 1995; Given & Harris, 1994). As entrevistas abertas e a observação participante permitem maior profundidade nos temas de interesse do pesquisador, sem que isto se caracterize como um inconveniente para o entrevistado. São primeiramente diálogos abertos onde o pesquisador pode ir introduzindo o tema de seu interesse. Caracteriza também maior grau de confiança entre entrevistado e entrevistador, diminuindo os riscos de respostas induzidas ou tendenciosas.

A permanência na Terra Indígena Kaxinawá do rio Humaitá foi de 16 dias, no período entre 21/08/2006 a 06/09/2006, visitando-se todas as aldeias da Terra Indígena. As

informações obtidas e outras impressões foram registradas em diário de campo. Realizou-se registros fotográficos.

Através de observação verificou-se as áreas de plantio, sua localização e as espécies que a compunham, verificando em campo, as informações sistematizadas dos relatórios e levantamentos da CPI/AC analisados previamente. Pode-se observar também a atuação e mobilização dos AAFIs e suas comunidades para realização de atividades, no caso específico, para construção manual de duas barragens para criação de peixes e quelônios.

Foram entrevistados os 5 Agentes Agroflorestais Indígenas da TIRH, um de cada aldeia, e 6 pessoas da TIRH (Tabela 5). Os AAFIs foram entrevistados em conjunto, com objetivo de esclarecer informações sobre os roçados e SAFs, conforme anexo 5. As demais pessoas entrevistadas foram escolhidas aleatoriamente, de acordo com sua disponibilidade de tempo e interesse em colaborar com a pesquisa e da abertura encontrada pela pesquisadora para a participação em suas atividades.

Tabela 5: Entrevistados na Terra Indígena Kaxinawá do rio Humaitá

Nome	Aldeia	Idade (anos)	Função
Dona Bebita	São Vicente	68	Liderança
Dona Zenaíde	Porto Brasil	69	Liderança
Dona Maria	Novo Futuro	66	Liderança
Niza	São Vicente	33	Parteira
Degilson Sergio Sabóia	São Vicente	31	Agente de Saúde
Cinara	São Vicente	29	-
Paulo Macambira	Porto Brasil	35	Agente Agroflorestal
Antonio Lopes	Boa Sorte	28	Agente Agroflorestal
Antonio Ferreira	Novo Futuro	25	Agente Agroflorestal
Nilson Sabóia	São Vicente	22	Agente Agroflorestal
João Nilson Lima	Boa Vista	18	Agente Agroflorestal

Estas entrevistas ocorreram em vários locais das aldeias: nas casas dos informantes, nos roçados, no campo da aldeia, na escola, durante as atividades cotidianas na cozinha, com as crianças e nas idas ao rio para pegar água e lavar roupa. Nestas objetivou-se mais o contato, a descoberta de detalhes sobre o cultivo das plantas, sobre as variedades e sobre os papéis de homens e mulheres nas atividades produtivas. Eram diálogos mais longos, que permitiam maior imersão no mundo indígena, principalmente no mundo feminino.

Estas entrevistas aconteceram também, em visitas às áreas de roçado e durante outras atividades cotidianas, como no preparo de tingui<sup>14</sup> para pesca, na confecção de cestos de palha, entre outros. A abordagem era igualmente no sentido de entender o dia a dia e as relações na TI, principalmente em relação aos SAFs, atividades produtivas e aos AAFIs.

<sup>14</sup> Planta que, após preparada é utilizada nos lagos e rios para facilitar a pescaria.

Observou-se em campo um criatório de tracajás abandonado, do AAFI Nilson Sabóia. A partir desta constatação levantaram-se maiores informações sobre a criação de quelônios nesta TI.

b. *Dados Secundários – relatórios técnicos:*

- Levantamento da Agrobiodiversidade, Recursos Florestais e Tipologia Vegetal da Terra Indígena Kaxinawá do rio Humaitá. I Oficina de Etnomapeamento da Terra Indígena Kaxinawá do rio Humaitá. **Autores:** AAFI José de Lima Kaxinawá (TI Praia do Carapanã), José Sereno (TIRH), Moritz Ordemann (assessor cooperante), Manoel de Sá, Paulo Macambira, Manoel Saboia, Ceará, Antonio Lopez, Edison (todos da TIRH). Setor de Agricultura e Meio Ambiente. CPI/AC, 2005. Rio Branco.
- Levantamento dos Plantios de SAFs na Terra Indígena Kaxinawá do rio Humaitá. Assessor: Roberto A. Tavares e Adriano Dias. Setor de Agricultura e Meio Ambiente CPI/AC, 2005. Rio Branco.
- I Oficina Itinerante na Terra Indígena Kaxinawá do rio Humaitá. Assessor: José Frank M. Silva. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. CPI/AC, 2003. Rio Branco. 49p.

O levantamento da agrobiodiversidade foi realizado pelos assessores técnicos da CPI/AC e indígenas, através de visitas aos roçados e entrevistas aos seus cultivadores, elencando quais as espécies e variedades cultivadas durante todo o ano nos roçados das aldeias da TIRH.

Os demais relatórios referem-se às assessorias aos AAFIs da TIRH, principalmente em relação aos SAFs por eles implantados e manejados. Nestes, os assessores técnicos juntamente com os AAFIs, fazem o levantamento e o diagnóstico (condições de sanidade e desenvolvimento) das espécies que foram implantadas nos SAFs indígenas. Constam destes levantamentos, as árvores *implantadas* e com *mais de um metro de altura* na ocasião da assessoria.

### **3.2) Análise da atuação dos AAFIs, sua visão e visão das lideranças tradicionais indígenas sobre a formação e o papel dos mesmos nas Terras Indígenas do Acre**

*A análise da atuação dos AAFIs, sua visão e visão das lideranças tradicionais indígenas sobre a formação e o papel dos mesmos nas Terras Indígenas do Acre*, que reflete o nível estadual da proposta de análise da presente pesquisa, foi realizada a partir de dados secundários, ou seja, das informações contidas nos relatórios institucionais da CPI/AC, dos

quais privilegiou-se nas análises, as transcrições de *depoimentos e entrevistas indígenas* neles contidos.

Quando da realização de assessorias aos povos indígenas e outras atividades da CPI/AC, são gravados depoimentos dos participantes, que posteriormente são transcritos na íntegra e anexados aos relatórios de atividades. A leitura e sistematização destes depoimentos permitiram a análise sobre o papel, atuação e formação dos AAFIs, proposta neste trabalho. Os relatórios utilizados são listados a seguir na Tabela 6.

Tabela 6: Relatórios utilizados como fonte de dados secundários para análise da atuação, papel, visão e formação dos AAFIs no Acre.

<b>Fonte dos documentos: Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC</b>		
<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Ano</b>
Relatório da I Oficina de Etnomapeamento da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá	Roberto A. Tavares	2005
Relatório do I Seminário de Agroflorestas Indígenas	Renato Gavazzi, Roberto A. Tavares e Adriano Dias	2005
Relatório do I Fórum de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	Mara Vanessa Dutra (moderadora) e Roberto A. Tavares	2004

Os dois fóruns de discussão estaduais, o I Seminário de Agroflorestas Indígenas (2005) e o I Fórum de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (2004), foram realizados em Rio Branco/AC, no Centro de Formação dos Povos da Floresta e contaram com a presença de AAFIs de todas as TIs do Acre, além de representantes de etnias indígenas de outros estados do Brasil. Os relatórios dos dois eventos contêm informações sobre os debates e mesas redondas (metodologia empregada para as discussões), com transcrições integrais das participações indígenas, além de outros depoimentos gravados e transcritos como anexos aos relatórios no decorrer dos eventos.

O relatório gerado após assessoria à Terra Indígena Rio Humaitá (I Oficina de Etnomapeamento - 2005) contém, além das informações concernentes às atividades da oficina – geração de mapas, legendas e plano de uso e manejo dos recursos naturais – uma série de depoimentos, não só de Agentes Agroflorestais, mas também de outros atores das aldeias e de outras TIs, que participaram como intercâmbio desta oficina, tais como: professores e lideranças tradicionais.

Desta forma, foram gravados depoimentos sobre as perspectivas dos povos indígenas em relação aos recursos naturais, alternativas de uso sustentável dos mesmos e a relação e importância dos AAFIs neste contexto. Os depoimentos gravados também foram transcritos em anexo ao referido relatório, sendo utilizados para as análises deste tópico da pesquisa.

Estes são documentos que registram as atividades realizadas pelo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da CPI/AC, responsável pela formação dos AAFIs, e estão arquivados na instituição juntamente com outras produções indígenas relativas a estas atividades, como por exemplo: desenhos e textos bilíngües realizados junto ao assessor da CPI/AC.

Além da análise destes dados secundários, durante a permanência na TIRH, pode-se observar a articulação, a mobilização e a organização, ou seja, as formas de atuação e a interação dos AAFIs em suas comunidades. Observou-se também as técnicas e formas de plantio, bem como as espécies utilizadas nos SAFs, podendo-se, desta forma, estabelecer a relação entre o que aprendem na formação e o que aplicam, ou seja, quais os resultados da formação recebida: os SAFs e outros aspectos das relações comunitárias, obtendo-se uma amostra pontual de uma realidade maior e mais diversa, mas que se soma ao entendimento e análise pretendidos.

### **3.3) Local de Estudo: a Terra Indígena Kaxinawá do rio Humaitá**

A Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, está localizada no município de Feijó/AC, às margens do rio Humaitá, afluente do rio Muru, que por sua vez deságua no rio Tarauacá, fazendo parte da Bacia dos rios Acre – Purus (ZEE, 2000). Tem área de 127.383 ha e perímetro de 246 km, está homologada e registrada no Cartório de Registro de Imóveis - CRI - e no Serviço de Patrimônio da União - SPU (29/10/1991). Têm população de aproximadamente 350 pessoas, segundo informações pessoais de Nilson Sabóia Kaxinawá. É composta de cinco aldeias - Porto Brasil, Boa Sorte, Boa Vista, São Vicente e Novo Futuro. Uma sexta aldeia, a São Luiz, foi abandonada, dando origem à aldeia Novo Futuro mais próxima às demais, após visita de índios arredios (sem contato) a quem foram atribuídos furtos e invasão de casas. Ao sul faz limite com outras terras indígenas: TI Alto Jordão, TI Kampa Isolados do rio Envira e TI Kulina do rio Envira. A localização e limites da Terra Indígena Kaxinawá do rio Humaitá pode ser observada na figura 13.

Segundo dados do ZEE (2000) o clima na região é, quente e úmido, com duas estações: seca (verão – maio a outubro) e chuvosa (inverno – novembro a abril). A precipitação na região varia entre 2.096 a 2.500 mm ao ano e as temperaturas médias variam entre 24,5 a 24,7°C ao ano. Nesta região predominam os Cambissolos, porém, observa-se uma pequena mancha onde predomina o Argissolo Amarelo (ZEE, 2000). Existem três associações formadas na TI:

1. Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá
2. Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá
3. Associação Agro-extrativista Kaxinawá TI Rio Humaitá



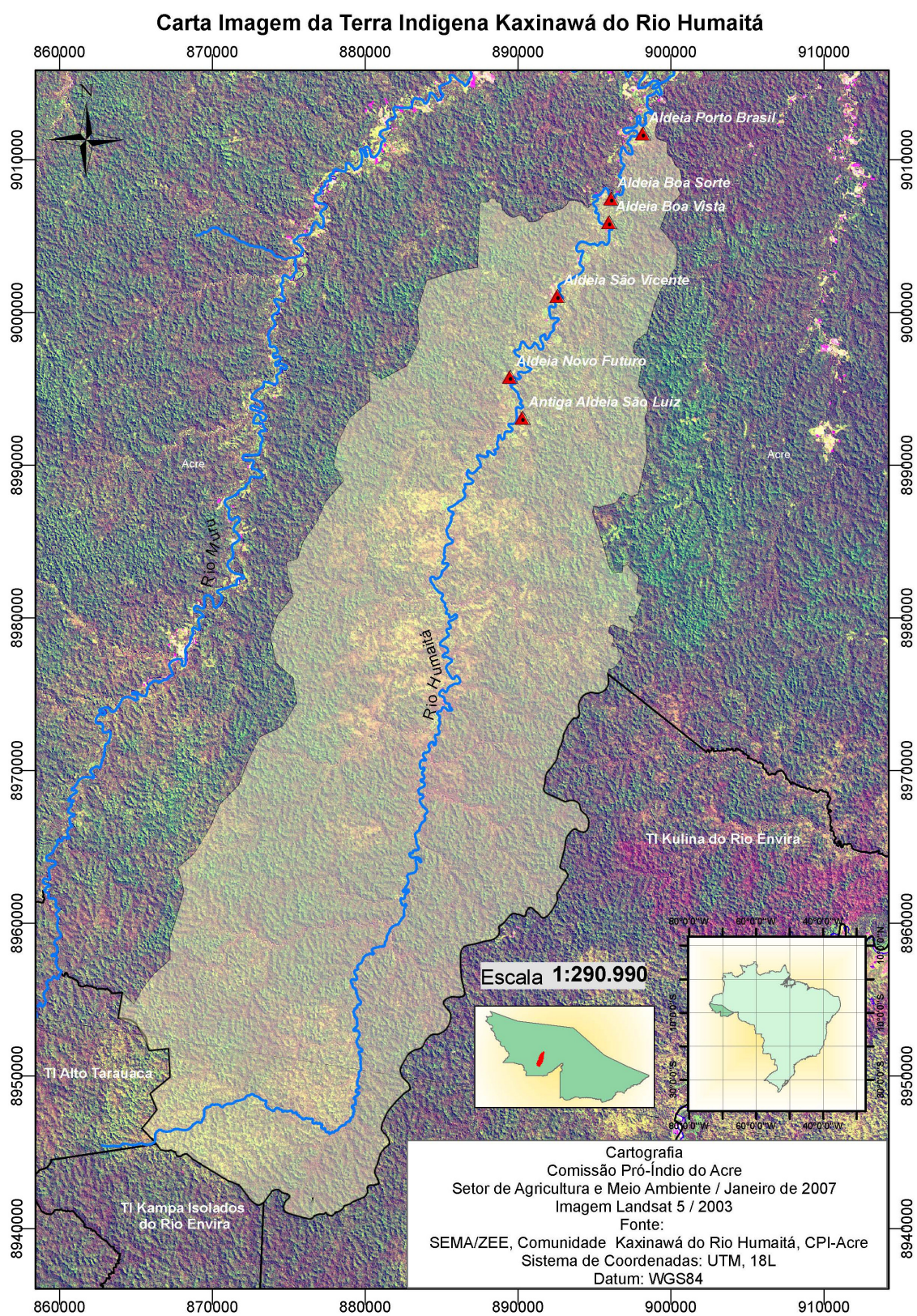


Figura 13: Localização da Terra Indígena Kaxinawá do rio Humaitá.



## Capítulo 4 – Resultados e Discussões

Com base nos dados levantados em campo e através da sistematização dos dados secundários, apresenta-se a descrição dos sistemas agroflorestais e roçados encontrados na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá.

Os resultados serão apresentados de acordo com a seguinte estrutura:

### Parte I

- a) Localização das áreas de plantio na TIRH
- b) Composição e Localização dos SAFs na TIRH
  - b.1) Quintais Agroflorestais na TIRH*
  - b.2) Agroflorestas na TIRH: nas capoeiras e no roçado*
    - b.2.1) Agroflorestas implantadas em áreas de capoeira*
    - b.2.2) Agrofloresta implantada em área de roçado de um ano*
  - b.3) Características gerais dos SAFs na TIRH*
- c) Composição e manejo dos roçados na TIRH
- d) Criação de quelônios na TIRH

### Parte II:

- a) Estudo da atuação dos AAFIs, sua formação e a visão sobre seu trabalho

## Parte I – Descrição dos Sistemas Agroflorestais e Roçados na TIRH

### 4.1) Descrição dos Sistemas Agroflorestais e Roçados na Terra Indígena Kaxinawá do rio Humaitá

#### 4.1.1) Áreas de plantio na TIRH: roçados, sistemas agroflorestais e hortas.

De acordo com os informantes entrevistados na Terra Indígena Rio Humaitá, os **roçados** são implantados preferencialmente em áreas de capoeira, com cerca de seis anos ou um pouco mais. Observa-se que estas capoeiras formam um mosaico nas matas da TI, onde a cada ano uma nova área é preparada para o plantio, com retorno às áreas ao final dos ciclos de seis a sete anos. Além destes *roçados de terra firme*, existem também os roçados implantados nas *praias* que se formam na margem do rio no período do verão amazônico (maio a outubro), época em que o nível de água dos mesmos reduz-se consideravelmente.

Os **sistemas agroflorestais** podem ser implantados em diversas áreas, tais como: roçados antigos (com mais de 1 ano), capoeiras, estradas (trilhas ou varadouros) e nos quintais das casas.

As **hortas**, quando existentes, são implantadas nos quintais das casas, geralmente no jirau<sup>15</sup> é uma estrutura retangular, medindo aproximadamente 3 metros de comprimento; 1,20 metros de largura; 0,40 metro de profundidade e está à cerca de 1,30 metros de altura do chão, em geral, o material utilizado para sua construção é a madeira.

Observou-se que na TIRH a localização destes plantios (hortas, sistemas agroflorestais e roçados), está relacionada à criação de animais domésticos nas aldeias, principalmente gado leiteiro, suínos e ovinos. Estes animais são criados no chamado *campo da aldeia*, que é a área aberta, coberta por gramíneas, núcleo da aldeia, onde se encontram as casas e demais construções, como a escola, a sede da associação e o *kupixawa*. As casas, por sua vez, são cercadas com arame farpado, ripas de madeira ou bambu, delimitando os quintais ou *terreiros* de cada família. A criação de animais domésticos fornece leite, ovos e carne para as famílias, mas também influencia a organização do espaço das aldeias, influenciando a paisagem nas áreas circundantes ao ponto central das mesmas.

Desta maneira, os roçados e sistemas agroflorestais são implantados em áreas onde os animais de criação não possam acessar; locais estes mais afastados das aldeias, protegidos por cercas ou na margem do rio oposta à área de pastejo dos animais. As distâncias são medidas através da quantidade de minutos, de caminhada ou barco, que se leva para ir da aldeia ao local pretendido, que pode ser outra aldeia ou aos locais de plantio. Assim, partindo-se da aldeia para se chegar aos plantios “mais afastados”, em caminhada por trilhas, gastam-se de dez a quinze minutos. A partir da observação desta organização espacial, elaborou-se a ilustração abaixo, representando a localização dos sistemas produtivos nas aldeias (Figura 14).

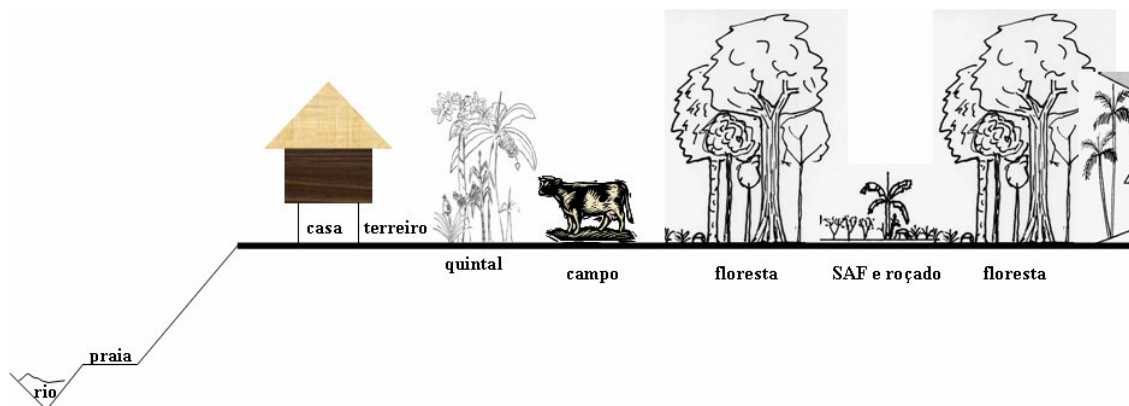


Figura 14: Ilustração esquemática da localização dos plantios nas aldeias da TIRH.

<sup>15</sup> Também é chamado *jirau* à bancada quadrada de madeira construída nas cozinhas das casas utilizada para lavar a louça.

#### **4.1.2) Localização e Composição dos Sistemas Agroflorestais na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá**

Verificou-se que os Sistemas Agroflorestais (SAFs) na TIRH, foram implantados nos **quintais** (ou terreiros) de algumas casas, em **capoeiras** e, em um caso, observou-se o **enriquecimento** de um **roçado** para que se transforme num SAF.

De acordo com os dados secundários e por meio da observação em campo, chegou-se às seguintes quantidades, tamanho e localização dos SAFs na TIRH:

- 12 SAFs implantados em **quintais**, com tamanhos que variam entre 0,09ha (900m<sup>2</sup>) a 0,2ha (2.000m<sup>2</sup>);
- 4 SAFs implantados em **capoeiras**, com tamanho médio de 1,5ha (15.000m<sup>2</sup>);
- 1 SAF que foi implantado enriquecendo-se a área de um **roçado de um ano**, com tamanho de 1ha (10.000m<sup>2</sup>).

A partir dos diferentes locais escolhidos para implantação destes sistemas agroflorestais (se próximos ou distantes das casas, se implantados em roçados ou em áreas de capoeiras derrubadas) é possível estabelecer as diferenças entre eles, principalmente em relação à composição das espécies e sua origem. Isto demonstra o conhecimento em relação às necessidades eco-fisiológicas de cada espécie, que pode ser fruto dos cursos de formação (conhecimentos que vêm de fora da TI), dos conhecimentos tradicionais passados de geração a geração, ou, um misto entre as duas possibilidades.

Desta maneira, os SAFs implantados nos quintais das casas serão chamados de *quintais agroflorestais*; os SAFs implantados em capoeiras derrubadas serão chamados *agroflorestas em capoeiras* e o único SAF implantado a partir do enriquecimento de um roçado comunitário de um ano, será chamado de *agrofloresta em roçado*.

##### *a) Quintais Agroflorestais na TIRH:*

Os SAFs implantados nos **quintais** das casas serão chamados de **quintais agroflorestais** e, na TIRH, caracterizam-se por plantios de espécies de árvores frutíferas e outras plantas úteis, localizados dentro da área delimitada pelas cercas nas casas das aldeias, chamado pelos índios também de “terreiro”. A Tabela 7 mostra a composição dos quintais agroflorestais da TIRH, bem como a quantidade, a origem e o percentual das espécies encontradas nos mesmos.

Tabela 7: Número de espécies, nomes popular e científico, quantidade de indivíduos/espécie, origem e porcentagem das espécies implantadas em Quintais Agroflorestais na TIRH:

QUINTAIS AGROFLORESTAIS na TIRH					
Sp	Nome Popular	Nome científico	Qt	Origem	Porcentagem (%)
1	Laranja	<i>Citrus aurantium</i> L.	59	E	18,97
2	Graviola	<i>Annona muricata</i> L.	58	N	18,65
3	Lima	<i>Citrus sinensis</i> L.	27	E	8,68
4	Tangerina	<i>Citrus reticulata</i> Blanco	26	E	8,36
5	Açaí-de-touceira	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	17	N	5,47
6	Mamão	<i>Carica papaya</i> L.	17	N	5,47
7	Coco	<i>Cocos nucifera</i> L.	16	E	5,14
8	Limão comum	<i>Citrus limon</i> L. Burm.	13	E	4,18
9	Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i> L.	9	N	2,89
10	Cipó	<i>Banisteriopsis caapi</i> Griseb.	9	N	2,89
11	Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.	7	N	2,25
12	Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.	7	N	2,25
13	Maracujá	<i>Passiflora alata</i> Dryander	7	N	2,25
14	Coco-da-Bahia	<i>Cocos nucifera</i> L.	6	E	1,93
15	Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> Merr.	5	N	1,61
16	Dendê	<i>Elaeis guineensis</i> L.	5	E	1,61
17	Limão cravo	<i>Citrus limonia</i> Osbeck.	5	E	1,61
18	Abacate	<i>Persea americana</i> Mill.	4	N	1,29
19	Apurui	<i>Duroia hirsuta</i> Poepp.	4	N	1,29
20	Ingá de metro	<i>Inga edulis</i> Mart.	3	N	0,96
21	Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> H.B.K.	2	N	0,64
22	Acerola	<i>Malpighia glabra</i> L.	1	E	0,32
23	Goiaba grande	<i>Psidium guajava</i> L.	1	N	0,32
24	Ingá	<i>Inga</i> sp.	1	N	0,32
25	Jambo	<i>Syzygium jambos</i> L.	1	E	0,32
26	Manga	<i>Mangifera indica</i> L.	1	E	0,32
	<b>Total plantas</b>		<b>311</b>		<b>100</b>

As espécies encontradas em maior número de plantas são a graviola (59 plantas) e a laranja (58 plantas), seguidas por lima (27 plantas) e tangerina (26 plantas). Dentre as 10 espécies cultivadas em maior quantidade nos quintais agroflorestais, observa-se grande número de indivíduos do gênero *Citrus* (laranja, lima, tangerina e limão), perfazendo um total de 125 indivíduos ou 40% do total das plantas destes sistemas. Entre estas 10 primeiras espécies, 50% são exóticas.

Quanto à origem, de um total de 311 plantas, distribuídas em 26 espécies, 11 são espécies exóticas, o que representa 42% das mesmas. Estas espécies exóticas somam 160 plantas, ou seja, 51% das plantas encontrados nos quintais agroflorestais da TIRH. Desta forma, 58% das espécies destes sistemas são nativas (15 espécies), o que equivale a 49% do total de plantas (151 plantas). A tabela 8 resume estas informações.

Tabela 8: Composição dos Quintais Agroflorestais na TIRH, segundo a origem das espécies implantadas, número de espécies, número de plantas por espécie e os respectivos percentuais.

Composição dos Quintais Agroflorestais na TIRH				
Origem	Espécies	%	Plantas	%
Exóticas	11	42	160	51
Nativas	15	58	151	49
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>	<b>311</b>	<b>100</b>

Nos quintais agroflorestais da TIRH, encontrou-se o maior percentual de plantas exóticas, como laranja, limão, tangerina, lima e coco, espécies exigentes quanto à luminosidade e ao manejo.

*b) Agroflorestas na TIRH: nas capoeiras e no roçado*

Os SAFs implantados em locais mais distantes das aldeias e onde se encontravam matas secundárias, ou **capoeiras**, foram designados **Agroflorestas**. Na TIRH, as áreas de capoeira são prioritárias para a agricultura (implantação de roçados). Ou seja, se existe uma área de mata secundária, com aproximadamente seis anos, é porque ela já foi, ou será, um roçado. Os sistemas agroflorestais, quando não são implantados nos quintais das casas, podem ser implantados em áreas de capoeira. Estes sistemas agroflorestais implantados em capoeiras fazem parte do trabalho do Agente Agroflorestal Indígena, que planeja as atividades de implantação, a escolha das espécies e define em qual área de capoeira será implantado o SAF junto com a comunidade.

No caso da TIRH, foram encontradas *quatro* Agroflorestas implantadas em áreas de capoeira, e *uma* Agrofloresta implantada em roçado comunitário de um ano. Estes casos serão apresentados separadamente, e serão designados: **Agrofloresta em capoeira**, para os quatro casos de SAFs implantados em capoeiras e, **Agrofloresta em roçado** para o caso de enriquecimento do roçado comunitário.

*b.1) Agroflorestas implantadas em áreas de capoeira*

De acordo com o que as entrevistas com os Agentes Agroflorestais apontaram, na escolha da área para implantação de uma Agrofloresta são considerados:

- a opinião da comunidade sobre o local e as espécies a ser implantadas;
- o histórico da área (principalmente o tempo de pousio - idade da capoeira - e a quantidade de vezes que aquela área foi cultivada com roçado);

- a presença de espécies de interesse na referida área, como o açaí plantado anteriormente ou plantas medicinais e sagradas, como o cipó;
- e o acesso de animais de criação à área.

Ainda segundo estas entrevistas, o preparo do solo para implantação de SAFs nas áreas de capoeira é feito através do corte e da queima da vegetação encontrada no local, sendo retiradas as mudas de espécies de interesse, como as com valores medicinais, algumas madeiras de lei para construção de casas e canoas e frutíferas nativas para alimentação humana e atração de caça, que, enquanto mudas ou herbáceas, são transplantadas em outros locais, como os quintais ou nas áreas adjacentes que não sofrerão intervenção.

Observa-se grande quantidade de açaís (touceira e solteiro) plantados na TIRH (que somados representam 47% das plantas), bem como de outras palmeiras como o patoá, a pupunha e o buriti, perfazendo um percentual 58% de plantas da família Palmaceae. Outras espécies cultivadas em quantidades significativas são a graviola, abacaxi, laranja, maracujá e acerola. A tabela 9 detalha estas informações.

Tabela 9: Número de espécies, nomes popular e científico, quantidades de indivíduos/espécie, origem das espécies e porcentagem de Agroflorestas implantadas em **Capoeiras** na TIRH

AGROFLORESTAS IMPLANTADAS em CAPOEIRAS na TIRH					
Sp	Nome Popular	Nome científico	QT	Origem	%
1	Açaí-de-touceira	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	616	N	43,35
2	Graviola	<i>Annona muricata</i> L.	194	N	13,65
3	Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> Mill.	74	N	5,21
4	Patoá	<i>Oenocarpus bataua</i> Burret.	70	N	4,93
5	Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> var. <i>gasipaes</i> H.B.K.	52	N	3,66
6	Açaí	<i>Euterpe precatoria</i> Mart.	50	N	3,52
7	Laranja	<i>Citrus aurantium</i> L.	50	E	3,52
8	Maracujá	<i>Passiflora alata</i> Dryander.	50	N	3,52
9	Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i> L.	42	N	2,96
10	Acerola	<i>Malpighia glabra</i> L.	36	E	2,53
11	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> Willd.	30	N	2,11
12	Mamão	<i>Carica papaya</i> L.	20	N	1,41
13	Ingá de metro	<i>Inga edulis</i> Mart.	19	N	1,34
14	Amora	<i>Rubus Fruticosus</i> Agg.	16	N	1,13
15	Caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.	14	N	0,99
16	Coco-da-Bahia	<i>Cocos nucifera</i> L.	14	E	0,99
17	Banana	<i>Musa</i> sp.	11	E	0,77
18	Cereja	<i>Amburana acreana</i> Ducke.	10	N	0,70
19	Goiaba	<i>Psidium guajava</i> L.	9	N	0,63
20	Cipó	<i>Banisteriopsis caapi</i> Spreng.	7	N	0,49
21	Café	<i>Coffea</i> sp. L.	6	E	0,42
22	Biribá	<i>Rollinia mucosa</i> Baill.	4	N	0,28
23	Carambola	<i>Averrhoa carambola</i> L.	4	E	0,28

continua na página seguinte

Continuação

AGROFLORESTAS IMPLANTADAS em CAPOEIRAS na TIRH					
Sp	Nome Popular	Nome científico	QT	Origem	%
24	Ata	<i>Annona</i> sp. L.	3	N	0,21
25	Cacauí	<i>Theobroma speciosum</i> Spleng.	3	N	0,21
26	Manga	<i>Mangifera indica</i> L.	3	E	0,21
27	Abacate	<i>Persea americana</i> Mill.	2	N	0,14
28	Cajá	<i>Spondias Mombim</i> L.	2	N	0,14
29	Castanha	<i>Bertholletia excelsa</i> H.B.K.	2	N	0,14
30	Ingá nativa	<i>Inga</i> sp.	2	N	0,14
31	Jambo	<i>Syzygium jambos</i> L.	2	E	0,14
32	Tangerina	<i>Citrus reticulata</i> Blanco	2	E	0,14
33	Condensa	<i>Annona reticulata</i> L.	1	N	0,07
34	Jaca	<i>Artocarpus integrifolia</i> L.f.	1	N	0,07
<b>Total plantas</b>			<b>1421</b>		<b>100</b>

Observando-se a tabela acima se nota uma grande quantidade de plantas de açaí touceira (616) e graviola (194). O abacaxi (74) e o patoá (70) também são representativos nestas Agroflorestas. Ao separarmos as dez primeiras espécies da tabela, observamos que apenas duas são exóticas: a laranja (50 plantas) e a acerola (36 plantas).

Encontrou-se nas quatro Agroflorestas implantadas sob estas condições, um total de 34 espécies e 1.421 plantas. Destas 34 espécies, 9 são exóticas, o que corresponde a 26% das espécies. Das 1.421 plantas, 128 são exóticas, o que equivale a 9% do número total de plantas nestas Agroflorestas. Observa-se assim, que a maior parte das espécies plantadas nas Agroflorestas mais distantes das aldeias (74%), são espécies nativas, menos exigentes em manejo e mais adaptadas ao meio natural. A tabela 10 resume as informações descritas.

Tabela 10: Composição das Agroflorestas implantadas em capoeiras na TIRH, segundo a origem das espécies implantadas, o número de espécies, número de plantas por espécie e os respectivos percentuais.

Composição das Agroflorestas em Capoeiras na TIRH				
Origem	Espécies	%	Plantas	%
Exóticas	9	26	128	9
Nativas	25	74	1.293	91
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100</b>	<b>1.421</b>	<b>100</b>

Nota-se que entre as espécies exóticas implantadas em Agroflorestas nas capoeiras da TIRH, a laranja e a acerola estão entre as mais numerosas, indicando também a preferência alimentar em relação a estas espécies.

*b.2) Agrofloresta implantada em área de roçado de um ano:*

Em um dos casos encontrou-se uma Agrofloresta implantada em área de roçado comunitário de um ano. Nesta área optou-se por realizar o enriquecimento do roçado tradicional com árvores frutíferas, para que esta área, ao invés de encapoeirar naturalmente, entrando no ciclo de corte-queima para implantação de novos roçados, se transforme num sistema agroflorestal. Este sistema é descrito na literatura como *swidden-fallow-agroforestry* (Miller, 2006), e se resume num sistema de corte e queima de capoeiras para implantação de roçados, com posterior enriquecimento dos mesmos com outras plantas úteis, em geral frutíferas, para que se torne uma agrofloresta.

As espécies cultivadas em maior quantidade nesta agrofloresta são o cupuaçu, o açaí-touceira e o patoá, todas espécies nativas, tolerantes à sombra. Seguindo a tendência observada para os outros casos de Agroflorestas encontradas na TIRH, aproximadamente metade das espécies (5 em 12) escolhidas para o enriquecimento do roçado são da família *Palmaceae*, ou seja, estão em quantidades significativas nos sistemas indígenas, neste caso 75 plantas ou 46,6%. A Tabela 11 detalha estes dados.

Tabela 11: Número de espécies, nomes popular e científico, quantidades de indivíduos/espécie, origem e porcentagem das espécies de *Agrofloresta* implantada em *Roçado* na TIRH

AGROFLORESTA IMPLANTADA em ROÇADO na TIRH					
Sp	Nome Popular	Nome Científico	Qt	Origem	%
1	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> Willd	40	N	24,84
2	Açaí-de-touceira	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	20	N	12,42
3	Patoá	<i>Oenocarpus bataua</i> Burret.	20	N	12,42
4	Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i> L.	15	N	9,32
5	Amora	<i>Rubus fruticosus</i> Agg.	12	N	7,45
6	Coco-da-Bahia	<i>Cocos nucifera</i> L.	12	E	7,45
7	Laranja	<i>Citrus aurantium</i> L.	12	E	7,45
8	Acerola	<i>Malpighia glabra</i> L.	10	E	6,21
9	Pupunha	<i>Bactris gasipae</i> H.B.K.	8	N	4,97
10	Graviola	<i>Anona muricata</i> L.	7	N	4,35
11	Tangerina	<i>Citrus reticulata</i> Blanco	4	E	2,48
12	Café	<i>Coffea</i> sp.	1	E	0,62
	<b>Total plantas</b>		<b>161</b>		<b>100</b>

Nesta agrofloresta encontrou-se 12 espécies e 161 plantas. Destas espécies 42% são exóticas. O número de plantas exóticas (39) equivale a 24% do número total de plantas. Embora as espécies estejam bem divididas entre exóticas e nativas, a quantidade de plantas nativas é maior: 122 plantas ou 76% das plantas do sistema. A tabela 12 resume estes dados.



Tabela 12: Composição da *Agrofloresta* implantada em *roçado* na TIRH, segundo a origem das espécies implantadas, a quantidade das mesmas, número de plantas por espécie e os respectivos percentuais.

Composição das <i>Agrofloresta</i> em <i>Roçado</i> na TIRH				
Origem	Espécies	%	Plantas	%
Exóticas	5	42	39	24
Nativas	7	58	122	76
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100</b>	<b>161</b>	<b>100</b>

c) *Características gerais dos SAFs na TIRH:*

Analisando-se somente as treze espécies encontradas em maior quantidade em todos os SAFs da TIRH, observa-se que três delas são exóticas, representando 23% das espécies selecionadas. Observa-se também que seis destas espécies são palmeiras, em sua maioria nativas (cinco espécies), que se adaptam a locais mais sombreados e com maior umidade. Esta situação também se aplica a espécies nativas de outras famílias botânicas como o cupuaçu e a graviola, de regiões com floresta densa (Tabela 13).

Tabela 13: Espécies encontradas em maior quantidade nos SAFs da TIRH, nomes popular e científico, quantidade de indivíduos, origem e percentual em relação ao total de plantas.

Espécies encontradas em maior quantidade nos SAFs da TIRH					
Sp	Nome Popular	Nome científico	Qt	Origem	%
1	Açaí-touceira	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	653	N	34,5
2	Graviola	<i>Anona muricata</i> L.	259	N	13,7
3	Laranja	<i>Citrus aurantium</i> L.	121	E	6,4
4	Patoá	<i>Oenocarpus bataua</i> Burret.	90	N	4,8
5	Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> L. Merr.	79	N	4,2
6	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> Willd.	70	N	3,7
7	Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i> L.f.	66	N	3,5
8	Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> H.B.K.	62	N	3,3
9	Maracujá	<i>Passiflora alata</i> Dryander	57	N	3,0
10	Açaí	<i>Euterpe precatoria</i> Mart.	50	N	2,6
11	Coco-da-Bahia	<i>Cocos nucifera</i> L.	48	E	2,5
12	Acerola	<i>Malpighia glabra</i> Linn	47	E	2,5
13	Mamão	<i>Carica papaya</i> L.	37	N	2,0
<b>Total de plantas em SAFs na TIRH</b>			<b>1893</b>		<b>100</b>

Somando-se todas as espécies encontradas nos SAFs implantados nos três locais estudados na TIRH - quintais agroflorestais, agroflorestas em capoeira e agrofloresta em roçado - encontrou-se 40 espécies e 1893 plantas. Destas 40 espécies, quatorze (14) são exóticas (35% das espécies), perfazendo um total de 355 plantas, que correspondem a

aproximadamente 20% das plantas cultivadas nos SAFs da TIRH. Percebe-se assim, que o número de plantas de espécies nativas são predominantes nos sistemas agroflorestais da TIRH. A Tabela 14 resume estes dados.

Tabela 14: Composição dos SAFs da TIRH, segundo a origem das espécies implantadas, a quantidade das mesmas, número de plantas por espécie e os respectivos percentuais.

<b>Composição dos SAFs na TIRH</b>				
<b>Origem</b>	<b>Nº Espécies</b>	<b>%</b>	<b>Nº Plantas</b>	<b>%</b>
Exóticas	14	35	355	18,8
Nativas	26	65	1538	81,2
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>100</b>	<b>1893</b>	<b>100</b>

Analisando-se o percentual de plantas nativas e exóticas nos diferentes SAFs da TIRH, observa-se que o maior percentual de plantas exóticas é encontrado nos quintais agroflorestais da TIRH, ou seja, são sistemas mais próximos às residências e que por isto permitem maior acompanhamento do desenvolvimento das plantas e maior facilidade na realização de manejo. Nos SAFs mais distantes das casas e das aldeias, observou-se tendência inversa à dos quintais: o percentual de plantas de espécies nativas chega a 90% (em SAFs implantados nas áreas de capoeiras). Em áreas mais distantes as condições de manejo e controle ambiental são menores, por isto, as espécies escolhidas na implantação devem ter maior capacidade de se desenvolver em tais condições (com menos intervenção humana e mais sujeitas às intempéries e condições do meio natural). Além disto, o conhecimento indígena tradicional a cerca das espécies nativas é maior do que a respeito das espécies exóticas.

A Figura 15 apresenta os percentuais das plantas de espécies nativas e exóticas encontradas em cada um dos três distintos locais de implantação de SAFs da TIRH, bem como a composição percentual média de plantas nativas e exóticas em cada um deles.

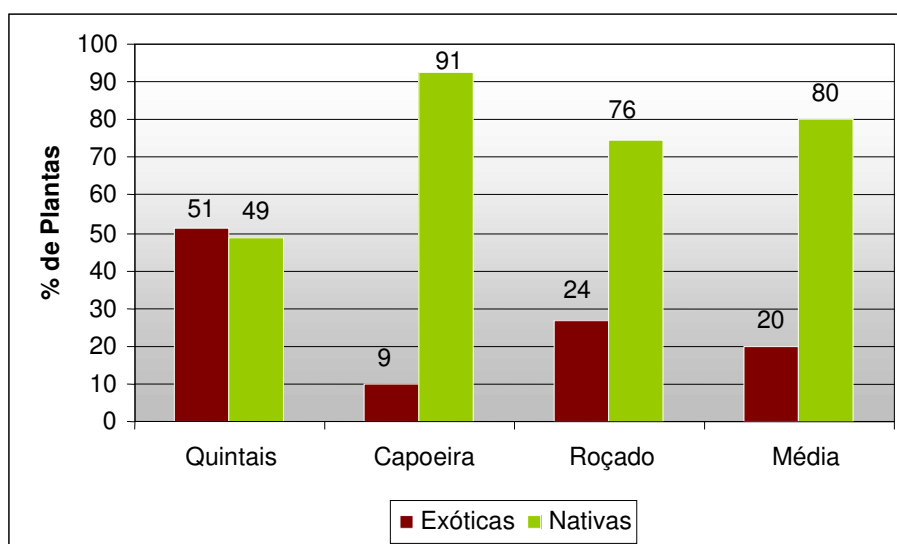


Figura 15: Percentual de plantas nativas e exóticas encontradas nos diferentes SAFs (quintais, capoeira e roçado de um ano) da TIRH e média da composição destes SAFs nestas três áreas.

#### *Algumas espécies em questão:*

Analisando-se a composição de todos os SAFs da TIRH, observa-se que, de maneira geral, as espécies de açaí, laranja, buriti e graviola estão sempre entre as dez mais cultivadas nestes sistemas. Observa-se também que frutas exóticas, principalmente a laranja, foram encontradas nos SAFs de todas as aldeias da TIRH. Muitas das Palmaceae encontradas nos SAFs da TIRH são nativas da região amazônica, sendo frequentemente encontradas nos SAFs mais distantes das aldeias. As palmeiras têm múltiplos usos na TIRH: alimentação, atração de caça, construção, artesanato, místico, utensílios domésticos e roupas. Assim como as palmeiras, outras espécies nativas, como graviola, abacaxi, maracujá e outras, são comumente encontradas em SAFs mais distantes das casas.

Observou-se que espécies e variedades do gênero *Citrus* são muito apreciadas pelos indígenas, que preferem cultivá-las nas proximidades das casas, nos quintais e no campo da aldeia, devido às necessidades da planta e a facilidade de manejo e acompanhamento do seu desenvolvimento. Isto ocorre também com o coco da Bahia ou coco da praia.

A banana é imprescindível na dieta indígena, sendo encontrada em todas as aldeias. A banana é considerada pelos indígenas como uma planta tradicional, ou seja, uma planta dos índios, que os índios cultivam secularmente, desde o “Tempo das Malocas”. É cultivada preferencialmente nos roçados, sendo, por isso, classificada como legume

tradicional e não como fruta. Esta classificação local também se estende ao abacaxi, ananás e ao mamão.

Segundo o que foi observado na TIRH, o açaí é preparado artesanalmente, “pisando” (expremendo e amassando com as mãos ou com um socador) os frutos maduros em uma bacia grande para extrair o “vinho” (suco ou polpa) do açaí, que é servido com farinha de mandioca ou, ocasionalmente, com leite. Cabe ressaltar que embora nativo da América do Sul, o açaí-touceira na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá é uma planta introduzida, assim como a castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K.) e a variedade de pupunha cultivada (*Bactris gasipaes* var. *gasipaes* H.B.K.), que são encontradas em outras regiões do estado do Acre, mas não nas proximidades da TI em questão. Algumas espécies exóticas foram introduzidas já nas primeiras épocas do contato entre índios, seringueiros e seringalistas, que trouxeram principalmente o coco, o jambo e a manga, além de algumas variedades de plantas já conhecidas dos índios, como variedades de banana e macaxeira.

As informações obtidas com as entrevistas e as observações permitiram diferenciar os usos mais comuns das plantas encontradas nos SAFs:

- Alimentação - espécies frutíferas e oleaginosas
- Medicina tradicional – plantas medicinais (arbóreas, herbáceas, cipós e outras)
- Religião e rituais – cipó, palmeiras e corantes
- Artesanato e utensílios domésticos – frutos de palmeiras, fibra da casca de árvores (envira), folhas de palmeiras e sementes
- Construção – madeiras diversas, folhas e troncos de palmeiras.

#### **4.1.3) Composição e manejo dos roçados na TIRH**

Localmente, roçado é o nome dado ao lugar onde são cultivadas as “roças”, ou seja, as macaxeiras. Assim, quando se fala apenas em “roçado”, está se falando de um “roçado de roça”, ou um roçado de macaxeira. Observa-se que TIRH os roçados não são monoculturais, sendo cultivadas em consórcio espécies anuais, perenes e semi-perenes. Assim, o termo *roçado* pode ser usado em referência a outros cultivos, que não a macaxeira. Neste caso, é completado com o nome da cultura, como por exemplo: roçado de miho, de feijão, de algodão, de melancia.

Esta nomenclatura e a composição das espécies dos roçados também têm relação direta com seu local de implantação, podendo ser classificado como roçado de terra firme ou roçado de praia. Adiante são apresentados os resultados das entrevistas e das observações em

relação aos roçados indígenas na TIRH, na forma de tópicos, onde serão esclarecidos com mais detalhes estes aspectos.

*a) Espécies do roçado*

O levantamento da agrobiodiversidade na TIRH, no ano de 2005, realizado por Tavares *et al* (2005), permitiu a sistematização dos dados referentes aos roçados da TIRH. Esta sistematização apontou para o cultivo de 16 espécies, com número de variedades que variam entre 23 até 2 variedades por espécie. O trabalho de campo permitiu confrontar, completar e analisar estes dados.

A Tabela 15 apresenta o resultado da sistematização destes dados secundários, apresentando as espécies encontradas nestes roçados, seus nomes popular (em português) e indígena, (em hãtxa kuĩ , língua Kaxinawá), bem como o número de variedades reconhecidas pelos índios para cada espécie. Maiores detalhes sobre as variedades encontradas podem ser vistas no Anexo 2.

Tabela 15: Plantas dos roçados na TIRH

Plantas do Roçado da TIRH		
Nome comum	Nome em Hãtxa Kui	Variedades
Macaxeira	Atsa	23
Banana	Mani	17
Mudubim	Tama	7
Milho	Sheki	6
Cana	Tawa	5
Tingui	Puikamã	5
Taioba	Yubĩ	4
Mamão	Barã	4
Abacaxi	Kākā	4
Algodão	Shapu	4
Feijão	Yusu	4
Batata Doce	Kari	3
Inhame	Pua	3
Jerimum	Nixi Barã	3
Melancia	Barã Maxianua	3
Macaxeira Doce	Yuxu	2

Fonte: sistematizado de Tavares (2005)

*b) Manejo dos roçados*

Como resultado das entrevistas e das observações, nota-se que, em geral, os roçados são implantados em áreas de capoeira. Áreas com mata secundária ou primária demandam muito mais trabalho para cortar e queimar. Os instrumentos comumente utilizados

para a derrubada das árvores, são o facão e o machado, eventualmente é utilizada a motosserra. Após a escolha da área, são realizadas reuniões para organizar o trabalho de broca e queima das capoeiras. Cada família tem o seu roçado, mas todo o trabalho de preparo da área e plantio é feito em sistema de mutirão.

Os roçados têm tamanhos que variam de 0,5 ha a 2,0 ha, sendo mais comum os roçados de 1 ha por família, que podem ter mais de um roçado com este tamanho. Quando há necessidade, antes de realizar a broca e coivara, retiram mudas de plantas medicinais e as plantam em outro local. Nas áreas queimadas, onde existiam bananeiras, é muito comum o rebrote das mesmas, fenômeno reconhecido pelos índios, que afirmam que este rebrote é muito intenso e garante bananeiras produtivas e vigorosas (Figura 16).



Foto: Paola Cortez

Figura 16: Banana rebrotando após a queima do roçado.

O manejo dos roçados segue a prática conhecida como roça de toco ou coivara, embora localmente seja chamado simplesmente de “brocagem (ou broca) do roçado”. Algumas destas áreas se transformam em agroflorestas após seu enriquecimento com plantas nativas e exóticas, o que configura um mosaico de formações vegetais nas proximidades das aldeias, com grande diversidade e que repetem as estratégias naturais de recomposição das matas primárias da região, com grande abundância de alimentos, tanto para as pessoas, quanto para os animais. A Figura 17 mostra uma área na TIRH preparada com corte e queima para implantação do roçado.





Foto: Paola Cortez

Figura 17: Preparo de área para o plantio

Existe um calendário para as atividades do roçado:

Julho - as áreas são brocadas (derrubadas),

Agosto – com o material vegetal seco é realizada a queima,

Setembro e Outubro – é realizado o plantio nestas áreas novas.

A época de plantio é observada principalmente para o milho, plantado tanto nos roçados de terra firme como nas praias, para evitar “nascer uma espiga aqui outra acolá” (Degilson, aldeia São Vicente). Os roçados são abertos com objetivo de estabelecer o plantio das “roças” ou macaxeira, assim, no período de setembro e outubro se concentram estes plantios, porém macaxeira, assim como abacaxi, são plantados durante o ano todo: conforme se realiza a colheita, a espécie é imediatamente replantada, para que não falte durante o ano: “a macaxeira são as mulheres que colhem, conforme vai cortando, já planta, para não faltar” (Niza, aldeia São Vicente). “... já a cana é plantada no mês de janeiro, as variedades são caiana e piojota” (Antonio Ferreira, aldeia Novo Futuro).

A participação das mulheres nas atividades relacionadas ao roçado está ligada principalmente ao preparo da alimentação para os homens que estão trabalhando no mutirão do roçado, ao preparo das sementes e outros materiais reprodutivos que estavam guardados nas casas (Figuras 18 e 19), e às colheitas periódicas: “homens e mulheres trabalham nos roçados, mais os homens. As mulheres preparam a comida nos trabalhos” (Paulo Macambira, aldeia Porto Brasil).

As mulheres plantam, guardam e escolhem os melhores lugares do roçado para o plantio da taioba: “...a taioba é a melhor comida do índio. Tem taioba amarela, branca, várias

cores. Quando os homens vão abrir o roçado, as mulheres ficam brigando para ver aonde é o melhor lugar para plantar a taioba” (Dona Bebita, aldeia São Vicente)



Figura 18: Milho na palha armazenado em casa.

Figura 19: Manivas para o plantio.

A colheita do milho para semente deve ser feita “na lua escura para não dar gorgulho” (Degilson, aldeia São Vicente). A taioba é “guardada na terra mesmo, quando queremos levar para plantar em outro lugar, arrancamos um pouco e levamos” (Dona Maria, aldeia Novo Futuro). Quando vão arrancar para o consumo, deixam um pouco das raízes, no outro ano, ou quando quiserem plantar em outra área, arrancam e transplantam.

### *c) Localização dos roçados*

Os roçados verdadeiros, de terra firme, chamados de bai kuĩ, são implantados em solos mais arenosos, principalmente em função das necessidades da macaxeira. Além disso, preferem áreas de terra firme, em detrimento às terras baixas que podem sofrer alagamento nos meses de inverno amazônico. A escolha de solos com maior declividade explica-se porque “o fogo acompanha a subida do morro” (Antonio Lopes, aldeia Boa Sorte) e os tubérculos não apodrecem durante o pico das chuvas. As espécies do bai kuĩ são macaxeira, milho, abacaxi, taioba, mamão, algodão, batatas, abóboras, inhame, cana, fumo, tingui, urucum.

Outras espécies são cultivadas nas praias dos rios. Em língua indígena estes roçados chamam-se **tama bai** ou **maxi bai**. O nome tama bai, roçado de amendoim, advém da principal cultura produzida nas praias, o amendoim – tama, em hãtxa kuĩ. As praias se formam no período conhecido como verão amazônico, época das secas, que ocorre nos meses de abril a agosto de cada ano. O plantio de praia é prática tradicional também entre os ribeirinhos. São cultivados nas praias, em consórcio ou solteiros: milho, feijão, amendoim,



melancia, jerimum. A melhor época para a preparação e plantio no **tama bai** é entre maio e junho.

Nas praias o amendoim é plantado entre o barranco do rio e a areia branca, mais próxima às margens, esta área é conhecida como bojo da praia. Depois do amendoim, em direção à margem do rio, são plantados a melancia e o jerimum, ainda não na areia branca. Nesta é plantado somente o feijão de praia.

Os roçados e as agroflorestas indígenas são implantados segundo uma série de princípios ecológicos e tradicionais, perfeitamente estabelecidos de acordo com as necessidades de cada espécie, como por exemplo, a escolha de alguns nichos nas praias e nas terras firmes – mais ou menos alagadas, mais ou menos argilosas, mais ou menos sombreadas. São consorciados árvores, arbustos e ervas. Em ambos são cultivadas plantas anuais e espécies frutíferas.



Foto: Paola Cortez

Figura 20: Pupunha em roçado de macaxeira e abacaxi na TIRH



Foto: Paola Cortez

Figura 21: Pimenta, banana, abacaxi, caju em área de roçado.

Os roçados tendem a virar, ou capoeiras manejadas, ou SAFs, já que mesmo nos roçados que não foram enriquecidos, são deixados legumes para atração de caças e colheitas eventuais. Outros roçados são enriquecidos de forma que venham a produzir os frutos que lhes interessem (Figuras 20 e 21).

#### **4.1.4) Criação de quelônios na TIRH**

Durante as atividades de campo na TIRH, os AAFIs estavam reunidos, bem como outros membros da comunidade, para construção de 2 barragens manuais que seriam utilizadas na criação de peixes e quelônios. O pedido para a realização das duas barragens manuais, por parte dos AAFIs da TIRH, foi para reiniciar a criação dos quelônios. A construção das barragens se deu por meio da realização de uma oficina por um assessor da CPI/AC.

A motivação para a construção das barragens começou por iniciativa do AAFI Nilson Sabóia na criação de jabutis na aldeia São Vicente, TIRH. Após realizar um intercâmbio na Terra Indígena Ashaninka do rio Amônia, teve contato com uma criação de jabutis e tracajás, resolvendo ampliar o criatório na TIRH, inserindo também tracajás.

Para os jabutis foi construído um “chiqueiro”, cercado de madeira, embaixo de um pé de *Manixi* (nome indígena). O Manixi é uma árvore grande que dá frutos pequenos e alaranjados, segundo informações obtidas na TI atrai todo tipo de animais: diversas aves, catetos, queixadas, etc. É um dos alimentos do jabuti. Segundo informações do AAFI Nilson Sabóia, alguns jabutis foram coletados na TI, enquanto outros foram comprados de não-índios. A criação de jabutis foi iniciada no ano de 2003, e em 2005 havia 16 jabutis em cativeiro na TI, algumas fêmeas já estavam botando ovos. Os jabutis começaram a cavar e alguns deles fugiram, sendo novamente capturados.

Conforme explica o AAFI Nilson Sabóia, para os tracajás foi construído na aldeia um pequeno poço, cercado com madeira, onde foram colocados os tracajás coletados no rio. Depois de uma forte chuva a cerca se rompeu e alguns tracajás fugiram. Depois desta ocorrência o AAFI decidiu soltar todos os jabutis e tracajás no rio novamente. A alimentação destes quelônios na TIRH era realizada através da produção dos SAFs e roçados.

Observando os dados secundários utilizados nesta pesquisa, nota-se depoimentos relatando que os quelônios eram encontrados em grandes quantidades nos rios da Amazônia. Isto também ocorria no rio Humaitá, onde se localiza a Terra Indígena Kaxinawá do rio Humaitá:

“De primeiro esse rio era muito rico de jabuti, de tracajá, era muita caça e eu cheguei alcançar ainda. Mas agora não tem, porquê? Porque entrou muito madeireiro, entrou muito caçador, muito pescador e chegaram a invadir tudo. Chegava o mariscador e pegava sessenta tracajá e levava. Pegava cento e cinquenta jabutis e levava para vender.” (Sr. Vicente Sabóia Kaxinawá, liderança tradicional, in: TAVRES, 2005).

Outros depoimentos foram extraídos dos relatórios de campo da CPI/AC indicando a tradição do povo Kaxinawá, e outros povos indígenas em se alimentar dos ovos e da carne dos tracajás e outros quelônios:

“... O tracajá a gente ia pra cima e trazia de canoa cheia, soltava ai e ficava comendo direto...” (Prof Valdecir Sergio, in: TAVARES, 2005)

“...só os nosso parentes que a gente conhece como índio brabo, índio arredio, que só no verão que eles comem os ovos...” (AAFI Nilson Sabóia, in: TAVARES, 2005)

“... é costume Kaxinawá comer os bichos de caça como jacaré e tracajá.” (Jocemir Kaxianwá, in: TAVARES, 2005)

A carne é muito consumida entre os povos indígenas. A tradição em se alimentar de animais se estende ao consumo de macacos, jacarés, peixes, capivara, porquinho do mato, queixada, aves, veado, paca e quelônios. Alguns destes animais, ou parte dos mesmos, são também utilizados na medicina tradicional, bem como se acredita que podem ter efeitos mágicos ou poderes (exemplo: carregar a escápula do jabuti para resolver problemas sexuais).

Existe na TIRH criação de animais silvestres, como araras, papagaios, periquitos e jabutis. Foi observado em uma das casas, na aldeia São Vicente, a criação de dois filhotes de jabuti dentro de casa, que eram alimentados principalmente com macaxeira.

Além da caça, a criação de quelônios pode ter sido prática tradicional indígena, conforme demonstram Carvajal (1970) e Erickson (2000). Desta forma, a integração entre quelônios e SAFs deve ter sido uma forma de garantir segurança alimentar, principalmente proteína animal em épocas de escassez ou dificuldade de encontrar caça, o que ocorre nos meses de verão, e em épocas de pescarias mais difíceis, como no inverno.

## **Parte II – Análise da atuação dos AAFIs, sua visão e visão das lideranças tradicionais indígenas sobre a formação e o papel dos mesmos nas Terras Indígenas do Acre**

Esta segunda parte de resultados refere-se à análise de dados secundários, extraídos de relatórios da CPI/AC em momentos em que os AAFIs discutiam, enquanto

movimento social, através da AMAAI/AC (Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre), questões decisivas para o fortalecimento da categoria e direcionamento dos seus trabalhos. Nestes eventos há participação de outros atores indígenas, como lideranças tradicionais, professores indígenas e sua organização a OPIAC – Organização dos Professores Indígenas do Acre.

Para fundamentar esta análise serão transcritos trechos de depoimentos indígenas contidos nos referidos relatórios para ilustrar as observações.

## **4. 2 A atuação dos AAFIs**

### ***4.2.1) Atuação e a visão da comunidade sobre o papel dos AAFIs***

Os Agentes Agroflorestais Indígenas são jovens e adultos, do sexo masculino, escolhidos por suas comunidades para participar da formação oferecida pela CPI/AC e que irão formar uma nova categoria social nas aldeias e TIs. Esta formação é continuada e, ao longo dos anos, participam de todas as modalidades educativas descritas anteriormente.

A atuação dos agentes agroflorestais indígenas não se restringe às atividades de plantio. Outras atividades foram incorporadas aos trabalhos dos AAFIs:

“A profissão do agente agroflorestral não é só plantar frutíferas, palmeiras e outras árvores na aldeia, mas é também orientar a comunidade no cuidado do meio ambiente, na conservação e manejo dos nossos recursos naturais. Somos educadores ambientais indígenas. Estamos trabalhando junto de nossas lideranças, professores, agentes de saúde, presidentes de associações e com o pessoal da nossa comunidade no manejo dos recursos naturais, elaborando e discutindo o plano de uso dos recursos naturais das nossas florestas. Fazemos reuniões, discutimos com a comunidade, ensinamos e orientamos nossos parentes na gestão ambiental. Para trabalharmos na gestão, estamos nos conscientizando dos problemas ambientais. Estamos preocupados com a destruição de todo o planeta” (Manifesto dos AAFIs, 2001 )

A preocupação dos AAFIs em manter e manejar os recursos naturais, se justifica na medida em que estes territórios são finitos, e, se esgotados, passarão por dificuldades. Isto passa também pela questão do entorno das TIs, que quanto mais antropizados forem, maiores os riscos e danos às comunidades indígenas.

A análise das atividades desenvolvidas pelos AAFIs e as entrevistas na TIRH, permitiram uma categorização das ações realizadas pelos mesmos. Os AAFIs realizam ações relacionadas à: 1) Gestão ambiental e territorial; 2) Educação Ambiental; 3) Segurança Alimentar; 4) Revitalização cultural e, 5) Organização política e representativa. Cabe ressaltar que, segundo as observações e entrevistas, as ações práticas do AAFI são geralmente realizadas em conjunto com outros comunitários.

Tabela 16: Categorias de ações desenvolvidas pelos AAFIs.

<b>Categorias</b>	<b>Ações</b>
Gestão Ambiental e Territorial	Etnomapeamento das TIs
	Elaboração dos Planos de Uso e Manejo dos Recursos Naturais
	Auto Demarcação de TIs
	Vigilância e Fiscalização dos territórios indígenas
Educação Ambiental	Parceria com as escolas indígenas
	Conscientização do entorno das TIs
	Conscientização em relação aos problemas gerados pelo lixo trazido da cidade
Segurança Alimentar	Plantios diversificados, com plantas exóticas e nativas
	Implantação de Sistemas Agroflorestais
	Implantação de sistemas de produção animal
	Troca de material reprodutivo vegetal entre as comunidades
Revitalização Cultural	Esculturas mitológicas com aproveitamento de troncos caídos na mata
	Registro das atividades em língua indígena
	Elaboração de materiais didáticos bilíngües
	Pesquisas com as pessoas mais idosas das aldeias sobre os recursos naturais, seu manejo e as tradições culturais relacionadas
Organização política e representativa	Fundação da AMAAI/AC
	Articulação junto à órgãos governamentais e não governamentais
	Elaboração e submissão de projetos visando financiamento de suas ações
	Articulação junto a outras categorias indígenas organizadas

Apresenta-se a seguir, trechos de depoimentos anexados aos relatórios da CPI/AC que ilustram algumas destas ações:

“Nosso plano de uso é recente, foi criado no ano de 2004, em março de 2004, em uma oficina que aconteceu na minha aldeia. Foi pensado junto com a comunidade, nós conseguimos fazer o plano de uso pensando no que existe na TI. Sobre a mata ciliar decidimos para não derrubar a mata da beira do rio, é área de preservação permanente, onde mora as caças. Sobre a água, resolvemos não derrubar no igapó, não colocar mais tingui e pensar no manejo. Pensamos em geral em cima de cada recurso, como fazer roçado fazer na capoeira, etc...” (AAFI Jorge Domingos, *in* Dutra: 2004).

“A gente fez a demarcação com marcos verdes, plantou açaí, castanha, para pensar no futuro, para os passarinhos no futuro semear. Nós demarcamos a nossa terra e plantamos os marcos verdes, acho importante o açaí porque não tinha na nossa terra, a castanha para fácil visualização.” (AAFI Josimar, *in*: Dutra, 2004)

“...Bom nós AAFIs estamos começando a fazer as esculturas transformando as madeiras em seres encantados da nossa cultura...” (AAFI José Edson Medeiros Txanu, *in*: Tavares, 2003)

“O AAFI mexe com meio ambiente, isso tem muito a ver com a nossa cultura, que é a explicação do mundo indígena. Os AAFIs estão com este incentivo, mostrando que tudo que tem na natureza é válido, quando derruba uma planta do roçado ele pode aproveitar para fazer uma escultura sobre a cultura. Com isto está buscando a nossa identidade, isso tem a ver com pintura, com fala, com toda a cultura. (Professor Célio, in: Dutra, 2004).

De acordo com as informações obtidas, dentro das TIs os AAFIs atuam em parceria com a comunidade. Cada atividade a ser realizada é discutida e consensuada com a mesma. Os trabalhos de implantação de áreas de SAFs são realizados através de mutirão e após reunião para definição do local e das espécies a serem plantadas. Quando se faz necessária a construção de estruturas como açudes para criação de quelônios e peixes, toda a comunidade é convidada participar. A fiscalização e vigilância do território são feitas sempre com a participação de outros membros da comunidade, porque existe um risco envolvido nestas operações. Há relatos que em algumas TIs ocorrem invasões por madeireiros peruanos armados.

Há também o trabalho com os alunos e professores das escolas. Neste os AAFIs realizam aulas práticas e teóricas sobre educação ambiental, sobre produção de mudas, lixo, e em alguns casos, como na TI Ashaninka do Rio Amônia, os alunos transformam-se em agentes agroflorestais mirins. Conforme pôde ser observado nas escolas da TIRH, a interface do trabalho do agente agroflorestal com a escola é freqüente, tanto pela utilização de materiais didáticos elaborados pelos AAFIs, quanto pela existência de um espaço instituído, durante o calendário letivo, para que o AAFI realize atividades com os alunos.

Percebe-se que a principal forma de atuação do agente agroflorestal é através dos trabalhos comunitários. A escolha de pessoas para exercerem qualquer função dentro da comunidade (agente de saúde, parteira, professor) é feita por todos os membros desta.

Os projetos que entram na TI devem ter caráter comunitário, beneficiando, direta ou indiretamente, todos os membros e não uma pessoa apenas. Há relatos de TIs onde lideranças tiram proveito de sua posição, comprometendo o bem comum, mas atualmente, segundo as entrevistas apontaram, o que se busca é o benefício coletivo e de longo prazo.

Ao analisar alguns depoimentos ficam claros alguns benefícios rapidamente mensuráveis advindos do trabalho realizado pelo AAFI, tais como: motivação das comunidades tanto para os trabalhos relacionados à gestão e preservação ambiental, quanto para as questões culturais. Observa-se também o aporte de recursos, como materiais e ferramentas que ficam permanentemente na TI (por exemplo, carrinho de mão) e recursos financeiros, como exemplo, a realização de uma venda de sementes realizadas por AAFIs da

TI Manchineri que foram distribuídas para outras TIs. Outros depoimentos relatam o aumento da presença e maior aproximação das caças nas TIs em função da maior abundância de alimentos oferecida pelos SAFs, tanto para consumo humano, quanto animal, possibilitando inclusive estabelecer criatórios de animais silvestres alimentados com a produção dos SAFs e dos roçados.

*a) A voz da razão – as lideranças tradicionais*

Todas as TIs possuem seus “velhos e velhas” e suas “lideranças tradicionais”. Para os povos indígenas estes são um dos maiores tesouros que possuem, fonte de sabedoria e experiência. A eles se recorre para realizar pesquisas sobre a cultura, sobre os plantios, sobre os remédios tradicionais, sobre quaisquer questões e decisões dentro das TIs, e num contexto maior, de decisões políticas e que envolvem agentes governamentais.

As lideranças tradicionais têm um papel determinante na vida da aldeia. Diante de todas as mudanças que muitos deles testemunharam ao longo da história indígena, principalmente no pós-contato, as lideranças atuam como uma espécie de “filtro cultural”. São os responsáveis pela continuidade ou não de projetos nas comunidades, projetos da própria comunidade ou vindos de fora.

Observou-se a participação direta das lideranças tradicionais nas definições e acompanhamento dos trabalhos idealizados e realizados pelos AAFIs e comunidade.

O depoimento do Sr. Vicente Sabóia, liderança tradicional Kaxinawá, durante o I Fórum dos Agentes Agroflorestais do Acre, demonstra qual é o entendimento sobre o papel e a função do AAFI dentro de uma comunidade indígena:

“Ganhamos nossa terra e vamos cuidar dela. Nós lutamos e conseguimos e agora estamos começando organizar. Estou muito feliz, vamos organizar, produzir e viver feliz. Nós ganhamos do patrão! Cada um está plantando e tendo muito resultado. Fiquei feliz quando fui no Amônia vi muita coisa, ouvi as pessoas falando da produção, falando de trabalhar junto com lideranças. Não podemos abandonar os velhos, que são as riquezas e conhecimento. Nós temos médico, eu sou médico da minha terra. Nós não vamos falar e vamos fazer. Nós não somos pobres, nós somos rico. Meu filho (AAFI) traz e fala papai é assim, eu falo tá, você é **mensageiro**. Cada aldeia tem plantado muitas sementes, cada morador tá plantando no seu roçado e quintal. Posso contar apenas o que estamos fazendo. Sobre criação de tracajá nosso rio era muito rico, não tinha lei e tinha gente trocando nossa riqueza por cachaça. Quando nós descobrimos que estava acabando, fizemos um açude manual e temos muito tracajá que estão crescendo. Eu mesmo cuido, eu vi a criação de jabuti que começou com 4 e já tem 60, quando eu saio quem cuida é meu irmão. Isto está lá, este plantio de laranja nós chupamos e aproveitamos a sementes e já tem muitas mudas. Meu menino é para levar a mensagem, nós tudinho somos agente agroflorestal, estamos cuidando das matas, dos legumes, nós acompanhamos e fazemos também. Tem um parente que está aproveitando madeira para fazer cabos de espingarda, agora nós inventamos uma faca de seringa para não comprar na cidade, vamos dar condição para os parentes que não têm salário. O

acompanhamento do cacique neste trabalho do AAFI é assim. O trabalho do AAFI é nossa semente, quero que fortifica mais. Nós queríamos terra, conseguimos. E queremos organizar, viver bem. Tem que plantar para ter saúde, não pode cortar as nossas medicinas. Vamos ensinar o nosso conhecimento. (Vicente Sabóia, liderança tradicional, in: Dutra, 2004)

Conforme pode se perceber nesta fala do Sr. Vicente Sabóia, o AAFI é considerado um *mensageiro*, pessoa encarregada de trazer as mensagens “de fora” da TI. Os “velhos” apóiam ou não as iniciativas, conforme a tradição por eles guardada, ou seja, o conhecimento tradicional é uma riqueza que deve ser cultivada. As *mensagens* trazidas pelos AAFIs para as comunidades indígenas, devem trazer resultados bons para toda a comunidade.

Esta fala mostra também como são organizados os trabalhos na comunidade, quando o AAFI passa algum tempo fora da TI, outras pessoas realizam as atividades, de forma que as mensagens são passadas pelos AAFIs e a comunidade as interpreta e aplica, de acordo com as necessidades e com os projetos futuros da comunidade.

Outros depoimentos de lideranças tradicionais informam sobre a importância do trabalho do AAFI integrado com as lideranças, professores, agentes de saúde e comunidade. Demonstram que estão colhendo muitos frutos do trabalho dos AAFIs com SAFs, e que as novas técnicas (agronômicas) que chegam nas comunidades para realizar os plantios de fruteiras, em especial da laranja, estão ajudando as populações a aumentar sua produção e, consequentemente, a ter mais fartura.

“Essas notícias são muito alegres e nós velhos não pensávamos neste trabalho. Agora estamos vendo certo, combinação com as lideranças locais, agentes de saúde, tudo junto com a comunidade.” (Sr. Jorge, liderança tradicional, in: Dutra, 2004)

Nos dois depoimentos ressalta-se o trabalho conjunto com outros atores da comunidade indígena (professores, agentes de saúde, lideranças), uma “combinação” com vistas ao futuro da comunidade. Evidencia-se também, neste depoimento, quando o Sr. Jorge fala: “agora estamos plantando nesta técnica”, que as mensagens que agentes agroflorestais trazem, são as novas técnicas e tecnologias aprendidas nos cursos de formação, e que no contexto atual da questão indígena, são importantes, incorporadas e adaptadas nas aldeias.

#### ***b) A visão da comunidade sobre o trabalho dos Agentes Agroflorestais:***

Os Agentes Agroflorestais geralmente iniciam sua formação aos 15 ou 16 anos de idade, quando ainda não têm representatividade política dentro das aldeias. Com o passar do tempo, e em decorrência das atividades que passam a executar, tornam-se referências e lideranças dentro das comunidades.



Por isso são considerados uma **nova categoria social** dentro das aldeias. No entendimento das comunidades, é uma nova categoria porque tradicionalmente não existiam *agentes*, nem o termo *agroflorestais*. Trata-se da mais nova categoria social dentro das TIs. Juntamente com os professores e agentes de saúde, que também fazem parte da história recente das populações indígenas, os agentes agroflorestais formam uma outra categoria, diferente dos tradicionais pajés, xamãs, caciques e lideranças.

“Hoje se modificou porque naquela época não tinha agroflorestal, não tinha isso, não tinha agente de saúde, não tinha professor e nem nada, era só a gente. Agora se modificou porque tem muita gente e agora tem a educação, tem a saúde, tem mais outro e mais outro porque entrou a invasão e por isso que tá modificando as florestas, como vocês estão falando e estão ensinando uma parte e outra aprendendo, estamos aprendendo com vocês e trocando umas idéias.” (Sr. Vicente Sabóia, in Tavares, 2005)

Analisando-se esta fala, pode-se perceber que até pouco tempo atrás, as comunidades indígenas viviam isoladas, sem apoio de órgãos governamentais ou não governamentais. É importante observar que esta fala faz referência aos conhecimentos novos, aos conhecimentos tradicionais e as trocas de idéias que estão sendo realizadas. Ou seja, quando ele diz : “...estão ensinando uma parte e outra aprendendo, estamos aprendendo com vocês e trocando umas idéias.”, demonstra claramente a distinção entre os conhecimentos externos e os conhecimentos tradicionais, e demonstra ainda, a questão da interculturalidade, vivenciada nos tempos atuais pelas comunidades indígenas, que tem interface direta com os processos formativos por que passam os AAFIs.

Como se tornam referências dentro e fora de suas comunidades, os AAFIs participam de diversos eventos, como congressos, por exemplo, no Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais de 2004. Conforme declarou na entrevista, em 2005, o AAFI Nilson Sabóia foi à Itália proferir palestra sobre o trabalho que vêm sendo realizado pelos Agentes Agroflorestais do Acre, para alunos da pós-graduação em Antropologia Cultural, na Universidade de Siena.

Para os agentes agroflorestais, seus trabalhos devem ser entendidos de uma perspectiva de prestação de serviços às comunidades e ao meio ambiente de maneira geral.

O trabalho do Agente Agroflorestal busca contribuir para a organização e a união da comunidade. É mais uma oportunidade para a vivência comunitária e para o aprendizado mútuo, entre todos os membros da comunidade: lideranças, velhos, crianças, jovens e adultos, professores, agentes de saúde e agroflorestais.

A atuação do agente agroflorestal, inserida num contexto próprio de ações comunitárias, é uma prática cultural de discussão e intervenção no meio de acordo com as necessidades e os anseios da população da aldeia.

Portanto a atuação dos agentes agroflorestais deve ser entendida sob o prisma da interculturalidade e das relações que vêm se estabelecendo desde o contato com não-índios. Assim, esta atuação tanto é reflexo da formação que recebem da CPI/AC, quanto é das forças das comunidades indígenas, quanto é da macroeconomia e suas relações com a sociedade nacional.

### **4.3 A relação entre os SAFs e a formação recebida pelos AAFIs**

Existem dois universos de práticas e conhecimentos envolvidos no caso estudado. Um é o universo indígena, com suas tradições, conhecimentos, mitos, histórias, modo de vida e visões de mundo e da natureza. O outro é o universo da cultura ocidental, dos conhecimentos técnicos e científicos, que representado por uma entidade de assessoria às populações indígenas, procura estar culturalmente fundado. Estas diferentes formas do conhecer: tradicionalmente e “cientificamente” são expressas e significadas entre os povos indígenas.

O conhecimento tradicional é expresso como sendo aquele “que já existe na comunidade e vem sendo empregado há muitos anos pelas comunidades” (José de Lima Kaxinawá, *in*: Gavazzi *et al.*, 2005”). Os conhecimentos “de fora”, são os conhecimentos e técnicas que aprendem, reproduzem e adaptam em suas TIs.

Os conhecimentos que vêm de fora permitem diversificar a base alimentar das populações indígenas, dando maiores condições de soberania a estes povos, garantindo em certa medida, autonomia em relação à sociedade nacional.

Os AAFIs têm a oportunidade de confrontar conhecimentos tradicionais com novos conhecimentos, dialogando com as comunidades, e estabelecendo limites para as inovações.

Os conhecimentos “de fora” instrumentalizam os povos indígenas para a solução de problemas e reivindicação de direitos. Os conhecimentos referentes à legislação ambiental, por exemplo, são de extrema importância para a realidade em que se encontram os povos e TIs hoje. Há a necessidade de conhecer as leis que regem as sociedades nacionais, bem como as leis e interesses econômicos que regem um mundo, em certos aspectos, globalizado.

Técnicas como espaçamento, construção de viveiro, produção de mudas, podas e conhecer as leis dos “brancos”, são de grande utilidade para as populações indígenas na

atualidade. Assim como os conhecimentos técnicos sobre as plantas exóticas, integradas aos sistemas produtivos tradicionais.

*a) A união dos conhecimentos*

A união entre os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos científicos, vêm sendo chamado pelos AAFIs de conhecimento híbrido. Segundo informações das entrevistas, este termo foi debatido durante um dos cursos de formação dos AAFIs e durante o I Seminário de Agroflorestas Indígenas.

Esta integração entre os diferentes tipos de conhecimento é a expressão da interculturalidade no processo de formação dos Agentes Agrofloretais Indígenas. Pode ser considerado como o resultado do confronto, aplicação, discussão, experimentação e transformação dos conhecimentos tradicionais, acumulados milenarmente, com os conhecimentos técnico-científicos desenvolvidos pela sociedade ocidental nos últimos anos, experimentados nesta experiência de educação.

O depoimento a seguir sintetiza como a formação recebida pelos AAFIs e os novos conhecimentos que são aportados, são utilizados, organizados e relativizados dentro das comunidades.

“...Não podemos nos limitar no nosso conhecimento tradicional nem com o conhecimento dos nawá<sup>16</sup>. É bom usar os dois. O conhecimento do nawa, muitas vezes nós sabíamos, mas não sabíamos classificar e arrumar e **com a formação passamos a fazer isso**. Em alguns casos aprendemos algumas técnicas que podem ser juntadas com estes novos conhecimentos, tem o mamão que nasce no roçado, tem a banana que meu avô fala que dá bem depois de queimar o roçado, que é como uma injeção de kampu<sup>17</sup>, que quando sapeca nasce melhor. Muito conhecimento técnico fala que é o contrário e eu não acredito nisso, um exemplo disso é a banana, um técnico falou para cortar o coração dela e no nosso conhecimento só pode cortar depois que a banana esta *de vez*<sup>18</sup>. **O mais importante é que a gente conciliou o conhecimento do nawá com o nosso, conciliamos com as técnicas de outros povos, por exemplo dos Tuyuka**. Outra coisa são os nossos rituais que fazemos que está relacionado as nossas técnica, talvez a gente não faça todo o ano, mas é bom continuar fazendo, o processo que a gente está construindo, nossa técnica a gente ta descobrindo a novas técnicas, por exemplo o habitat de cada planta. **Antes eu pensava que era tudo igual, agora sei que cada um tem um lugar, sombra, sol, terra baixa, terra alta, isso foi importante, as plantas exóticas vieram de lugar diferente, então tem que saber que cada espécie gosta de um lugar específico...**” (José de Lima Kaxinawa, in: Gavazzi et al, 2005)

<sup>16</sup> Nawa, em haxta kuñ, língua Kaxinawá, quer dizer não índio, branco.

<sup>17</sup> Conhecido como “veneno do sapo”, uma espécie de vacina utilizada para imunizar e fortificar a pessoa que quando a utiliza não pega doenças, como gripe e outras, durante aproximadamente um ano.

<sup>18</sup> A expressão “de vez” significa um estágio de maturação onde os frutos não estão nem verdes, nem maduros. É utilizado para diversas frutas como a manga e o jambo, por exemplo. Os acreanos de maneira geral e os indígenas apreciam muito comer as frutas neste estágio “de vez” e o fazem geralmente com sal. Até a pupunha pode ser ingerida quando está “de vez”.

Os conhecimentos relativos às plantas exóticas auxiliam a comunidade indígena para obter sucesso em seus plantios, isto está de acordo com os resultados evidenciados anteriormente, onde a maior proporção de plantas exóticas, e em especial do gênero *Citrus*, foi encontrada nos quintais agroflorestais, próximos às casas.

Portanto, o que os agentes consideram como coisas “novas” sobre os safes, no campo técnico, são principalmente, as plantas que não conheciam ou que não existiam em suas terras indígenas (germoplasma) e a forma de cuidar delas (manejo).

O próprio termo *sistemas agroflorestais* para os indígenas é novo, não existe nas línguas indígenas.

Todos estes conhecimentos (tradicionais, técnico-científicos e híbrido) materializam-se nos SAFs e configuram-se como um misto de atividades onde ora são aplicados conhecimentos tradicionais, ora são aplicados os conhecimentos novos.

Observa-se também que a incorporação das técnicas aprendidas pode se dar via a adaptação e a criação de novas técnicas pelos AAFIs:

“Criamos novas técnicas de manejo de agrofloresta, espinho na sementeira, produção de mudas de coco em jirau (Figura 23), nós inventamos novas técnicas porque na sementeira tem que colocar espinho para o rato não comer e o caso do coco em sementeira.” (AAFIs Francisco Macário, Josimar, Cláudio e Jaime, in: Gavazzi et al, 2005)



**Figura 22:** Sementeira de Cocola-bahia, aproveitando o jirau. Foto: Renato Gavazzi (in: Tavares, 2003)

Algumas situações contrapõem o modo de vida dos povos não-índios e suas legislações com o modo de vida dos índios e suas regras internas. De acordo com a lógica indígena, que é comunitária e onde a gestão dos recursos naturais é compartilhada, deve estabelecer-se uma diferenciação, já para os povos indígenas os processos devem ser consensuados e educativos, ao contrário da sociedade dominante que são punitivos e restritivos. Um exemplo disto pode ser evidenciado no depoimento abaixo:

“Nós estamos fazendo lá no Carapanã um regimento pelos agentes e professores. **Uma coisa é a lei dos brancos, outra coisa é a nossa lei.** Nós começamos a formular como a gente podia usar (os recursos naturais): caçada com cachorro, pescarias, que a gente sempre teve. Hoje com estes novos conhecimentos temos estas novas preocupações. **O fundamental é que todo mundo entenda. As decisões e conversas tem que ser na aldeia e não na cidade. São coisas que nós usamos, tem diferença entre as leis da cidade e a realidade das nossas aldeias.** As leis criam conflito. Temos que levar estes conhecimentos e por em prática para mostrar para o entorno, fazer acontecer na comunidade, para dar exemplo. Algumas lideranças falam que as coisas não vão acabar, isto é um problema que vai acontecer aos poucos. Alguns parentes fazem as coisas escondidas, vender carne de jabuti... É bom não esconder e ficar claro. Temos que criar propostas. Na reunião da ASKPA conversamos o que vamos fazer com quem faz errado, podemos tomar as tarrafas e malhadeiras, quem vai fazer isso? AAFI, professor ou a família? Teve gente que rejeitou, vamos ter que fazer outra reunião e ver se estas pessoas tiveram outra idéia.” (Joaquim Maná Kaxinawá, in: Dutra, 2004)

A fala de Isaac Pianko Ashaninka, professor indígena, ilustra as questões levantadas acima: a importância dos conhecimentos tradicionais, o trabalho com os mais velhos, o filtro cultural em relação aos conhecimentos técnico-científicos, comparando o trabalho com os SAFs com uma escola, onde algumas coisas dão certo e outras não, ou seja, onde há um aprendizado.

“Eu tenho o SAF como um desafio para a busca do futuro melhor principalmente da cultura e da diversidade. Este é um caminho que está dando certo, que está organizando mais um espaço para os alunos pesquisar e ver as melhores formas de viver com a natureza. Estou organizando este trabalho desde o começo, tenho uma entrevista com meu pai que com muita clareza explica os tipos de terra, tem as árvores que indicam o tempo, que também está dentro do SAF, tem este **governo novo** para trabalhar com o nosso **governo tradicional**, tem as frutas, mas tem muita importância os conhecimentos tradicionais, como as medicinas e as madeiras. Este é um espaço como escola, tem as coisas que vão dar certo, outras não. (Isaac Ashaninka, in: Dutra, 2004)

## 5. Conclusões

A maior parte das plantas que compõe os sistemas agroflorestais na TIRH são plantas nativas, originárias da América do Sul. As palmeiras (açaí, buriti, patoá, pupunha, entre outras) são cultivadas em grandes quantidades nestes SAFs. Nota-se que estas palmeiras são todas nativas, sendo cultivadas em maiores quantidades nos sistemas agroflorestais mais distantes das casas. As palmeiras têm múltiplos usos para as comunidades indígenas: alimentação, construção, rituais, artesanato, e confecção de utensílios. Dentre as espécies mais cultivadas nos Sistemas Agroflorestais da TIRH, estão o açaí, a laranja, o buriti e a graviola.

Espécies exóticas, como a laranja e o coco-da-Bahia, são cultivadas nas proximidades das casas, em quintais agroflorestais. O maior percentual de plantas exóticas encontradas nos quintais agroflorestais pode dever-se ao fato de que o conhecimento tradicional sobre as exigências edafo-climáticas destas espécies pode ser menor quando comparado ao conhecimento tradicional sobre as espécies nativas da floresta, além disto, estas plantas são mais exigentes em tratos culturais e luminosidade.

Os quintais são laboratórios para realização de testes e para o aprendizado sobre as “novas” espécies na TI. Esta função dos quintais se estende também às plantas nativas que não são cultivadas, servindo como meio para adaptação, reprodução e domesticação destas. Espécies típicas de extrativismo podem vir para os quintais, iniciando-se seu processo de cultivo.

Os SAFs aparecem também como uma opção e uma tendência já observada na Amazônia para o neo-extrativismo, ou seja, o cultivo (e a domesticação) de plantas antes exploradas somente através do extrativismo. Este é um campo promissor, principalmente para plantas da família da Palmaceae, que dentre as plantas nativas, são cultivadas com maior predominância, delas se extraem óleos essenciais de altíssima qualidade e valor comercial, tanto por suas propriedades medicinais e cosméticas, quanto pelo valor energético e alimentar.

Os SAFs para os povos indígenas representam as relações comunitárias, os trabalhos em mutirão e a educação no sentido mais amplo, a passagem de geração a geração dos conhecimentos e tradições. Apresentam-se como um espaço e uma oportunidade para a transmissão e o fortalecimento cultural. Ou seja, estes aspectos vão além de aspectos técnicos e ecológicos convencionalmente declarados nas definições de SAFs.

As agroflorestas são formas de cultivo tradicionais indígenas, assim como os roçados. Os roçados indígenas são o primeiro estágio das agroflorestas; neles encontram-se

plantas frutíferas, medicinais, anuais, perenes, arbustivas, madeiras de lei. Os roçados são policulturais, e incorporam práticas em conformidade com os ciclos sucessionais das florestas. As agroflorestas e roçados possuem a mesma base de recursos ecológicos e culturais. Os atuais SAFs indígenas são reflexo de ações tradicionais e de outras incorporadas recentemente.

Em termos de manejo, os roçados derivam de florestas, e, após alguns anos retornam a esta condição. Com o manejo podem voltar a ser florestas enriquecidas, tornando-se bancos de germoplasma, locais de atração das caças, bem como o fornecendo materiais para construção e plantas medicinais.

Desta forma, pode-se dizer que os roçados são primórdios de agroflorestas. Alguns destes roçados são enriquecidos com diversas espécies, resultando em agroflorestas análogas às formações vegetais circundantes, com muitas palmeiras nativas.

A integração entre a criação de quelônios e os SAFs pode ter sido a forma mais eficiente de garantir proteína animal em épocas de escassez ou dificuldade de encontrar caça, o que ocorre nos meses de verão, e em épocas de pescarias mais difíceis, como no inverno. Atualmente se mostra com enorme potencial, já que os indígenas vêm obtendo sucesso em suas criações de quelônios, alimentadas com produtos dos SAFs e roçados.

O trabalho que a CPI/AC realiza instrumentaliza os AAFIs com inovações metodológicas e técnicas, oriundas do conhecimento científico, além de outras informações sobre a sociedade nacional (como legislação). Ao longo destes 10 anos, estes conhecimentos científicos foram confrontados, experimentados e adaptados nas aldeias, com o contraponto do conhecimento tradicional.

Estes instrumentos permitem aos AAFIs realizarem interlocuções com a sociedade dominante, e assim garantir seus direitos e autonomia enquanto povos indígenas. Outra importante contribuição é em relação ao cultivo de plantas exóticas, ou seja, as técnicas e tecnologias, os conhecimentos relativos aos nichos ecológicos e necessidades das plantas que os índios não conheciam ou conheciam pouco.

Há uma relação direta entre a formação recebida e as práticas dos AAFIs em suas comunidades. Por um lado têm-se as práticas tradicionais indígenas, por outro, outras técnicas, que são integradas, adaptadas e incorporadas ao cotidiano indígena. Muitas práticas e técnicas que são levadas aos índios já faziam parte de seu repertório cultural, e por isto têm rápida aceitação e incorporação nas TIs. Um exemplo disto pode ser a criação de quelônios: atualmente há um investimento da CPI/AC na construção de barragens para formar açudes para criação de peixes e quelônios, por outro há o domínio das técnicas de reprodução destas

espécies, observada na TIRH. De maneira geral há uma grande demanda dos povos indígenas do Acre pela criação de quelônios.

O termo utilizado pelos AAFIs para definir esta integração entre os conhecimentos tradicionais e científicos, é conhecimento híbrido. Este tipo de conhecimento é responsável pelo sucesso com as “coisas que vem de fora”. As comunidades ficam satisfeitas ao ver que mesmo com todo o contato com a sociedade dominante, os conhecimentos tradicionais são respeitados, ordenando e reiventando os conhecimentos científicos.

A formação proposta pela CPI/AC, propicia assessoria e incentivo às atividades implantadas nas aldeias pelos AAFIs. Os conhecimentos advindos desta formação passam por “filtros culturais” nas aldeias e são pensados e aplicados em relação às práticas tradicionais. Estes filtros culturais são tanto a comunidade, quanto as lideranças tradicionais, que vêm na figura do AAFI um *mensageiro*.

Como mensageiros os AAFIs devem estar preocupados com o bem comum dos povos indígenas, trazendo e discutindo as mensagens internamente, aplicando-as e testando-as com responsabilidade. Neste processo, as lideranças e a comunidade possuem um papel fundamental: acompanham e discutem os trabalhos do AAFIs, fazendo a ponte entre o tradicional e o novo. As lideranças “tutoram” os jovens agentes agroflorestais na aplicação dos conhecimentos que trazem dos cursos.

Os AAFIs formam uma categoria social com atribuições importantes no contexto atual das TIs. São os articuladores e mobilizadores das comunidades para realizar a gestão dos recursos naturais de seus terras, fundamentais para as gerações futuras. São também interlocutores com a sociedade dominante nos anseios e necessidades dos povos indígenas. Reforçam o movimento indígena, por meio de sua organização e de seus trabalhos. Os AAFIs atuam também como educadores nas TIs, trabalhando em conjunto com a escola e a comunidade.

A formação recebida pelos AAFIs tem sido avaliada positivamente pelos povos indígenas e há uma grande demanda por esta formação em TIs já atendidas e por outras ainda não contempladas. Isto demonstra que o programa está alcançando resultados positivos na visão destes povos.

Já a partir dos primeiros contatos com os colonizadores europeus, muitas plantas foram incorporadas aos sistemas produtivos indígenas. Nos dias atuais são incorporadas outras necessidades e conhecimentos. Toda a relação que se estabeleça com os povos indígenas deve partir do princípio da autonomia e dos direitos destas populações, respeitando



as diferenças e construindo propostas participativas que atendam aos interesses das comunidades indígenas de maneira geral.

## 6. Considerações Finais

As pesquisas envolvendo populações indígenas devem respeitar os ritmos e os padrões indígenas. O ideal é que estas pesquisas se estendessem por longos períodos de tempo, aumentando o contato do pesquisador com o dia a dia indígena, bem como estabelecendo relações de confiança entre as partes.

Como pesquisadora, recém chegada na comunidade, conhecendo apenas poucas pessoas, percebo que as relações se estabelecem melhor entre as pessoas do mesmo sexo. Assim, tive muita facilidade, muita abertura por parte das mulheres para participar de seu dia a dia e conversar abertamente sobre os assuntos de interesse da pesquisa e outros mais. Com os homens não houve resistência, mas o tom do diálogo era mais objetivo e direto.

Recomenda-se que ao trabalhar propostas de sistemas produtivos para as TIs esta devem, obrigatoriamente, estimular a criação e o manejo de animais silvestres, já que o consumo de carne é a base da alimentação indígena, ao lado da banana e da macaxeira.

Neste sentido todo o aporte de recursos para implementação de sistemas de criação para peixes, quelônios, roedores e mamíferos, devem ser amplamente discutidos nas comunidades, viabilizando uma suficiente produção vegetal como base do sistema produtivo.

O cultivo de cana de açúcar deveria ser estimulada nas TIs, como fonte de energia (caldo de cana) e como substituto do açúcar comum, já que é um alimento rico em ferro, importante para as crianças.

A criação de animais domésticos deve ser integrada aos sistemas de produção vegetal, garantindo maior sustentabilidade para ambas produções. Observou-se a criação extensiva de aves e gado de leite, que poderiam multiplicar sua produtividade com algumas medidas técnicas simples. Desta maneira, caberia uma formação voltada para sistemas agrossilvispastoris e sistema Voisin para produção animal (carne, leite e ovos).

Recomenda-se um trabalho com plantas leguminosas de usos múltiplos, aumentando as qualidades físicas, químicas e biológicas dos solos, principalmente os solos localizados no campo da aldeia, e servindo como fonte de alimentação para os animais que atualmente são criados na TI.

Assim, faz-se necessário estruturar uma boa base de produção vegetal, com sistemas diversificados, produzindo especialmente: macaxeira, milho, cana de açúcar, forrageiras e leguminosas. Estes sistemas podem ser: agroflorestas, sistemas agrossilvispastoris, sistema Voisin, roçados e consórcios. Esta base garantirá não só a

alimentação dos rebanhos animais (domésticos e silvestres) e a conservação dos solos, como também e principalmente, fornecerá maior quantidade de alimentos para as pessoas.

A TIRH é provida de muitos recursos naturais e sua localização é privilegiada, já que é cercada por outras TIs e é distante de cidades. O aproveitamento destas condições pode ser potencializado com ações de manejo e atração de caça, bem como de outros recursos vegetais.

A CPI/AC poderia ampliar sua atuação, formando maior número de AAFIs, bem como atender outras TIs que hoje não são contempladas com suas ações. Desta forma é preciso garantir a sustentabilidade institucional. Para tanto, faz-se necessária a formação de uma rede de instituições e pessoas para apoiar suas ações. A instituição possui uma metodologia de trabalho já consolidada e que é referência no trabalho junto às populações indígenas. Resta agora ampliar as ações, por meio da articulação, mobilização e capacitação de outras instituições para somar nestas ações, bem como, para que estas ampliem o aporte de recursos na CPI/AC.

Observa-se uma tendência de aumento da demanda por parte das populações indígenas por este tipo de formação. A elevação da escolaridade, bem como a oferta de cursos de nível técnico, deverá estar na pauta da organização.

Percebe-se também necessidade de maior aproximação entre as ações dos diferentes setores da instituição, no sentido da potencialização de temas comuns, como meio ambiente, lixo, segurança alimentar e saúde.

A continuidade do trabalho dos AAFIs deveria retomar o peso nas questões relacionadas à segurança e à soberania alimentar, focando, nos cursos, assessorias e oficinas, elementos que contribuíssem para o aumento e diversificação da produção com vistas à garantia de alimentação em quantidade e qualidade suficientes, afirmando o trabalho realizado até então, bem como na comercialização ou troca de excedentes, conforme a viabilidade. Existem outras necessidades urgentes nas questões de gestão ambiental e territorial, que devem ser conjugadas às ações voltadas para a segurança alimentar.

## 7. Bibliografia

ALLEGRETTI, M. H. (2002). *Construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros (a)*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília (UNB). Brasília – DF. 811p.

ALTIERI, M. (2002). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Gaúba: Agropecuária.

AQUINO, T. V.; IGLESIAS, M. P. (1994). *Kaxinawá do Rio Jordão: História, Território e Desenvolvimento Sustentado*. Rio Branco: CPI/AC.

BALÉE, W. (1992). *People of the Fallow: a historical ecology of foraging in Lowland South America*. In: Redford, K. H. and Padoch, C. (eds). *Conservation of Neotropical Forests*. 1 ed. New York: Columbia University Press.

CALIXTO, V.O.; SOUZA, J. F.; SOUZA, J. D. (1982). *Acre: uma história em construção*. Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto. Governo do Estado do Acre. 223p.

CARVAJAL, G. d. (1970). *The discovery of the Amazon*. AMS Press, New York. 467p.

CPI/AC - Comissão Pró-Índio do Acre (1995). *Shenipabu Miyui ou Histórias dos Antigos*. Setor de Educação. Nietta Lindenberg Monte, coord. Rio Branco. 164p.

CPI/AC - Comissão Pró-Índio do Acre (2000). *Chegou o tempo de plantar as frutas*. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. Rio Branco. 108p.

CPI/AC - Comissão Pró-Índio do Acre (2001). *Festejando 22 Anos de História: Revista Comemorativa*. CPI/AC. Rio Branco.

CPI/AC - Comissão Pró-Índio do Acre (2002). *Projeto Manejo Agroflorestal Indígena do Estado do Acre*, PDA/MMA. Rio Branco.

CPI/AC - Comissão Pró-Índio do Acre (2006). *Proposta Político-Pedagógica e Curricular para a Formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre*. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. Rio Branco. No prelo.

COTTON, C. M. (1996). *Ethnobotany: principles e applications*. Wiley, 424p.

CUNHA, M. C. C. & ALMEIDA, M. B. (orgs.) (2002). *Enciclopédia da Floresta*. São Paulo. Companhia das Letras.

DIAS, A. & PEDONE, G. (2003). *Relatório da Assessoria às Terras Indígenas Praia do Carapanã, Igarapé do Caucho e Colônia 27*. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. CPI/AC. Rio Branco. 73p.

DIAS, A. (2001). *Relatório da II Oficina Itinerante na Terra Indígena Mamoadate*. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. CPI/AC. Rio Branco. 48p.

DUBOIS, J. C. L. (1996). *Manual Agroflorestal para a Amazônia*. V.1. Rio de Janeiro, REBRAF.

DUTRA, M. V. (moderadora) & TAVARES, R.A. (relator) (2004). *Relatório do I Fórum de Agentes Agroflorestais do Acre*. Centro de Formação dos Povos da Floresta. Comissão Pró-índio do Acre. Rio Branco. 50p.

ERICKSON, C. L (2000). *An artificial land-scape fishery in the Bolivian Amazon*. Nature, v 408, p. 190-193.

FELIPIM, A. P. (2001). *O sistema agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: u estudo de caso na Aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia/SP*. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ). Piracicaba/SP.

FRESHI, J. M. (2004). *Autoria, interculturalidade e conhecimentos etnoecológicos: o caso dos agentes agroflorestais indígenas do Acre*. Dissertação de Mestrado. UnB, Centro de Desenvolvimento Sustentável. 169p.

GAVAZZI, R., TAVARES, R. A., DIAS, A. (2005). *Relatório do I Seminário de Agrofloresta Indígena*. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. Comissão pró-índio do Acre. Rio Branco. 48p.

GAVAZZI, R. (2000). *Relatório de Assessoria à Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão. III Curso de Formação de Agentes Agroflorestais Kaxinawá. Oficina Itinerante na TI Kaxinawá do Rio Jordão*. Comissão Pró-Índio do Acre. Rio Branco. 2000.

GRUPIONI, L. D. B. (2006). *Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil*. Disponível em: [www.institutoiepe.org.br](http://www.institutoiepe.org.br), acessado em: 06/11/2006.

HARLAN, J. R (1995). *The living fields: our agricultural heritage*. Cambridge University Press. 271p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000). Censo Demográfico 2000. Disponível em [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br). Acesso em setembro de 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2005). *Produto Interno Bruto dos Municípios: 1999 – 2003*. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro. 234p.

IGLESIAS, M. P., AQUINO, T. V. (2000). *A hora e vez dos Índios no Governo da Floresta*. In: ISA – Instituto Socioambiental (2000). *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*. Carlos Alberto Ricardo (editor). São Paulo: Instituto Socioambiental. 835p.

ISA – Instituto Socioambiental (2000). *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*. Carlos Alberto Ricardo (editor). São Paulo: Instituto Socioambiental. 835p.

KERR, W. (1997). *Agricultura e seleções genéticas de plantas*. In: *Suma Etnológica Brasileira*. Edição atualizada do *Handbook of South American Indians*. Darcy Ribeiro (editor) et.al. 3ª edição. Ed. Universitária UFPA. 380p.

LADEIRA, M. E. (2004). *Desafios de uma política para a educação escolar indígena*. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.1, n.2, p.141-155, dez. 2004.

LEONEL, M. (2000). *O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura*. Estudos Avançados v. 14 n. 40, p 231- 250; São Paulo, set/dez 2000. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br).

LÉVI-STRAUSS, C (1997). *O uso das plantas silvestres da América do Sul Tropical*. In: Suma Etnológica Brasileira. Edição atualizada do *Handbook of South American Indians*. Darcy Ribeiro (editor) et.alii. 3ª edição. Ed. Universitária UFPA. 380p.

LOK, R. (1996). *La función insusbitituble de los huertos caseiros*. Agroforesteria en las Americas. V3, n° 9/10.

MARCHESE, D. (2005). *“Eu entro pela perna direita”: espaço, representação e identidade do seringueiro no Acre*. Trad. Elenckey B. Pimentel. Rio Branco. EDUFAC. 144p.

MARTIN, G. J. (1995). *Ethnobotany: a methods manual*. London, UK: Chapman & Hall. 268p.

MILLER, R. P. (2001). *Extractive forest products and agroforestry on an agricultural frontier: A case study with the Parakanã tribe of the Transamazon Region, Pará – Brazil*. PhD dissertation. University of Florida. Gainesville.

MILLER, R. P. & NAIR, P. K. R. (2006). *Indigenous Agroforestry systems in Amazonia: from prehistory to today*. Agroforestry systems n° 66, p 151-164.

MONTE, N. L. (2000). *Os outros, quem somos? Formação de Professores Indígenas e Identidades Interculturais*. Cadernos de Pesquisa, n° 111, p 7-29, dezembro/2000.

MONTE, N. L. (1996). *Escolas da Floresta: entre o passado oral e o presente letrado - Diários de Classe de professores Kaxinawá*. Rio de Janeiro. Ed Multiletra.

MONTE, N. L. (2003). *Novos frutos das escolas da floresta: registro e práticas de formação*. Rio de Janeiro. 95p.

NEVES, E. G. (2004). *Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil*. In: A temática indígena nas escolas: novos subsídios para professores de 1º e 2º grau. Lopes, Aracy da Silva; Grupione, Luís Donizete Benzi (orgs.). 4ª ed. São Paulo. Global. Brasília: MEC/MARI/UNESCO. 575p.

ÔCHOA, M. L. P.; IGLESIAS, M. P.; TEIXEIRA, G. A. (orgs.) (2003). *Índios no Acre: História e Organização*. Comissão Pró-Índio do Acre. 2ª ed. Rio Branco. 243p.

ÔCHOA, M. L. P.; TEIXEIRA, G. A. (orgs.) (2006). *Aprendendo com a Natureza e conservando nossos conhecimentos culturais*. Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) e Comissão Pró-Índio do Acre. Rio Branco. 128p.

PAULA, E. D. de (1999). *A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena*. In: Cadernos Cedes, ano XIX, nº 49, Dezembro/99.

POSEY, D. A. (1997). *Manejo da Floresta Secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó)*. In: Suma Etnológica Brasileira. Edição atualizada do *Handbook of South American Indians*. Darcy Ribeiro (editor) et.alli. 3ª edição. Ed. Universitária UFPA. 380p.

REBÊLO, G. & PEZZUTI, J. (2000). *Percepções sobre o consumo de quelônios na Amazônia. Sustentabilidade e alternativas ao manejo atual*. Ambiente e Sociedade, ano III, nº 6/7, p 85-105.

REGO, J. F. (2002). *Estado e políticas públicas – A reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar*. São Luis – MA. EDUFMA.

RIBEIRO, B. G. (2004). *A contribuição dos povos indígenas à cultura brasileira*. In: A temática indígena nas escolas: novos subsídios para professores de 1º e 2º grau. Lopes, Aracy da Silva; Grupione, Luís Donizete Benzi (orgs.). 4ª ed. São Paulo. Global. Brasília: MEC/MARI/UNESCO. 575p.

RIBEIRO, D. (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.



ROOSEVELT, A. C. (1980). *Parmana: Prehistoric Maize and Manioc Subsistence along the Amazon and Orinoco*. New York, Academic Press. 319p.

ROOSEVELT, A. C. (1994). *Amazon Indians, from prehistory to the present. Anthropological Perspectives*. The University of Arizona Press. 419p.

ROOSEVELT, A. C. (1996). *Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: The people of the Americas*. Rev. Science. V. 272, n° 5260, pp. 373-384.

SAUER, C. O. (1997). *As plantas cultivadas na América do Sul tropical*. In: Suma Etnológica Brasileira. Edição atualizada do *Handbook of South American Indians*. Darcy Ribeiro (editor) et.al. 3ª edição. Ed. Universitária UFPA. 380p.

SCARDA, F. M. (2004). *Cultivando tartarugas: implicação da agricultura de praia na conservação de populações de quelônios (Podocnemis spp.) na várzea do médio rio Solimões, Amazonas, Brasil*. Dissertação de Mestrado (PGA/UFSC).

SHADEN, E. (1953). A origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingang. Revista de Antropologia. São Paulo – SP. pp. 139-141.

SEPLANDS - Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável. (2001). *O Acre em números*. Governo do Estado do Acre. Rio Branco.

SILVA, A. L. da (2004). *Mito, razão, história e sociedade: interrelações nos universos socioculturais indígenas*. In: A temática indígena nas escolas: novos subsídios para professores de 1º e 2º grau. Lopes, Aracy da Silva; Grupione, Luís Donizete Benzi (orgs.). 4ª ed. São Paulo. Global. Brasília: MEC/MARI/UNESCO. 575p.

SILVA, J. F. M. (2003). *I Oficina Itinerante na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá*. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. CPI/AC. Rio Branco. 49p.

SILVA, R. H. D. da (1999). *A autonomia como valor e articulação de possibilidades: O Movimento dos Professores Indígenas do Amazonas, de Roraima e do Acre, e a construção de uma política de educação escolar indígena*. Cadernos Cedes, ano XIX, n° 49, Dezembro/99.

SMITH, N. J. H. (1999). *Home gardens as a springboard for agroforestry development in Amazonia*. *Internacional Tree Crops Journal*. 9: 11-30.

SMITH, B. D. (1998). *The emergence of agriculture*. Scientific American Library. 230p.

SOUZA, F. S. & PY-DANIEL, V. (2002). *Caracterização de ocupação e uso no sistema de plantio indígena (Yanomami - Xitei / RR)*. Disponível em: <http://nerua.inpa.gov.br/NERUA/09.htm>, acessado em 06/11/2006.

TAVARES, R. A. (2000). *Relatório do III Curso de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão*. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. CPI/AC. Rio Branco. 47p.

TAVARES, R. A. (2003). *Relatório de assessoria às Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência*. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. Comissão Pró-índio do Acre. Rio Branco. 211p.

TAVARES, R. A. (2005). *Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá*. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. Comissão Pró-índio do Acre. Rio Branco. 435p.

TAXNU, J. P. (2002). *Diário de Trabalho do Agente Agroflorestal*. Setor de Agricultura e Meio Ambiente. CPI/AC. Rio Branco. 19p.

VIVAN J. L (1998). *Agricultura e Floresta: princípios de uma interação vital*. Guaíba. Ed Agropecuária.

VIVAN, J. L.; MONTE, N. L.; GAVAZZI, R. A. (2002). *Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre*. PDA: Experiências Inovadoras, no 3, MMA/PDA – Brasil.

VENTURIERI, G. A. (2001). *Crop improvement and biodiversity*. *Encyclopedia of Biodiversity*. Volume 1. p.897-912.

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre (2000). *Programa estadual de zoneamento ecológico econômico do Acre*. Governo do Estado Acre – Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Sustentável (Seplands/AC).

## **ANEXOS**

## **Anexo 1: Carta dos AAFIs ao Governo do Estado do Acre**

### **Documento dos Agentes Agroflorestais Para o Governo do Estado do Acre**

Nos 24 Agentes Agroflorestais Indígenas, pertencentes à 8 Terras Indígenas do estado do Acre, reunidos no XII Curso de Formação, realizamos entre os dias 12 à 16 de setembro de 2005, o I Seminário de Agrofloresta Indígena e gostaríamos de tornar público algumas das nossas discussões.

Discutimos que para gente os sistemas agroflorestais indígenas vem sendo implantados em diversas zonas das aldeias, tais como roçados, capoeiras, quintais e varações, compõe-se de diversas espécies e variedades de espécies nativas. Estas espécies são escolhidas de acordo com o interesse das nossas comunidades, utilizamos espécies dos nossos roçados tradicionais e também medicinais e outras plantas úteis da floresta. As atividades são desenvolvidas em conjunto com as comunidades, temos participação dos representantes bem como participação da escola, onde damos aulas teóricas e práticas. Consideramos a implantação dos saf indígenas um processo de formação onde realizamos nossas pesquisas e fazemos nossas experiências. Entendemos que os sistemas agroflorestais indígenas auxiliam na conservação ambiental, pois estamos cultivando espécies raras da floresta, diminuindo o desmatamento, conservando as matas ciliares, atraindo a fauna para próximo das aldeias.

Entendemos as políticas públicas dos governos estadual e municipal precisam melhorar muito, e reivindicamos as seguintes alterações:

- Intercâmbio para melhorar os nossos conhecimentos, este intercâmbio devemos fazer entre as nossas terras indígenas e também em outras experiências fora do Acre, o governo poderia apoiar esta ação fornecendo passagens e deslocamento para estas viagens.
- Formação dos AAFIs: A formação vem sendo realizada na maioria pela Comissão Pró-Índio do Acre, mas necessitamos de continuidade ampliar os nossos conhecimentos, o número de cursos ministrados pelo governo ainda é muito pouco, ainda há o problema dos AAFIs que não receberão nenhuma formação e estão atuando nas suas aldeias, e sem o mínimo de cursos estabelecidos pela AMAAI-Ac não poderão ser contratados pelo estado
- Regionalização da Merenda Escolar, esta é uma proposta para a gente gerar renda na nossa comunidade e aproveitar os produtos dos nossos safes. Foram feitas muitas promessas mas até o momento pouco se fez para implantar definitivamente este procedimento na aldeia. Entendemos que para isto realmente ocorra precisa de uma grande articulação entre as instituições (SEPI, FUNAI, SEATER, SEE, e as Organizações de Base). Precisamos também de apoio para elaborar projetos nesta área como ocorre na Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã. As nossas comunidades já vem organizando a produção para esta atividade
- Apoio para as atividades dos AAFIs: desde do começo estamos solicitando materiais de apoio para nossas atividades. O primeiro ponto é que sentimos falta de sementes de interesse, temos falado que é necessário ter uma política de distribuição de sementes nos municípios. Também sentimos necessidades em obter materiais básicos para os trabalhos de agrofloresta tais como: saquinhos de mudas, carrinhos de mão, peneira, terçados e outras ferramentas, estes materiais variam em necessidade de acordo com as aldeias. Outra demanda é o apoio para transporte que poderá nos auxiliar na distribuição e troca de nossas mudas, além de ajudar na articulação dos AAFIs, dentro e fora das terras indígenas.
- Participação da AMAAI-AC nas reuniões de planejamento e execução de atividades de gestão ambiental nas terras indígenas. Será de grande proveito que a AMAAI-Ac possa estar inserida nas questões relativas de gestão ambiental dos territórios

indígenas, tendo em vista que ações anteriores promovidas pelo governo, foram equivocadas pela falta da participação indígena local.

- Reuniões e Assembléia dos AAFIs: propomos que se realize um seminário com os AAFIs e outros representantes indígenas para que se discuta as iniciativas e propostas da categoria, divulgue suas ações, crie consenso de gestão ambiental nas terras indígenas e subsidie a formulação de políticas públicas.

Atenciosamente,

**Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAI-AC**

## Anexo 2: Espécies e variedades encontradas nos roçados da TIRH

Nº de variedades	Nomes Comum e Científico	Nome Indígena
	Macaxeira ( <i>Manihot esculenta</i> )	Atsa
1	Cumaru	Kumã Atsa
2	-	Pesi Atsa Mexupa
3	-	Pesi atsa Hushupa
4	-	Sanĩ Atsa Mexupa
5	-	Sanĩ Atsa Hushupa
6	-	Hepe Atsa
7	-	Yuri Atsa
8	Campa Varejão	Kāpa Keyatapa
9	Campa “baixa”	Kāpa Txāpaxita
10	Milagrosa	Muka Atsa
11	Pacaré	-
12	Arara	Shawā Atsa
13	Gato Preto	Inu Atsa
14	<b>São João</b>	<b>Nawā Atsa</b>
15		Txuri Atsa
16	Caboquinha Branca/Sutinga	Īkā Hũtsis
17	Roça Amarela	Nunu Mawā Atsa
18	-	Shebũ Atsa
19	-	Parā Atsa
20	Moça Branca	Hushu Atsa
21	Caninana	Kana Atsa
22	Cangaíba	Txũtxũ Atsa
23	Roça Branca	Atsa Hushupa
<b>23</b>		
	Banana ( <i>Musa sp.</i> )	Mani
1	Banana Grande/Comprida	Bekā Mani
2	Chifre de Bode Branco	Sitĩ Mani Hushupa
3	Chifre de Bode Preto	Sitĩ Mani Mexupa
4	Chifre de Bode vermelho	-
5	Banana Branca	Dētu Mani
6	Banana Sapo	-
7	Banana Roxo	Himi Mani
8	Banana Macucu	Himi Mani Hushupa
9	Banana Duro	Bitsitsi
10	Engana Menino	-
11	Najá	Pani Mani
12	São Tomé	Īka Mani
13	Roxa Branca	Īka Mani Mexupa
14	Bana Tanja	Bāka Mani
15	Maçã	Muka Mani
16	Baié Grande	Maniwā Keyatapa
17	Prata	-
18	<b>Baié Pequeno</b>	<b>Maniwa Txāpa</b>
<b>18</b>		
	Cana ( <i>Saccharum officinarum</i> )	Tawa
1	Canafita	Xiwa Tawa
2	Cana Caiana	Babu Tawa
3	Piojota	Kuxi Tawa Mexupa
4	Piojota Branca	Kuxi Tawa Hushupa
5	Piojota Vermelha	Himitawa
<b>5</b>		
	Taioba ( <i>Xanthosoma spp</i> )	Yubĩ
1	Taioba Branca	Kapa Nawa

continua na página seguinte

continuação

Nº de variedades	Nomes Comum e Científico	Nome Indígena
	Macaxeira ( <i>Manihot esculenta</i> )	Atsa
2	Taioba Roxa	Patxi Yubĩ
3	-	Shane Yubĩ
4	-	Kanapã Yubĩ
<b>4</b>		
	Batata Doce ( <i>Ipomea batatas</i> )	Kari
1	-	Acua Kari
2	Batata Doce Branca	Xaxa Kari
3	-	Iskuhina Kari
<b>3</b>		
	Inhame ( <i>Colocasia sp.</i> )	Pua
1	Inhame Preto	Pua Mexupa
2	Inhame Branco	Pua Hushupa
3	Ceará	Meta Pua
<b>3</b>		
	Tingui	Puikamã
1	-	Puikamã Shãtxuku Taxipa
2	-	Puikamã Kumexupa
3	-	Puikamã Shãtxuku Hushuapa
4	-	Pesmi
5	-	Sika
<b>5</b>		
	Milho ( <i>Zea mays</i> )	Sheki
1	Milho Massa	Shekikuĩ
2	Milho Mucho	Buna Itsu
3	Kulina	Sheikuĩ Paxiupa
4	Cearense	Nawã Sheki
5	Pipoca Branco	
6	Pipoca Vermelho	
<b>6</b>		
	Amendoim ( <i>Arachis sp.</i> )	Tama
1	Mudubim Listrado	Kene Tama
2	Mudubim Vermelho	Txuritama
3	Meduim	Mãkutama
4	-	Hua Tama
5	Mudubim Preto	Mexu Tama
6		Teskẽ Tama
7	Mudubim Branco	Hushu Tama
<b>7</b>		
	Mamão ( <i>Carica papaya</i> )	Barã
1	Mamão Comum	Shane Barã
2	Mamão de Corda	Teshpã Barã
3	Mamão Goiaba	Yukã Barã
4	Mamão Roxo	
<b>4</b>		
	Abacaxi ( <i>Ananás comosus</i> )	Kākã
1	Abacaxi	Mushaxa
2	Abacaxi	Mushauma
3	Abacaxi	Mexupa
4	Anana Pote	Xumukākã
<b>4</b>		
	Abóbora ( <i>Cucurbita pepo</i> )	Nixi Barã
1	Preto	Nixi Barã Mexupa
2	Branco	Nixi Barã Hushupa
3	Manteguinha	Nixi Barã Taxipa
<b>3</b>		

continua na página seguinte



continuação

Nº de variedades	Nomes Comum e Científico	Nome Indígena
	<b>Algodão (<i>Gossypium sp.</i>)</b>	<b>Shapu</b>
1	Branco	Shapu Hushupa
2	-	Mexu Shapu
3	Roxo	Mashe Shapu
4	Vermelho	Daku Shapu
<b>4</b>		
	<b>Feijão (<i>Phaseolus sp.</i>)</b>	<b>Yusu</b>
1	Manteguinha	Xiu Pese Yusu
2	Feijão Branco	Yusu Hushupa
3	Costelinha	Pixi Yusu
4	Carretinha	Shetxa Yusu
<b>4</b>		
	<b>Melancia (<i>Citrullus sp.</i>)</b>	<b>Barã Maxianua</b>
1	Melancia Comum	Tüku Barã
2	Maxixe	Barã Hushupa
3	Melancia Grande	Barã Ewapa
<b>3</b>		
	<b>Macaxeira Doce (<i>Manihot esculenta</i>)</b>	<b>Yuxu</b>
1	Roça Doce	Niayuxu
2	Batata Doce	Nixiyuxu
<b>2</b>		
<b>Total geral</b>	<b>97</b>	

Fonte: Tavares (2005)

As variedades marcadas em negrito são as “chefe da roça” e “chefe das bananas”, são plantadas antes que as outras, na borda dos roçados para garantir “força” para os roçados, ou seja, para que tenham uma boa produtividade e não sejam atacadas por pragas. Algumas variedades ou não possuem o nome em português, ou os indígenas o desconhecem.

## **Anexo 3: Exemplo de Plano de Gestão Territorial e Ambiental de TI**

### **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Kaxinawá do Rio Humaitá**

#### **I - Caça:**

- Só pode caçar com cachorro nos seguintes lugares: em volta dos roçados; na beira do rio e igarapés na distância máxima de 1 hora.
- Não pode pegar, criar ou vender filhotes de animais silvestres.
- Não matar e nem judiar dos animais não comestíveis, com exceção daqueles que prejudicam as pessoas e criações, tais como: cobras, gato do mato, mucura, etc.
- Não é permitido pessoas de fora caçar dentro da terra indígena.
- Aproveitar bem todas as partes das caças.
- Não comercializar os animais silvestres.

#### **II – Pesca:**

- Não usar mais assacu, aroeiro e cipó de pesca.
- Cada comunidade vai fazer um planejamento para uso das tarrafas, e evitar usar a malha miúda (25 ou dois dedos).
- Será feito um planejamento para as pescarias nos poços acima do poço do Índio, ocorrendo um ano sim e outro não. Nestes poços, no ano proibido só pode pescar com anzol.
- Não pode matar, baleiar ou comer os tracajás e seus ovos, até o ano 2008.
- Só pode pegar jacaré no rio Humaitá acima do São Luís quando for época da Semana Santa. A pescaria será coletiva com a participação de todas as aldeias.
- Serão realizadas reuniões em cada aldeia para discutir o uso do tingui.
- Não jogar restos dos peixes no rio e igarapés.
- Fazer articulação dos representantes das aldeias com as autoridades competentes para a fiscalização da piracema.

#### **III – Criações:**

##### **Animais Domésticos**

- Deve ter uma combinação entre as pessoas que criam os animais e as pessoas que plantam perto, para que se construam cercas e chiqueiros.
- As criações devem ser bem tratadas e cercadas para que não prejudiquem as outras pessoas da comunidade.
- Cada aldeia pode ter em média um máximo de 10 hectares de campo e será feita uma pesquisa para uma criação consorciada de pasto com árvores (agrosilvipastoril).

##### **Animais Silvestres**

- Fortalecer o trabalho de repovoamento de tracajás na TI, com a construção de açúdes em cada aldeia para a criação em cativeiro.
- Cada comunidade vai se organizar para criar os animais silvestres de interesse (abelhas, jabuti, jacaré, etc.)
- Todas as criações devem ser feitas articulando com o IBAMA para serem legalizadas.

#### **IV – Recursos Florestais**

- Fazer uma pesquisa dos produtos florestais potenciais para extração e comercialização.

##### **Frutas nativas:**

- Não derrubar as frutíferas nativas e replantar perto das aldeias, nos roçados, SAFs, quintais, etc.

**Seringa:**

- Não maltratar as seringueiras, não cortar com espinha de peixe e não aprofundar muito o corte, trabalhar com a divisão da bandeira. Plantar seringueiras próximo das aldeias, escolher as sementes das seringueiras boas de leite.

**Palhas:**

- Não derrubar as palheiras próximo das casas, nem as baixas e nem as novas. Cuidar das palheiras novas para que elas produzam. Conseguir aparelhos de alpinismo para fazer o manejo de palhas.

**Madeiras:**

- Não comercializar as madeiras, derrubar só para o uso das comunidades. Plantar nos roçados, SAFs e outros sistemas.
- Fazer planejamento para usar madeira serrada para preservar as madeiras roliças.

**Paxiubão e Paxiubinha:**

- Diminuir o uso destas espécies e fazer plantios.

**Artesanatos da floresta:**

- Fazer um levantamento em cada comunidade dos recursos que usa para artesanato e se tem muito ou pouco.

**Nixi Pae:**

- Não pode vender. As pessoas que usam devem aproveitar bem, e fazer plantios nas áreas das aldeias.

**Kawa:**

- Quem usa também deve plantar.

**S®pa (pau breu):**

- Coletar mudas e sementes para plantar nas áreas das aldeias.

**Plantas medicinais:**

- Cada pessoa que tem este conhecimento deve fazer um pequeno plantio. A comunidade pode organizar um plantio grande como uma “farmácia viva”. (com todas as espécies e variedades que curam). A articulação deste trabalho será realizada pelos agentes de saúde e pajés.

**Kãp¼:**

- Não pode vender, só pode usar dentro da TI. Tem que manejar e criar perto das aldeias.

**V - Roçados**

- Não colocar roçados na beira dos rios, igarapés, igapós, olhos d’água, deixando uma distância de 30 metros da margem.
- Aproveitar as capoeiras para fazer os roçados. Quando derrubar a mata bruta fazer yukã sheki, e aproveitar bem os recursos da mata: mudas, medicinas, madeiras, sementes, etc.
- Criar uma política para preservar e recuperar as sementes tradicionais da biodiversidade do roçado Kaxinawá.
- Fortalecer o plantio de algodão nas comunidades.
- Na hora de derrubar os roçados deixar as árvores de interesse, como madeiras, palheiras, etc.
- Promover o intercâmbio de sementes tradicionais dentro e fora da terra indígena.
- Tomar cuidado e não plantar as sementes e mudas que vêm de fora. Se for plantar, combinar com a comunidade e seus responsáveis.
- Praias: As comunidades vão se organizar para realizar os plantios nas praias de acordo com interesses e necessidades de cada morador.

**VI - Mata ciliar**

- Só poderá ser derrubada para abertura de aldeias e colocações.

**VII - Recursos Hídricos**

- Não podemos jogar todos os tipos de lixo nos rios, e nem animais mortos nos rios, igarapés, igapós e olhos d'água.
- Organizar as cacimbas separando as de beber água das de tomar banho e lavar roupas. Não construir privadas perto ou acima das cacimbas.
- Cada família tem que ter sua privada, com uma distância média de 50 metros e longe (abaixo) das cacimbas.
- Comitê de Bacia Hidrográfica: a TI Rio Humaitá vai se organizar para formar comitê da bacia do Rio Humaitá.

**VIII - Lixo**

- Orientar melhor a comunidade para coletar separando o lixo orgânico do não orgânico. Cada aldeia deve se organizar para levar o lixo não orgânico para a cidade principalmente as pilhas e baterias. Articular na cidade um local correto para deixar o lixo.
- Orientar as equipes que vem de fora para não jogarem lixo e levarem de volta para a cidade.
- Fazer placas educativas bilíngues sobre a coleta e destinação dos lixos.

**IX - Sistemas Agroflorestais**

- Os AAFIs devem continuar a enriquecer os SAFs com espécies frutíferas, madeiras, medicinais, etc...
- Os moradores também devem plantar nos seus quintais e roçados para terem os seus próprios plantios.

**X - Relação com o entorno**

- Estabelecer parcerias com IBAMA, IMAC, prefeitura, e outras autoridades para desenvolver atividades de educação ambiental com a população do entorno.

**XI - Vigilância e fiscalização**

- Fazer a reabertura das picadas. A nova demarcação será com “marcos vivos”. Fazer articulação com Funai e outras entidades.
- Será montada uma equipe de fiscalização com a participação de representantes de todas as comunidades, também será feito um calendário da fiscalização.

#### Anexo 4: Depoimento da liderança tradicional Kaxinawá Vicente Sabóia

“...você não pode pensar que nós índios somos pobres, nós somos os índios mais ricos que tem aqui no Acre e no Brasil. Nós somos raízes e nós conquistamos a terra e vocês são flor, são as sementes que estão nascendo agora e estão aprendendo com a gente. O que a gente sabe nós contribuimos com vocês, ensinamos vocês. Quem sabe e quem conhece e quem pensa, nós velhos e as velhas somos os professores para ensinar vocês porque nós conhecemos os remédios dos matos, nós conhecemos as sementes dos matos, nós conhecemos nossas plantinhas. E porque que nós estamos perdendo nossas sementes? Nós estamos perdendo nossas sementes porque onde nós vivíamos unidos sem invasão e sem nada a gente tinha muita semente. Mas com esse negócio de correria, daí que começamos a perder nossas sementes. Hoje eu me preocupo muito por que nós já perdemos várias sementes que nós tinha. Nós indígenas não temos o costume de comer a comida do branco que vem de fora (para a merenda escolar), pelo menos o jabá que nós não conhece carne de cobra sei lá, cheio de gordura e muito salgado, as crianças não tem costume de comer aquilo. Vem umas salsichas que eles chamam que é um bichinho desse tamanho assim, parece que é tripa e não o que é, sei mais porque elas não tem costume de comer, até as crianças não gostam e falam que aquilo não presta muito para comer. Para não acontecer isso nós estamos fazendo uma criação de galinhas, estamos fazendo uma criação de porco e o porco dá banha, dá carne e dá caldo. As sardinhas que vem às vezes já vem vencido. No lugar da sardinha nós estamos fazendo uma criação de galinha que a gente come o ovo, come carne, bebe caldo, faz uma sopa e alguma coisa assim. No lugar da farinha que já vinha de fora, que vai daqui e depois volta de novo, para não fazer mais isso nós estamos fazendo bastante roça para que a farinha seja produzida aqui, estamos plantando bastante banana também, porque quando vem aquelas massinhas para a gente fazer a merenda chamada de... E vem o cafezinho, só que nós aqui não somos acostumados a beber café, nós somos acostumados a beber o mingau de banana e de mudubim. Isso que nós estamos mostrando para as crianças que estão se formando agora e mostrando o nosso trabalho e os nossos legumes e daí que a gente vai chegar a conhecer. Se a gente deixar nossas merendas ser igual a dos brancos aí a gente vai perder tudo. Para não acontecer isso nós estamos trabalhando com que é nosso. De primeiro esse rio era muito rico de jabuti, de tracajá, era muita caça e eu cheguei alcançar ainda. Mas agora não tem, porquê? Porque entrou muito madeireiro, entrou muito caçador, muito pescador e chegaram a invadir tudo. E na época que a caça dava dinheiro, o couro, tinha caçador que matava seis porcos, tirava só o couro e deixava a carne lá, isso eu ainda cheguei alcançar. Hoje não acontece mais. Onde chegava o mariscador e pegava sessenta tracajá e levava. Pegava cento e cinquenta jabutis e levava para vender.”

**Vicente Sabóia Kaxinawá, liderança indígena tradicional; in: Tavares (2005).**

### **Anexo 5: Roteiro para as entrevistas abertas:**

Por se tratar de entrevistas abertas, e devido à grande particularidade do público indígena, não foram realizadas perguntas ou questionamentos diretos, mas sim, diálogos abertos e extensos, em conjunto, onde as questões foram discutidas e nem sempre se obteve as respostas.

#### **Entrevistas com os Agentes Agroflorestais Indígenas:**

- Atuação e organização do AAFI na comunidade: como é organizado o trabalho do AAFI na comunidade? Existem reuniões ou encontros sistemáticos para discutir o trabalho do AAFI? O AAFI trabalha em parceria com outros atores das aldeias? Como é registrado o trabalho do AAFI?
- Formação continuada: em quantos e quais foram os cursos, oficinas, intercâmbios que o AAFI participou e se realizou/organizou alguma oficina em sua aldeia ou na TI;
- SAFs: como é feita a escolha e preparo da área, plantio, manejo, escolha das espécies, participação da comunidade, outras atividades relacionadas aos SAFs?
- Roçados: como é feita a escolha e preparo da área, plantio, manejo, espécies e variedades, armazenamento e reprodução de germoplasma, atividades relacionadas aos roçados?

#### **Demais entrevistados:**

Estas entrevistas buscaram maiores detalhes em relação aos plantios na TIRH, e em especial, uma visão e opinião feminina sobre os mesmos, apesar de haver uma destas entrevistas com um homem. Assim os temas abordados foram os SAFs e roçados, mas com um olhar de quem não é AAFI e de quem não se envolve diretamente nestas questões, porém que possui um peso grande nas decisões a serem tomadas.

- SAFs: como é feita a escolha e preparo da área, plantio, manejo, escolha das espécies, participação da comunidade, outras atividades relacionadas aos SAFs, germoplasma e reprodução das plantas.
- Roçados: como é feita a escolha e preparo da área, plantio, manejo, espécies e variedades, armazenamento e reprodução de germoplasma, outras atividades relacionadas aos roçados.